

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

"A NECESSIDADE E O CHICOTE":
seca e saque em Limoeiro do Norte
(1950 – 1954)

Mônica Emanuela Nunes Maia

Fortaleza, agosto de 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

“A NECESSIDADE E O CHICOTE”:
seca e saque em Limoeiro do Norte
(1950 – 1954)

Mônica Emanuela Nunes Maia

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
História Social da UFC, como
requisito parcial à obtenção do título
de Mestre, sob orientação do Prof.
Dr. Frederico de Castro Neves.

Fortaleza, agosto de 2005.

Ficha Catalográfica

M184

Maia, Mônica Emanuela Nunes
"A necessidade e o chicote": seca e saque em Limoeiro do Norte (1950 – 1954) / Mônica Emanuela Nunes Maia. – Fortaleza (CE), 2005.
Nº de paginas 178.; il.: 31cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidade, Programa de Pós-Graduação em História Social.
Orientador: Frederico de Castro Neves

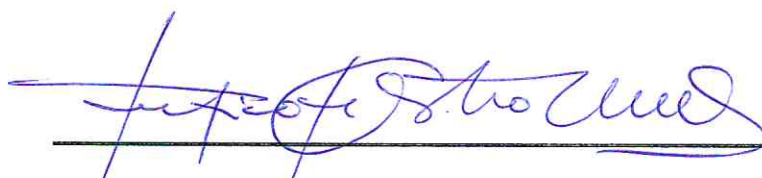
Inclui bibliografia

1. Secas, saque, camponeses e movimentos sociais.
2. Movimentos Sociais – Limoeiro do Norte (CE)

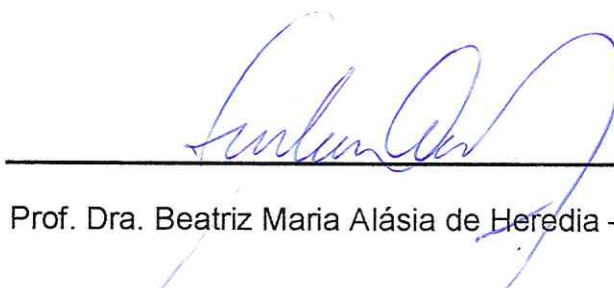
**"A NECESSIDADE E O CHICOTE":
seca e saque em Limoeiro do Norte
(1950 – 1954)**

Mônica Emanuela Nunes Maia

Dissertação defendida em 30 de agosto de agosto de 2005, e aprovada pela banca examinadora, constituída pelos professores.



Prof. Dr. Frederico de Castro Neves – Orientador, UFC



Prof. Dra. Beatriz Maria Alásia de Herédia – UFRJ



Prof. Dra. Ivone Cordeiro Barbosa – UFC

A José Nunes (in memoriam) meu pai, pelo bom exemplo, pela capacidade, pelo amor dedicado a todos os filhos.

A Maria do Carmo minha mãe pela força, perseverança e vontade de viver.

A Arthur e Laura meus filhos e razão de meu viver.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos não são somente formalidades, mas expressa a minha simples maneira de externar o reconhecimento a todos aqueles que, no processo de elaboração deste trabalho, contribuíram de várias formas. Por isso agradeço a todos que direta ou indiretamente ajudaram e, em especial:

A Maria do Carmo Nunes Maia, minha mãe que sempre me serviu de estímulo e exemplo para empreender as tarefas mais difíceis, mãe muito obrigado por tudo, sem você não seria possível.

Aos Irmãos que, são muitos e de forma distinta ajudaram consideravelmente. Destaco Dedé, que contribuiu em todos aspectos para que eu caminhasse e chegasse até aqui. Maria e Zuarina que sempre se dispuseram a assumir o lugar de mãe dos meus filhos na minha ausência.

A Arthur e Laurinha, agradeço e peço desculpas pela ausência e cansaço que impediam de dedicar mais tempo às brincadeiras e a infância de vocês.

A Frederico de Castro Neves, orientador, que pacientemente leu os textos e esteve sempre disposto a compreender as minhas limitações, me deixando a vontade para administrar o tempo.

Às professoras Edilene e Ivone, pela leitura atenta do trabalho, pelas excelentes considerações no exame de qualificação. As indicações que ajudaram consideravelmente na construção do segundo e do terceiro capítulos.

A Josberto Montenegro, que desde o início acreditou na viabilidade da pesquisa e ajudou a pensar aspectos importantes, não somente na perspectiva acadêmica, o meu mais sincero respeito e admiração pelo seu jeito de vê o mundo.

A Francisca que, nos últimos anos, a vida me presenteou como irmã, com quem consigo dividir alegrias, desejos e angústias. Sempre me acolheu na sua pequena grande casa e me fez sentir-se à vontade. E ainda por todas as boas risadas sempre presentes nas nossas conversas.

Aos colegas do mestrado, em especial Linhares e Légio com quem tive a oportunidade de dividir as minhas inquietações, desejos e saudades quando estávamos os três distante da terrinha e cada um só tinha os outros dois.

Aos professores do mestrado com os quais tive a oportunidade de discutir os problemas do meu trabalho, que me apontaram caminhos importantes uns trilhados outros não, mais todos fundamentais.

Aos os camponeses, o meu mais sincero respeito e toda minha consideração.

A Regina Jucá, pela recepção, obrigada por todas as vezes que cheguei na secretaria perdida e você me concedeu todas as informações possíveis.

A Ozana, secretária do lar que sempre passou muita tranquilidade a todos de casa, cuidando de tudo tanto na presença quanto na ausência.

A Tereza, amiga nos últimos tempos, mas que está sempre disposta para as discussões relacionadas á pesquisa e que dividi o cansaço nos momentos finais da escrita do trabalho.

Ao amigo Hélio que se propôs a fazer a leitura e as correções.

Aos Colegas da UNICAMP Socorro Rangel, Fernando Lourenço, Verena, Fernanda, ao pernambucano Edson que, com seu humor, tornou os dias longe de casa menos angustiantes.

Aos funcionários do DNOCS e da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Ao PROCAD que viabilizou a possibilidade de conhecer outra universidade – UNICAMP –, outros profissionais, proporcionando novos conhecimentos que só vieram a somar. Na pessoa do professor Eurípedes sempre disposto a nos incentivar e ajudar.

Por fim, ao apoio institucional da FUNCAP, pela concessão da bolsa de pesquisa por 9 (nove) meses.

CANÇÃO NORDESTINA

Geraldo Vandré

Que sol quente, que tristeza...
Que foi feito da beleza
Tão bonita de se olhar?
Que é de Deus e a natureza?
Se esqueceram com certeza
Da gente desse lugar.

Olha o padre com a vela na mão
Tá chamando pra rezar
Menino de pé no chão
Já num sabe nem chorar
Reza uma reza cumprida pra
Ver se o céu saberá
Mas a chuva não vem não
E essa dor no coração
Ai quando vai se acabar?

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de compreender as ações camponesas nas secas prolongadas. Nesse sentido procuramos desenvolver uma análise da estrutura social do município de Limoeiro do Norte – Estado do Ceará – ou seja, do campo e da cidade. Assim, compreender as ações camponesas como ações políticas desenvolvidas por uma diversidade de motivos. Percebemos que a movimentação dos camponeses em direção à cidade, no intuito de diminuir o sofrimento agravado pela ausência de chuva ou de invernos regulares, se dava não apenas por causa da fome, entre outros fatores estava a moral como um aspecto interessante e a noção de justiça popular.

À medida que as ações camponesas foram acontecendo, devido ao agravamento da seca, um camponês foi ganhando destaque – Chico Mãozinha – que se transformou em personagem central da história. Adotamos como propósito investigar a trajetória política do mesmo, observando como ocorreram algumas transformações no cenário político da cidade de Limoeiro do Norte.

Palavras-chaves: seca, saque, camponeses e movimentos sociais.

ABSTRACT

This study aims at understanding the peasant actions during prolonged periods of drought. In this sense, we have attempted to develop an analysis of the social structure of the town of Limoeiro do Norte – Ceará State - that is, of the country and of the town. Therefore, to understand the peasant actions as political actions developed through a diversity of reasons. We have perceived that the peasants' displacements towards the town, aiming at diminishing the suffering aggravated by the absence of rain or of regular winters, took place not only due to hunger; among other factors there was the morals as an interesting aspect, as well as the notion of popular justice.

As the peasants' actions took place, due to the aggravation of the drought, a peasant started to stand out from the others – Chico Mãozinha – who has become a central character in the history. We have adopted as an aim to investigate his political trajectory, observing how some transformations on the political setting of Limoeiro do Norte took place.

Keywords: drought, sack, peasants and social movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I – Limoeiro do Norte: campo e cidade na década de 1950.....	9
1.1. Os rios Jaguaribe e Banabuiú como fonte de riqueza.....	10
1.2. A área rural e seu povo.....	13
1.3. Camponeses pobres: um pouco do seu cotidiano.....	26
1.4. A cidade e as famílias tradicionais.....	33
1.5. A seca em 1951 - 1953.....	42
CAPITULO II - Movimento social dos camponeses.	48
2.1. Ruma a cidade: aglomeração dos camponeses.....	53
2.2. Pedido, ameaça, invasão: as formas de pressão.....	65
2.3. As negociações: uma troca desigual.....	72
2.4. Intervenção das instituições nas ações camponesas.....	80
CAPITULO III – Chico Mãozinha, o saque e eleições de 1954.....	90
3.1. Chico Mãozinha: um pouco da trajetória política.	92
3.2. A constituição do líder.....	106
3.3. Chico Mãozinha entre o oral e o escrito.....	112
3.4. Desdobramentos políticos (eleitorais).....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
ANEXOS.....	137
FONTES.....	158
BIBLIOGRAFIA.....	161

Por força da natureza,
Sou poeta nordestino
Porem só canto a pobreza
Do meu mundo pequenino.
Eu não sei cantá as gulora
Também não canto as vitora
Dos herói com seus brasão
Nem o má com suas águas ...
Só sei cantá minhas mágua.
E as máguas de meus irmão.
Vida Sertaneja
Patativa do Assaré.

A história dos camponeses tem ganhado relevância com a abertura temática, nos últimos anos. Suas lutas e conflitos antigos, aos poucos, foram sendo colocados em evidência, denotando outra perspectiva da história que não se preocupa apenas com agentes e acontecimentos sociais instituídos. As contribuições da história social e as preocupações com a experiência de grupos sociais, em outros momentos desconsiderados têm nos ajudado a pensar e compreender a história de maneira distinta.

Os camponeses, por muito tempo, não foram tidos como atores sociais no processo histórico. A historiografia que privilegiava apenas os heróis e os grandes acontecimentos, denominados “oficiais”, deixava camponeses, ações e histórias à margem. Compreendendo-os como sujeitos que compõem e trilham a história, elegemos os camponeses e suas ações em períodos de seca como objeto de estudo.

Assim, consideramos, principalmente, os camponeses atormentados pela “seca”, transformados em flagelados e retirantes, com a sobrevivência ameaçada, pois o campo, estava impossibilitado de fornecer-lhes, pela ausência de chuva, razão por que eram obrigados a empreender outras ações para resistir à crise. Procuravam a cidade, na tentativa de diminuir o sofrimento provocado pela estrutura social, econômica e política extremamente desigual e injusta, agravada com a presença da seca. São os atores sociais da história que queremos escrever. História, na verdade, deles.

As ações camponesas, na cidade de Limoeiro do Norte, no início da década de 1950, devido à seca, que transformamos em acontecimento e configuramos como história. A seca se estendeu por três anos (1951, 1952 e 1953), fenômeno não raro no Nordeste brasileiro. A estiagem prolongada provocava o estiramento da miséria, que atingia todos os camponeses pobres, tornando impossível remediar-se na comunidade. Assim, a cidade era o rumo, o alvo, ou seja, a possibilidade de resolver, pelo menos, parte do problema – ausência de trabalho e muita fome.

Apesar de a vida camponesa se construir no campo – as relações comunitárias, formas de produção e reprodução para garantia da sobrevivência aconteciam no mundo rural – era para a cidade que os camponeses se deslocavam, à falta de meios para sobreviver no campo: a cidade se mostrava como espaço do poder, da política, do comércio, do dinheiro. Dessa forma, a cidade tem um papel importante nas ações camponesas. Por ser fundamental, é que tratamos de apresentar características, no sentido de contribuir para a compreensão dos diversos significados dessas.

Na década de 1950, a seca havia ganhado outros contornos, não significava somente fenômeno climático, os aspectos sociais e políticos eram incorporados, para explicar a seca como sustentação do poder, do domínio e do enriquecimento de grupos políticos. Apoiados em práticas políticas – paternalismo e coronelismo – vigentes no período, os segmentos dominantes utilizavam a seca para aumentar o patrimônio privado e a dependência dos camponeses pobres.

Observando que a seca ultrapassava o aspecto físico e climático e adquire características políticas, chamamos a atenção para as ações camponesas que extrapolavam o aspecto econômico e ganham significados políticos.

A escolha da temática tem semelhança forte com todas as histórias ouvidas em criança, que não foi realidade vivida e experimentada por mim, mais integrada minha origem. Meus avós paternos e maternos eram camponeses, moraram no campo, trabalharam sempre como agricultores. Meus pais foram agricultores; meu pai, até 50 anos de idade, morou na zona rural e trabalhou como rezeiro, juntamente com toda família.

Nas histórias contadas por eles, eu sentia fidelidade tão intensa que, em certos momentos, parecia ter vivenciado instantes narrados por eles. A minha mãe, ao contar as histórias, banha-se em lágrimas e lembranças, como numa volta no tempo, como se estivesse experimentando novamente o acontecimento. Mesmo sabendo da impossibilidade de analisar e descrever a realidade, seu retrato era muito fiel. Posso afirmar que essas histórias serviram de estímulo para o desenvolvimento deste trabalho.

A partir dessas narrativas, nasceu o interesse para estudo da seca e vida no campo. As dificuldades dos curtos ou longos períodos de estiagem, assim como os tempos de “normalidade”, são modificados pela seca, gerando outras formas de convivência em comunidade, alterando as regras de sobrevivência e levando os camponeses a praticarem ações de que não tinham costume: pressionar autoridades políticas, manifestações e saques.

A seca e o campo passaram a ser vistos como construção, fruto do contexto Nordeste, construção aberta para uma infinidade de leituras e interpretações, observando que, para compreender o desenrolar das relações que se arquitetaram, se romperam, se transformaram no mundo rural, existem várias possibilidades.

As histórias dos camponeses, podiam ser uma forma de apreensão e compreensão da organização camponesa, que parecia “simples” e “natural”, mas, ao armamos o olhar e a sensibilidade, percebemos complexidade, regras, leis e autonomia gerenciando a vida nas comunidades rurais.

Algumas características das comunidades rurais, de camponeses pobres que criavam estratégias de sobrevivência para períodos secos. Assim como, compreender que parte da História de homens e mulheres pobres, “analfabetos”, moradores da zona rural, constitui o processo histórico e o objetivo deste trabalho.

Na perspectiva da “história vista de baixo”, queremos observar e analisar como, baseados em experiências criadas e forjadas por eles próprios, lidavam com obstáculos surgidos, principalmente com a seca. O movimento, a ação, a luta na seca, a própria seca, a sobrevivência no campo, as relações estabelecidas entre os próprios camponeses e entre eles e outros segmentos sociais, compõem o objeto de estudo. Percebe-se a seca como fenômeno

social que transforma as relações sociais, políticas, hierárquicas entre os camponeses e outros setores da sociedade.

Juntamente com esse recorte temático, apresentamos a delimitação espacial, ou seja, Limoeiro do Norte, cidade do extremo leste do Estado do Ceará, na micro região do Vale do Jaguaribe. A divisão geográfica faz-se da seguinte forma: parte do município localiza-se na Caatinga, região extremamente seca, onde se concentra a zona rural mais pobre. A sede do município situa-se entre dois rios temporários, Jaguaribe e Banabuiú; aqui se localizam os terrenos de vazante, os sítios, irrigados por cata-ventos. A terceira parte é a – serra – Chapada do Apodi em que, apesar de ser um espaço geográfico que chove mais, os moradores sofrem com a seca.

Na década de 1950, quase toda população habitava a zona rural e tinha, como base econômica, a gricultura de subsistência que, inevitavelmente, necessitava de chuva para funcionar. A ausência de invernos¹ agravava a situação do campo que era regrada, a produção totalmente destinada para o sustento da família; no entanto, os camponeses, sem meios para garantir a sobrevivência, procuravam a cidade, no intuito de adquirir recursos complementares para alimentar a família.

Em Limoeiro do Norte, um grupo de camponeses, depois de procurarem a cidade várias vezes, juntaram-se, organizaram-se e decidiram saquear armazém de gêneros alimentícios destinados para serem distribuídos e não o foram. Diante das circunstâncias, o camponês Francisco de Andrade Maia – Chico Mãozinha² (1908 – 1992) – foi acusado de liderar o saque, sendo responsabilizado e preso.

A historiografia inglesa exerceu forte influência na escolha do tema e na problematização de questões levantadas neste estudo, na tentativa de perceber a mobilização camponesa, para além do aspecto econômico, fugindo das regras das organizações institucionais, partidárias ou sindicais. Autores como Thompson e Hobsbawm pensaram as ações dos trabalhadores de maneiras distintas.

¹ Inverno é a nossa estação chuvosa. Chamamos atenção para a diferença que se tem em relação a outras regiões do país.

² É apelidado dessa forma por conta de uma deficiência física, as mãos eram pequenas e não tinham dedos, o pé direito não tinha dedos e tinha a perna esquerda bem mais fina que a direita.

Thompson, ao propor que a experiência dos trabalhadores devia ser levada em conta, estes sentem, criam e articulam modos de sobrevivência a partir de vivências próprias,³ ajudando a compreender a organização das ações camponesas. Também como essas ações estavam para além do aspecto econômico, observa a presença de problemas de ordem moral e mostra a relevância dos mesmos nas mobilizações camponesas. Reconhecendo ainda sua legitimidade, por ser uma luta pelo direito básico: alimentar-se. "Homens e mulheres estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais".⁴ Portanto, as ações eram estratégias de resistência e sobrevivência.

Hobsbawm traz orientação para as ações dos trabalhadores que seguem etapas e denomina a movimentação dos camponeses como pré-política. Embora reconheça o caráter político, coloca, em intensidades diferentes as formas políticas de grupo sociais distintos.⁵ Não vamos seguir essa orientação. Consideramos as ações camponesas como políticas, independente do lugar social ocupado pelos sujeitos, agentes do processo.

As discussões são apresentadas neste trabalho, com o objetivo de dar outros significados às ações camponesas: organização peculiar aos camponeses; formas de pressão, forjadas a cada momento; negociações com autoridades políticas, e ou o saque que se configura como concretização de todas as ações anteriores. Podemos afirmar, que são apenas o anúncio do que pretendemos desenvolver.

A problematização deste trabalho almeja apreender os significados que as ações camponesas adquiriram, compreendendo que estes ultrapassam o período seco e alcançaram o contexto político de Limoeiro do Norte, que passa por alterações, muito embora os grupos sociais atribuam, a estas mudanças, causas diferentes.

Para compreender a movimentação camponesa, têm-se de diversas fontes: Depoimentos orais, Documentos da Sociedade dos Agricultores de Canafístula, Atas da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte, Relatórios de Trabalho do

³ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pág. 10.

⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Pág. 151, 152.

⁵ HOBBSAWM, E. J. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião de jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Pág. 217, 218.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Almanaque do Ceará, Jornal Nordeste, Jornal Unitário, Jornal Gazeta de Noticias, Anuário do Ceará, Perfil Básico de Limoeiro do Norte, Manuscritos de Francisco de Andrade Maia – Chico Mãozinha.

Estudar os camponeses, pobres habitantes do espaço rural, com o objetivo de perceber a lógica e a dinâmica de sobrevivência e organização de suas ações nas comunidades rurais, implica em primeiro momento, alguns obstáculos como a não existência de fontes e registros escritos, ou mesmo, que existindo tinham sido produzido por outros grupos pertencentes ao universo exterior. Assim, a forma de compreender, de analisar a vida no campo é pelas narrativas dos próprios camponeses.

Com a possibilidade da não existência de registros – com várias entrevistas já realizadas, li alguns textos⁶ em direção à oralidade, pensando as falas e narrativas dos camponeses não somente como fonte, mas com parte integrante de sua vida.

A leitura dos textos e as discussões acerca da oralidade em junção com a história e a memória, possibilitaram trabalhar com a oralidade em duas direções. Primeiro, a construção do processo histórico através das fontes, onde as narrativas se apresentam como bases de sustentação da história. Desse modo, a oralidade é uma fonte de compreensão do objeto de estudo, produzindo assim “História Oral”. Segundo, trabalhar a oralidade como parte do objeto deste estudo, ou seja, não partir do pressuposto de que a oralidade é apenas uma fonte para verificar nossas inquietações, mas constituinte dela, as falas dos camponeses integram a história ou são a própria história, suas experiências repassadas pela oralidade.

Pensamos que compreender a organização e as ações camponesas a partir das narrativas, elegendo as falas dos vários grupos envolvidos (camponeses, padres, autoridades políticas, comerciantes, moradores da cidade, populares e outros) como fontes, arquitetando a produção histórica, pelos diversos olhares do mesmo acontecimento, pode ser frutífero.

⁶ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política – Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992. BARTHES, Roland e MARTY, Eric. *Oral / escrito*. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 11 (oral / escrito – argumentação) Lisboa: Suprema Nacional / Casa da Moeda. 1987.

Nesse sentido, devemos observar como os narradores contam e analisam como os fatos aconteceram – a seca de 1951-1953 e o saque –, ou mesmo, como pensavam ou desejavam que acontecessem. Em relação a minhas inquietações, não quero apenas saber como foi o saque, como e por que ele permaneceu na lembrança dos camponeses. Como os vários grupos envolvidos avaliam o acontecimento e seus significados.

As entrevistas não obedecem a uma ordem, pede-se ao depoente que indique outros nomes, dessa forma foi se construindo a rede de relacionamentos. Todas foram realizadas de maneira aberta: falar do que sabia e lembrava-se a seca e o saque do início da década de 1950. A maior parte das entrevistas ganharam o tom de diálogo, o que considero importante.

As fontes impressas configuram outras instâncias – câmara, Estado (DNOCS), o jornal como meio de comunicação lidavam com a problemática da seca e das manifestações camponesas. O poder institucionalizado representado pelos deputados locais, como estes, percebia a organização camponesa e seus significados.

O primeiro capítulo procura mostrar como o município de Limoeiro do Norte, situado entre dois rios, se desenvolve de maneira tão desigual; como a organização da estrutura fundiária torna difícil a sobrevivência dos camponeses pobres – rendeiro, parceiro e meeiro – em períodos de estiagem. As características do espaço camponês, o campo como espaço de produção e reprodução da vida. A cidade com um conjunto de elementos diferenciados do campo, mesmo assim se transforma no espaço das ações camponesas.

A seca também compõe este capítulo, como vai ganhando proporções e acabando com as fontes de sobrevivência dos camponeses. A seca é esperada, a cada experiência dos camponeses, aos poucos, arrebatados pelo sofrimento.

O segundo capítulo pretende analisar como a movimentação camponesa se manifesta: o deslocamento do campo até a cidade, a presença incômoda de homens famintos, no espaço urbano que pode se transformar em ameaça aos cidadãos. As formas de pressão – ameaças, pedidos e invasões – criadas a partir de experiências anteriores e recriadas de acordo com a necessidade do momento. Como aconteciam as negociações entre estratos sociais – camponeses e autoridades políticas – distintos na hierarquia social. E

a intervenção de diversas instituições com objetivos também diversos, mas com a intenção de alterar, de alguma maneira, a mobilização camponesa.

Último capítulo propõe compreender o saque, os seus desdobramentos e possíveis conseqüências. É nosso objetivo também perseguir a trajetória política de Chico Mãozinha, que foi se constituindo em liderança política entre os camponeses. A luta dos camponeses foi transformada em luta política, e, pelos contornos, podemos analisar a luta pelo direito à sobrevivência como uma luta política.

Limoeiro do Norte, no extremo leste do Estado do Ceará, a 190 Km da capital, Fortaleza, no vale do Rio Jaguaribe, que nasce no Cariri, ao sul do Ceará e vai até Aracati, também extremo-leste do estado, onde desemboca no oceano Atlântico. Atendendo a critérios geoespaciais, o vale do Jaguaribe divide-se em Alto Jaguaribe, Médio e Baixo Jaguaribe. A Bacia é a mais extensa – aproximadamente 610 Km, da nascente até a foz – e importante do Estado, ocupando uma área de mais de 50% do território,¹ com 56 municípios.

A região compõe o semi-árido nordestino, onde os elementos climáticos são irregulares com má distribuição da chuva, no espaço e no tempo – 80% das precipitações ocorrem de janeiro a maio – permitindo que chuvas escassas se tornem aspecto regular na vida dos habitantes,² que povoam, principalmente, o campo. Nesse sentido, quero deixar claro que a cidade, neste capítulo, compreende todo o município, zonas urbana e rural.

Geograficamente, Limoeiro limitava-se: Norte: Russas; Leste: Rio Grande do Norte; Sul: Boqueirão do Cunha e Jaguaribe; e Oeste: Morada Nova. A divisão geográfica não obedece à configuração atual, os municípios vizinhos Tabuleiro do Norte – identificado como Tabuleiro da Areia – São João do Jaguaribe e Alto Santo – antigo Boqueirão do Cunha – pertenciam à unidade administrativa. Aos poucos, as cidades foram se emancipando, de forma que o território atual da cidade é bem menor.³

A historiografia da cidade sempre se propôs a enaltece-la como “princesa do vale”, que, pelo desenvolvimento cultural, se destacava das cidades vizinhas. Para fugir um pouco desse apologismo, encontramos cartas publicadas no livro do Senhor Antônio Nunes Malveira, com apelos aos limoeirenses para que se fizesse algo em prol da vitalidade da cidade. *O município de Limoeiro do Norte já não existe mais... golpearam-no de morte!*

¹ *Diagnóstico Sócio-Econômico do Ceará*. 1º vol. Instituto de Pesquisas da Universidade do Ceará (IPE). Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Cultural (SUDEC). Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1964. Pág. 25

² Ver: SOUSA, J. Josberto Montenegro. *Cultura e saberes populares em comunidades rurais do Vale do Jaguaribe, Ceará*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2004.

³ Perfil Básico de Limoeiro – Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE) Fortaleza: Edições IPLANCE, 2000.

*Reduziram a uma pequena nesga de terra, sem açudes, sem fazendas e sem quase nada.*⁴

A queixa em relação à divisão geográfica da cidade tem-se como problema político. O mesmo comitê acusa os dois deputados – Franklin Chaves e Manuel de Castro – do período, que utilizaram a divisão do município como negociações políticas, ou seja, pagando, a outros políticos da região, com parte do espaço geográfico, dívidas políticas.

Os 2 deputados, eleitos por nós, Srs. Manuel de Castro e Franklin Chaves, tinham dividido o território municipal com 4 herdeiros. Deram em pagamento ao Alto Santo, 40 por cento, incluindo Castanhão, contra a vontade de seus habitantes. Deram para pagamento, ao São João, 20 por cento, incluindo Barra do Figueiredo. Deram ao Tabuleiro do Norte, para seu pagamento, 30 por cento, incluindo a Bica.⁵

A divisão territorial constitui assunto intocável pela historiografia e discussões políticas de Limoeiro do Norte. Atingir os ícones da política limoeirense não é interessante, no entanto, deve ser “esquecido”, para não “mexer” com os mesmos.

1.1. Os rios Banabuiú e Jaguaribe como fonte de riqueza.

O Rio Jaguaribe, o maior rio seco do mundo, com as chuvas tinha o seu leito cheio, excedendo o nível normal, o que acontecia com inverno rigoroso, ou seja, em períodos em que as taxas pluviométricas ultrapassavam os índices comuns na região. Corre por extensas várzeas, às margens, “que ainda são riquíssimos depósitos de aluvião de excepcional fertilidade”,⁶ de onde uma pequena dos camponeses retiravam sustento, em vazantes, sítios, aguadas com cata-ventos – instrumento de grande importância no período.

Em 1942 eu mesmo fiz um cata-vento, sentei esse cata-vento, casei em 46 e em 50 em vez de ir trabalhar na rodagem pra dar de comer os meninos, eu já tava vendendo banana, fazendo feijão,

⁴ Carta do Comitê Pro Defesa de Limoeiro do Norte, 30 de agosto de 1957. Publicada In: MALVEIRA, Antônio Nunes. *Coronéis, ascensão e queda*. Rio de Janeiro: PENELUC, 1998. Pag. 147.

⁵ Inventário, Comitê Pro Defesa de Limoeiro do Norte, Agosto de 1957. MALVEIRA, Antônio Nunes. Op. Cit. Pág. 149.

⁶ *Almanaque do Ceará*. 1950. Pág. 68

fazendo macaxeira, não só eu que comecei, nas era de quarenta, fui um dos primeiro que comecei, já nas eras de 50 e 58 pouca gente daqui ia pras rodagens cavar piçarra nas rodagens, todo mundo vivia do cata-vento eu era feitor de cata-vento.⁷

Os camponeses das margens dos rios utilizavam o cata-vento para facilitar a sobrevivência, assim passavam menos dificuldade nos períodos de estiagem. Conseguiram produzir, de forma que não se submetiam às políticas do governo, além de se tornar diferentes dos que moravam na Caatinga.

O Almanaque do Ceará – produção anual da Academia Cearense de Letras – dedicava-se aos municípios do Estado, assim, enfocava a influência do rio e o quanto é essencial para o desenvolvimento local, ressaltando que o desenvolvimento está restrito as famílias abastadas, residentes às margens dos dois rios.

O município é um dos componentes da chamada zona do baixo Jaguaribe e seu território, em grande parte, é constituído das famosas aluvionais do maior rio cearense onde se encontram excelentes sítios irrigados e interessantes moinhos de vento quase todos de fabricação local, feitos de madeira e carnaúba.⁸

O rio corta a cidade e se apresenta como fator de extrema importância na construção e formação, não somente de Limoeiro, mas de outras cidades da região Jaguaribana.⁹ Portanto, ao estudar os espaços e as relações sociais, políticas, econômicas, religiosas, não podemos deixar de mencionar o rio Jaguaribe. Como também a forte influência do rio Banabuiú, cuja importância para o desenvolvimento da agricultura e da criação de vários rebanhos, praticamente não aparece nos relatos, estudos e pesquisas. Dessa forma, há uma exaltação do rio Jaguaribe. É importante esclarecer que a sede do município situa-se entre dois rios, uma espécie de Mesopotâmia do Baixo Jaguaribe, desenvolvendo a agricultura e a pecuária, às margens.

Os habitantes da região vivem as consequências da seca e das enchentes. Os camponeses pobres são as principais vítimas dos

⁷ José Germano Maia. 80 anos. Entrevista realizada em 08/2004. reside na comunidade de malhada que fica à margem do rio Jaguaribe.

⁸ *Almanaque do Ceará*. 1951. Descrição da cidade de Limoeiro do Norte. Pág. 191

⁹ Vale de Jaguaribe ou região Jaguaribana como costuma ser chamada, atualmente é composta por 56 municípios dispostos ao longo de 610 Km, percorridos ao longo da margem rio, desde a sua nascente – na região do Cariri (sul do estado), até sua foz – no oceano Atlântico (centro leste do Estado).

condicionantes climáticos: se a seca se agravava, perdiam plantações e criações, secavam as fontes de água provocando sérios problemas; em caso de cheias, também perdiam plantações, algumas vezes, até o pequeno rebanho quando impossível a retirada, portanto, perdiam a garantia de sobrevivência para o ano todo.¹⁰ A nossa análise vai se desenvolver em torno da seca e dos problemas, mas procurando apreendê-la na perspectiva social e não apenas climática.

As famílias das margens dos dois rios compunham a camada mais abastada do município e tinham a agricultura e a pecuária como base econômica. Eram donas de terrenos que produziam uma variedade de culturas – principalmente frutas, como banana, laranja e limão – e também dos maiores rebanhos de gado bovino da região. Vale frisar que a “valorização das terras beira-rio vem desde os primórdios da ocupação e povoamento”, e os grandes “proprietários tinham suas casas localizadas quase sempre à margem das estradas – que acessam os rios – e, na maioria das vezes, paralelas ao mesmo”.¹¹

Isso não significa afirmar a ausência de pequenas propriedades, vez por outra é possível perceber a presença delas entre as grandes propriedades. Seu Zé Germano é exemplo da convivência entre grandes e pequenos, nesse caso, a dependência com os grandes proprietário ou fazendeiro era menor.

A maioria da população camponesa mais pobre, possuidora de pequenas propriedades, ou não, estava situadas na região da Caatinga e da Serra – Chapada do Apodi – que são pontos extremos do município. Entre os camponeses, há os donos de pequenas extensões de terra, de valor diminuto em relação às terras margeadas pelos rios Jaguaribe e Banabuiú.

¹⁰ Ver: NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. CHAVES, José Olivenor Sousa. *Fortaleza e os Retirantes da Seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. Dissertação de Mestrado:UFPE. 1995. BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000. SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *História das Secas (Século XX) Coleção Mossoroense*. Volume CCXXVI, 1992.

¹¹ SOARES, Hidelbrando Santos. Agricultura e Modernização Socioespacial em Limoeiro do Norte. In: ELIAS, Denise. *Modernização Excludente [et al]* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2002. Pág. 86.

Entretanto, a delimitação espacial privilegia a região da Caatinga, denominada de "campo", pelo fato de ser a região mais seca, onde predominam as menores propriedades e habitavam os camponeses mais pobres, que tem, como característica, uma vegetação espinhosa e rara, e onde chove menos que nas margens dos rios e na região da serra.¹²

1.2. A área rural e seu povo.

A densidade demográfica da cidade, com população de 4.647 habitantes¹³, aproximadamente, em que 80% das pessoas vivem e sobrevivem na zona rural, tendo, como principal atividade econômica a agricultura conciliada com a pecuária. A maioria da população é do campo, o que não significa que todos os homens do campo vivessem nas mesmas condições. Inúmeros elementos contribuíam para as diferenças os moradores do campo. Para compreender as disparidades, partimos de alguns questionamentos: Como se davam as relações no campo? Que grupos sociais integravam o espaço do campo? Quais fatores faziam a diferença?

O regime de propriedade é baseado na má distribuição da terra, em que grande número de camponeses não possui terra suficiente para a sobrevivência. Entre outros, permanecia como empecilho "menor a grande propriedade e maior as pequenas e médias propriedades".¹⁴ Dessa forma, as dimensões da terra dos pequenos proprietários eram insuficientes para produzir suprimentos que garantissem a satisfação das primeiras necessidades. Assim eram submetidos a grandes proprietários para quem trabalhavam, a fim de sustentar a família no período que designamos "verão".

Os pequenos proprietários ou os não possuidores de propriedades estão diante de estrutura fundiária que os condena a condições de sobrevivência muito precárias, ou seja, apenas à subsistência.

¹² BERNARDES, Nilo. As Caatingas. In: *Estudos Avançados*. – vol. 1 nº 1 (1987) – São Paulo: IEA, 1987. Pág. 70, 71. O autor ressalta que essa definição não vale para toda região seca do Nordeste.

¹³ Dado retirado da *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 17. 1955. Esse dado diverge do dado fornecido pelo Almanaque do Ceará, Ano de 1951 que já anuncia 4.959 habitantes.

¹⁴ SOUZA, João Gonçalves de. *O nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional*. Fortaleza. BNB, 1979. Pág. 232.

Nessas várzeas do rio Jaguaribe, como é o caso da planície aluvial do município de Limoeiro do Norte, a sucessão hereditária e a própria forma de divisão da sesmaria em datas na ribeira do Jaguaribe contribuíram fortemente para a estrutura atual daquele espaço, onde predomina a pequena propriedade, na sua maioria com dimensões inferiores a 10 hectares.¹⁵

É visível a estrutura fundiária "(...) composta da minoria dominante dos grandes fazendeiros, a que se associava a burguesia mercantil das cidades, da maioria dominada do campesinato vivendo da simples subsistência (...)".¹⁶ As pequenas propriedades são predominantes, compondo "um panorama retalhado" do espaço, mas "esta estrutura fundiária permitia a liderança, o domínio das relações pelos grandes proprietários".¹⁷ Sua dominação vai além das propriedades, alcançam os camponeses pobres, intervindo nas comunidades, na vida política, social, econômica e religiosa.

Tamanho Médio das Propriedades – Censo de 1950

Tamanho classe Hectares	Nº de Propriedades	Área total na Classe Ha	Tamanho médio Propriedade Hectare
De 0 a 5	10.464	26.489	2,5
" 5 a 20	21.732	248.435	11,4
" 20 a 50	19.978	654.595	32,7
" 50 a 100	14.303	1.000.286	70,0
" 100 a 500	16.832	3.539.340	210,2
" 500 a 1000	2.000	1.361.522	680,7
Mais de 1000	1.375	3.370.210	2.451,0

Fonte: IBGE. – Ceará.¹⁸

A tabela mostra dados referentes ao Estado do Ceará, mas pensando a situação inserida em contexto maior, observamos que o grande e grave problema se relacionava à distribuição e divisão da terra, que não é peculiar da região.

Apesar de dedicar este estudo aos camponeses pobres, não podemos deixar de mencionar outros habitantes do campo, denominados de várias

¹⁵ SOARES, Hidelbrando Santos. Op. cit. Pág. 86

¹⁶ Cadernos do Nosso Tempo. Instituto brasileiro de economia, sociologia e política – IBESP. Janeiro a Março de 1956. A revista produz um panorama nacional do período estudado.

¹⁷ SOARES, Hidelbrando dos Santos. Op. cit. Pág. 86

¹⁸ Diagnóstico Sócio-Econômico do Ceará. Op. Cit. Pág. 179.

formas – fazendeiros, patrões, coronéis e outros. Dominavam os setores políticos, econômicos e sociais da cidade, desenvolvendo, nos arredores das terras, verdadeira “política de clientela”, de dois modos: como um centro gerador de emprego e “núcleo de aglutinação político-social”.

Nesse sentido, compreendemos clientelismo como sistema que: *surge e prospera em estruturas sócio-econômicas tradicionais, marcadas pela economia de base familiar e patriarcal, sendo caracterizado por relações de dependência mútua dos envolvidos, alicerçada na troca de favores.*¹⁹

Os fazendeiros, coronéis ou grandes proprietários eram representantes da fórmula política do período, na qual articulavam, através da influência, a troca de favores, do voto de cabresto, do apadrinhamento, o controle dos votos para eles próprios, para seus representantes e correligionários “maiores”. Mantendo o poder no campo e na cidade, o predomínio dos grandes proprietários vai além do universo político e econômico, e atinge o espaço comunitário, o religioso, ou seja,

(...) utilizavam assim seus patrimônios para constituir uma clientela de indivíduos submetidos a laços de dependência, rede que assegurava um poder social tanto maior quanto mais elevado fosse o número de indivíduos que a compunha. (...) procuravam acumular, graças ao patrimônio fundiário, uma força social específica, tanto material, pelo número de ‘braços’ a disposição, quanto simbólica, pelo número dos que reconheciam como senhores.²⁰

Ser fazendeiro, possuir grandes propriedades não era garantia de poder e domínio, necessariamente tinha que ser reconhecido entre pequenos e grandes proprietários: dessa forma, os fazendeiros compravam a patente de “coronel”, para assegurar seu domínio, mostrar seu poder, exercendo, cada vez em grau mais elevado, o domínio.²¹ Assim a “estrutura de clientela” dá sustentação ao coronelismo e caracteriza o mesmo como uma rede de

¹⁹ GONDIM, Linda Maria de Pontes. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas – Os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)*. – Ijuí: Ed. UNIJUI, 1998. pág. 16

²⁰ GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília – DF: Editora Universitária de Brasília: MCT-CNPq, 1989. pág. 39

²¹ Consultar. CASTELLO BRANCO, João Olímpio. *O Limoeiro da Igreja: A História de Limoeiro do Norte a partir de seus párocos*. 1995. Pág. 115. LIMA, Lauro de Oliveira. *Na ribeira do rio das onças*. Fortaleza – CE. Assis Almeida 1997. pág. 325.

*relações pessoais e diretas entre pessoas que ocupam posições assimétricas, em termos políticos e econômicos.*²²

Pela relação com as bases, na troca de favores e bens, como terra, moradia, emprego, crédito e proteção fornecidos pelo coronel patrão, em compensação, mão-de-obra, serviços ou votos dados pelos “clientes” como retorno, se firma o coronelismo como sistema político. Vale ressaltar que para os “clientes” dois aspectos eram indispensáveis: gratidão e lealdade, que se apresentam como dívida para com o patrão. No sistema em que os direitos não são assegurados, o favor torna-se praticamente indispensável. Pois a obtenção do que deve ser direito não é possível de outra maneira.²³

O domínio era exercido sobre os camponeses pobres, proprietários ou não de pequenas extensões de terra. A condição de pequeno proprietário não modificava a relação de dominação e sim o grau de dominação, pois estes, apesar de inseridos na relação de dominação, tinham o lugar de morar e a “terrinha” para plantar em períodos de inverno – nos períodos de seca, no verão, procuravam as grandes propriedades para trabalhar alugado – enquanto que os sem-terra vivenciavam a relação de dependência intensa, arrendavam terras, trabalhavam de aluguel, submetiam-se a todas as regras e leis propostas pelo fazendeiro / coronel.

Dessa forma, apesar de a maioria da população rural ser composta por camponeses pobres, a relação entre os dois grupos era comandada pelos grandes proprietários. Isso não significa que estes não construíssem estratégias de sobrevivência, de ruptura ou se subordinavam o tempo todo às regras. Trabalhar para o grande proprietário no ano, era também meio para garantir a sua condição de camponês, conciliando o trabalho alugado com as tarefas em sua terra, alimentava a família, durante o verão, sem se desfazer da propriedade.

A comunidade, ou seja, o grupo no qual estavam inseridos era de importância peculiar para os camponeses. A vida comunitária tem grandes significados e, nos momentos de dificuldades arranjava-se entre os pares. As formas de ajuda, entre as famílias, eram muitas, desde as atividades

²² GONDIM, Maria Linda de Pontes. Op. cit. Pág. 16,17.

²³ LANNA, Marcos P. D. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. Pág. 32

domesticas das mulheres, que muito cedo colocavam as filhas para fazê-las, até as agrícolas. A noção de comunidade, talvez, esconda os conflitos, intrigas, picuinhas, porém não queremos negar, mas a seca, de certa maneira, subtraía esses problemas, por conta de outros mais importantes.

A cidade tem sua importância, mas na necessidade, primeiro, procuram o compadre mais próximo, pai, sogro para remediar. A sede do município era procurada em momentos específicos, ou quando não se encontrava, de maneira nenhuma, resposta para o problema na própria comunidade.

Pensamos comunidade para além do espaço geográfico, ou seja, como lugar onde se desenvolvem relações sociais, sentimento de pertença, de solidariedade, processos de aprendizagem.²⁴ Mas, como esses aspectos se desenvolvem para que determinado grupo se reconheça como comunidade? Adriano Luiz Duarte propõe a seguinte noção de comunidade, que somente se constitui como tal, a partir um fato, acontecimento ou grupo externo ou estranho. Assim o grupo passa a agir e pensar como comunidade, defendendo interesses e espaços. Assim a “solidariedade coletiva” e a “cultura comum” caracterizam a comunidade, confirmando a tradição sociológica.

Nessa perspectiva, a seca afirma o sentimento de comunidade, pois boa parte dos moradores partilhava a mesma experiência. As diferenças políticas, sociais, religiosas eram postas à margem. A busca é coletiva, os conflitos e diferenças, minimizados. Até aí tudo bem, mas até onde se sustenta essa noção de comunidade? No momento de passagem da seca, a comunidade se dissolvia?

A comunidade rural se define mais pela idéia de um mesmo grupo social, de vivenciar as mesmas condições econômicas, dividir as mesmas formas de pensamento. Portanto, tem fortalecimento com o conjunto de relações sociais, a partir das lutas que, com a influência de elementos externos – Igreja, os movimentos sociais, partidos políticos –, foram sendo efetivadas a partir da década de 1950.

²⁴ DUARTE, Adriano Luiz. Os sentidos da comunidade: notas para um estudo sobre bairros operários e identidade cultura. In: *Trajeto*s. Fortaleza. Vol. 1, nº 2. Pág. 103-113. 2002.

Temos que procurar novos caminhos e novas formas de conduzir as técnicas administrativas para orientação dos trabalhos, como vimos os poderes tem demonstrado falhas em suas propostas e decisões não dando liberdade para os agricultores que estão organizados poderem administrar sua sociedade (...) tem que obedecer às ordens das organizações que financiam o projeto, muitas vezes deixando prejuízo à sociedade, pois esse é um caso que entristece as comunidades que se organizam procurando encontrar melhores condições de vida no campo.²⁵

A organização camponesa é para lutar por direitos, e a comunidade, nos manuscritos de Chico Mãozinha, aparece estritamente ligada à idéia de luta, união e trabalho. A comunidade vai se compondo a partir do esforço por melhores condições de vida. As relações comunitárias se desenvolvem formando uma comunidade social que pode ter suas bases na união dos membros. Richard Hoggart²⁶ propõe que a comunidade: (...) *Não deriva da convicção de que a união se torna necessária caso se pretenda melhorar as condições de vida, convicção que está na origem dos movimentos cooperativos.* Porém, nas comunidades rurais estudadas esse aspecto se apresenta como fundamental.

Para Paulo Fontes, o senso de comunidade pode, de um lado, “ajudar a militância e ação dos trabalhadores em termos de classe”, e de outro, “desenvolver o paroquialismo a ponto de fragmentar os trabalhadores”.²⁷ Não devemos nos prender aos obstáculos propostos pela definição do conceito de comunidade. Desse modo, deve ser abordada historicamente, “quando seus moradores compartilham, da mesma origem, de um determinado contexto e linguagem”.²⁸ Essa linguagem pode se afinar ou não em momentos de crise, exigindo afirmação das semelhanças, para que a luta, por determinado elemento, se tornasse possível. Mesmo considerando a comunidade como um conjunto de relações sociais que se constituem historicamente, não podemos perder de vista a importância do espaço geográfico que, para os próprios camponeses, compõe a comunidade em si.

²⁵ Chico Mãozinha. Manuscritos. Sem data.

²⁶ HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa; Presença, 1973. pág. 97.

²⁷ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1954-1966)*. Tese de doutorado. IFCH. Campinas, SP. 2002. Pág. 18,19,20.

²⁸ Id. Ibidem. Pág. 20.

Nessa perspectiva, colocamos como o espaço geográfico e as relações sociais configuram as comunidades rurais. A localização das casas, no campo, tem conformação própria, as habitações distantes umas das outras, não obedeciam a uma linha, dentro do terreno, o camponês tinha autonomia para construir a casa na posição que quisesse, mas a maior parte era construída de frente para o nascente. As reuniões da comunidade se davam em torno das debulhas de milho e feijão, da farinhada – desmancha é a denominação usada aqui –, dos terços rezados de casa em casa, nos meses de maio e outubro. Portanto, geograficamente, estas se definem a partir de critérios criados pelos próprios camponeses.

(...) estes em suas percepções identificam os espaços de moradia e trabalho à experiências e memórias vividas. Desse modo nomeiam suas comunidades a partir de significados que atribuem às paisagens, aos riachos, aos córregos, às árvores e às pedras, às casas, às cercas e aos roçados.²⁹

As comunidades se distanciam geograficamente umas das outras, os nomes estão totalmente ligados aos elementos da natureza, mas, no espaço interno da comunidade, as habitações são, mais ou menos, próximas geralmente compostas por membros da mesma família ou outros que se aproximaram por afinidade. Os membros ou possuíam pequena propriedade ou moravam em terras arrendadas de proprietários maiores. Nesse período alguns “fazendeiros” já moravam na cidade, mas ainda tinham, na terra, bases econômicas.

A terra, nesse período, era um bem que significava riqueza, domínio e poder. A concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários – que não são muitos – é imensa e assegura o poder e o domínio no campo, o que não significa dizer que não se estenda para as cidades, quando percebemos uma extensão, perfeitamente recíproca, das práticas políticas utilizadas no campo e na cidade.

Entre os camponeses de pequenas propriedades, os estabelecimentos agrícolas passam pelo processo de diminuição e de divisão, marca da década de 1950, momento em que os grandes estabelecimentos apresentaram perdas menores do que os pequenos. Diante de estrutura social própria, que leva

²⁹ SOUSA, J. Josberto Montenegro. Op. Cit. Pág. 14.

divisão pela herança, e de um sistema capitalista que privilegia os grandes, ou seja, *“as terras só se encontram efetivamente disponíveis para o capital, aos agricultores descapitalizados cabem parcelas de terra cada vez menores”*.³⁰

A maioria dos pequenos estabelecimentos possuía área inferior a 10 (Ha) hectares³¹, portanto temos *“uma estrutura fundiária profundamente marcada pelo contraste entre propriedades muito grandes e muito pequenas”*,³² como também um número pequeno de grandes propriedades e um muito grande, de pequenas. Esses fatores são extremamente importantes para compreender as dificuldades vividas no campo em todo o Nordeste. Em outras palavras: a fome, as doenças, a mortalidade, a exploração pelos grandes proprietários a quem se submetiam pela necessidade. A forma de plantar, criar, associada a elementos climáticos e estruturais – *“que consolidou-se numa estrutura fundiária socialmente injusta e economicamente pouco estimulante”*³³ –, nos momentos de estiagem, inviabilizava a satisfação das necessidades básicas.

A divisão da terra, herdada dos tempos coloniais, provocou diferença entre os homens do campo, ou seja, grandes e pequenos proprietários de terra, pois os grandes se consagraram como dominantes em todos os espaços e aspectos da sociedade, os pequenos como pobres, dominados e “símbolo de atraso”. Mesmo pertencendo a universo comum, todos eram agricultores e criadores, dentro de uma hierarquia social em que “cada palmo de terra, cada animal a mais faz a diferença”, ou melhor, “possuir um animal – boi ou cavalo – era um fator que diferenciava socialmente um sertanejo de outro”.³⁴

³⁰ CASTRO, Iná Elias. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1992. pág. 93.

³¹ Levantamento Básico dos Municípios Cearenses. 1980: Limoeiro do Norte. Vol. 75 – Secretaria de Planejamento e Coordenação. Diagnóstico Sócio-Econômico do Ceará. Pág. 35. Este traz dados das regiões e microrregiões do Estado, possibilitando um panorama da estrutura fundiária do Baixo Jaguaribe.

³² CASTRO, Iná Elias. Op. Cit. Pág. 93. Ressaltando que em Limoeiro do Norte, o índice de grandes propriedades é muito inferior as pequenas. Ver: Perfil Básico Municipal: Limoeiro do Norte. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2000. Pág.21; Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

³³ Idem. Pág. 93

³⁴ BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE. Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.

Limoeiro do Norte compõe-se por variedade de comunidades rurais, todas pulverizadas por grande quantidade de minifúndios. Na fala do José Germano Maia,

(...) o vale do Jaguaribe é um dos vales de mais minifúndios é o vale do Jaguaribe, eu fiz um trabalho em Recife, lá eu dei uma expressão que eles perguntaram como era que eu explicava isso, eu disse assim: lá no vale do Jaguaribe tem camponês que morrendo se enterrar atravessado pega o terreno todinho, pois tem gente que só tem braça e meia de terra(...).³⁵

Ele denuncia o quanto as propriedades são pequenas; apesar do exagero e da demonstração de indignação com a maneira como a terra é distribuída, confirmou o contraste mencionado anteriormente. Possuir um pedaço de terra muito pequeno retira a possibilidade de produzir em maior quantidade, de forma que a garantia de sobrevivência seja mais digna.

A maior parte dos estabelecimentos agrícolas foi adquirida por herança dos pais ou parentes próximos: outros por compra, geralmente em pequenas partes. As propriedades médias são pouquíssimas e os camponeses que não possuíam terra, ou trabalhavam para os grandes proprietários ou “arrendavam”³⁶ terras dos mesmos, em parte do ano. Assim, o segmento dos camponeses pobres compõe-se de pequenos proprietários e meeiros que entregavam parte da produção para o proprietário, como forma de pagamento pelo aluguel da terra, em diversas formas, ou melhor, de acordo com o tipo de cultura produzida, “o algodão era dividido de meia, o feijão era uma quarta parte, o milho uma terça”.³⁷ A partir das informações dos entrevistados, o principal sistema de renda era quatro por um.³⁸

³⁵ José Germano Maia. 80 anos. Entrevista realizada em 11. 08. 2004. Este camponês se destaca por uma posição diferenciada, pois a condição de camponês não impossibilitou que o mesmo estudasse, chegando a ser funcionário do MEB – Movimento Educacional de Base. Este, que falou sem entraves, não se incomodou com a presença do gravador e, parece, que não se esforçou para buscar na memória o que ia falar, as idéias foram fluindo rapidamente e se apresentaram como se fosse um processo natural.

³⁶ Esta é a forma usada para negociações ou aluguel da terra, ou seja, o mesmo que rendeiros, meeiros, parceiros e outros.

³⁷ Diagnostico Sócio-Econômico do Ceará. Op. Cit .Pág. 189.

³⁸ José Célio de Assis. 76 anos, agricultor. Mas mora na cidade a 6 anos veio para esta para colocar os filhos para estudar. Judite Nunes. 62 anos, agricultora atualmente reside na cidade.

A condição de renteiro submetia o camponês ao domínio do grande proprietário ou patrão – em escala ainda maior do que o pequeno proprietário – que impõe regras ao renteiro.

A grande massa dos que lavram a terra de propriedade alheia sob sistema de meação e o grupo dos que possuem pequenas extensões de solos cultiváveis, nivelam-se, social e financeiramente, na mesma precária situação.³⁹

Entretanto as diferenças entre pequenos proprietários e renteiros é mais de ordem moral. *“O pequeno dono da terra não frui de situação, praticamente, melhor que o meeiro; as vantagens são de ordem moral: possui sua casa, sua terra e goza, por isso de uma sensação de liberdade”*.⁴⁰ Os meeiros vivem uma relação de dependência mais direta com os grandes proprietários, configurando as relações paternalistas comuns no campo.

As relações de trabalho, no campo, funcionavam a partir de lógica paternalista, que gestava nos períodos considerados “normais” ou de relativa abundância. Os grandes proprietários usam essas práticas como mecanismos para assegurar seu domínio, em determinado espaço, e os camponeses e os vaqueiros também se inserem nessa situação, gerando, em “reciprocidade desigual”,⁴¹ uma relação mútua, em níveis diferentes, que se transforma com outros fatores e se altera de acordo com a intensidade do poder.

Queremos deixar claro que o paternalismo não está restrito à obediência cega. Os camponeses queixavam-se, “desobedeciam”, rompiam com as práticas dos grandes proprietários. Portanto, construir discussão sobre paternalismo exige esforço intelectual, pois os camponeses podiam se ressentir de duas maneiras: com a presença forte do mecanismo de proteção, que dominava a todos; como também com a mudança das antigas práticas paternas.⁴²

Dessa forma, perpetuou-se a idéia de que a proteção é protelada para tempos de crise. É uma preocupação identificar se a idéia permeava os

³⁹ Diagnóstico Sócio-Econômico do Ceará. Op. Cit. Pág. 187.

⁴⁰ Idem. Pp. 189

⁴¹ NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: *Uma nova história do Ceará / organização Simone de Souza*; 3 ed. rev. e atual. - Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. pág. 81

⁴² THOMPSON. E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Pág. 159.

grandes proprietários, trabalhadores ou agregados. A gravidade da seca podia desorganizar de tal modo as circunstâncias em que o grande proprietário tinha as riquezas e bens ameaçados, sendo impossibilitado de oferecer proteção.⁴³ Por vezes, oferecia proteção com seu patrimônio – não sem recompensas –, pois os bens públicos eram também utilizados em benefício próprio, ou melhor, privado.⁴⁴

O paternalismo é elemento constante nas relações sociais do campo, mas a seca era o acontecimento que possibilitava visibilidade ainda maior desse mecanismo de relações entre camponeses pobres e ricos, entre o Estado e camponeses. No entanto, também podia ser o momento de ruptura do modelo.

O Estado se legitima para sua ação de aperfeiçoamento do conjunto das condições indispensáveis ao bem-estar das comunidades rurais: o acréscimo e diversificação da produção, procura de rendimentos mais elevados, seleção de sementes, aumento da superfície cultivável, elevação da renda dos agricultores tradicionais, eliminação dos obstáculos a comercialização, reforço da capacidade de resistência as vicissitudes da natureza tais como secas e inundações.⁴⁵

Na década de 1950, o Estado havia assumido a responsabilidade de assegurar, aos camponeses pobres – os quais Schwarz designa agricultores – a sobrevivência, ou, nos termos oficiais, o bem-estar, principalmente dos segmentos mais pobres. Dessa forma, elaborava uma diversidade de projetos e programas de melhorias para os camponeses pobres – inseridos rendeiros, meeiros –, muitas vezes, executados, mas os resultados beneficiavam somente o grupo dos grandes proprietários, muitas vezes, as próprias autoridades políticas. Os objetivos desejados, não os alcançavam, pequenos produtores, rendeiros, meeiros.

Muitos dos projetos estavam distantes da realidade do campo, organizados por segmentos sem conhecimento suficiente dos problemas dos

⁴³ Idem. Pág. 81

⁴⁴ Ver: LANNA, Marcos. Op. Cit. Pág. 35. GONDIM, Maria de Pontes. Op. Cit. Pág. 18,19,20. A construção de açudes, pelo Estado, em propriedades particulares é um exemplo.

⁴⁵ SCHWARZ, Alf. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. *Tempo Social*, Ver. Sociol. USP, São Paulo, 2(1): 75 -, 1 sem. 1990. pág. 77

pobres habitantes dos recônditos rurais. Esse aspecto, somente, não explica o difícil encontro dos camponeses pobres com o Estado.⁴⁶

(...) poderemos ver claramente que precisamos de uma tomada de decisão de nossas autoridades sobre estes problemas, pois temos pouquíssima produção para alimentar tanta gente e o que está faltando. (...) Está faltando realmente decisão, coragem, força de vontade nas autoridades que ainda não se mobilizaram, dispostos a resolver o problema.⁴⁷

Quando Chico Mãozinha colocava a necessidade de novo projeto, assinalava a ineficiência dos projetos implantados, mas, ao mesmo tempo, aponta a ingenuidade pautada na esperança para com as autoridades políticas. Portanto, tinha também o desejo de construir, para os camponeses, condições de sobrevivência mais propícias.

As condições de vida dos camponeses têm bases frágeis, desequilibrada por qualquer "alteração nos fatores de produção", uma praga, a seca, a enchente. É justamente essa situação que produzia diferença e fecundava a dependência, na qual o paternalismo se afirmava.

Neste ponto, a 'seca' parece encontrar seu contato com o 'paternalismo'. Enquanto momento de generalização da crise, a 'seca' propicia uma afirmação das normas e dos valores paternalistas, de dependência, submissão e proteção em tempos difíceis.⁴⁸

A estiagem por si só não produzia efeitos tão desastrosos, mas a estrutura fundiária, somada à uma estrutura social e econômica, com bases em relações de poder hierarquizadas e na agricultura tradicional, não permitia que os homens – camponeses pobres – produzissem o mínimo necessário à sobrevivência sua e da família, afinal "a lógica camponesa tem como base de sustentação a reprodução do próprio grupo". Muitas vezes, *"A ação do Estado consiste então, freqüentemente, muito mais em comprar a paz política do grupo*

⁴⁶ Idem. Pág. 79.

⁴⁷ Francisco de Andrade Maia. Chico Mãozinha. Relatório que se refere a possibilidade de recuperação da Agricultura e Pecuária do Município de Limoeiro do Norte.

⁴⁸ NEVES, Frederico de Castro. A Lei de Terras e a Lei da Vida: transformações do mundo rural no Ceará do século XIX. In: *Estudos de História*, Franca – São Paulo, v.8, n.2, p.37-58, 2001. pág. 42.

de pressão mais forte, que defender os grupos mais fracos e menos organizados".⁴⁹

Tempo de crise é crucial para efervescência das relações de proteção, as famílias abastadas do campo tinham o "dever" de ajudar os vaqueiros, rendeiros e meeiros que trabalhavam em suas terras e não conseguiam produzir para assegurar a subsistência. Prolongada a seca, nem a caridade do fazendeiro coronel nem o paternalismo conseguiam sustentar a situação repleta de miséria, fome e doenças.

A força do coronel não era, portanto, sua, mas do governo a quem sustentava eleitoralmente e que o sustentava politicamente. Portanto, seu poder dependia basicamente da sua capacidade de troca. Isso quer dizer que tinha vigência nas relações de patronagem um peculiar regime de igualdade vinculada, constituída pela troca de favores.⁵⁰

Os coronéis estavam ligados ao Estado, que dava sustentação à política local, num sistema de troca muito forte. *O coronel era um homem admirado e respeitado pela sua honradez que ultrapassava os limites da cidade. Em todo vale seu nome era declinado como homem de bem. (...) Além do mais era um cidadão dinâmico e por isso mereceu a confiança do governo.*⁵¹ No espaço local, comandavam as relações políticas que garantiam o predomínio também no sistema de troca de favores, mas uma troca desigual de cima para baixo, permitindo que o lado coronel da troca saísse enriquecido gerando dependência ainda maior. O sistema hierárquico, em que sobrepunha o poder e domínio do coronel, era frágil, podemos observar que sucessivamente o poder institucional passava de uma família para outra, no contexto do Ceará. Em Limoeiro do Norte, pode-se dizer que os coronéis encontram representação nas famílias Chaves e Oliveira.

Os Chaves detinham o controle da máquina estatal local, e tinham vínculos fortes com a instituição Estado, era o que garantia a permanência no poder. Apesar de a família Oliveira controlar as atividades econômicas e serem

⁴⁹ SCHWARZ, Alf. Op. Cit. Pág. 96

⁵⁰ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis – Rio Janeiro: Vozes, 1995. pág. 49.

⁵¹ MALVEIRA, Antônio Nunes. Op. Cit. Pág. 22.

bem mais progressistas, são os Chaves que conseguem manter o poderio dentro da política.

Eles eram os manda chuva, Franklin Chaves era o chefe. (...) aí tinha Zé Chaves que era irmão e fazia parte da política e Judite Chaves Saraiva, eles sempre eram dono da prefeitura, do ponteiro era a família que mandava em Limoeiro dentro do sistema político.⁵²

As famílias que dominavam politicamente mantinham vínculo com o poder estatal, por meio de deputado ou senador, posição que sustentava sua autoridade no nível local. Além de permitir que todos os arranjos políticos fossem feitos, esses representantes conseguiam eleger parentes para cargos locais, como prefeito e vereador.

1.3. Camponeses pobres: um pouco do seu cotidiano.

Os camponeses pobres tinham também, como atividade econômica fundamental, a agricultura e a pecuária, com características diferentes da agricultura praticada nas grandes propriedades. Na região da Caatinga, os plantios eram feitos como agricultura de sequeiro – plantavam somente nos períodos de inverno e as principais culturas são: feijão, milho, mandioca e algodão. No período de entresafra – julho a dezembro – colhiam a castanha do caju (havia plantações de cajueiro em algumas das grandes propriedades) e faziam outras atividades.

A pecuária, tida como pequena criação de gado, ovelhas e cabras, tinha três funções: complementar a renda da família camponesa com leite e carne; capital em momentos de urgência, pois podiam ser vendidos para sanar gastos com doenças, nascimento ou casamento dos filhos; ajuda nos trabalhos agrícolas: apesar do trabalho em pequenas extensões de terra, alguns pequenos proprietários possuíam “junta de boi”, para facilitar o cultivo agrícola.

Existia fragmentação entre homens do campo: de um lado, camponeses pobres – donos de propriedades pequenas, meeiros ou rendeiros – que trabalhavam de meia para os donos das grandes propriedades, na região

⁵² José Germano Maia. 80 anos. 08/2004.

da caatinga (as propriedades das margens dos rios não eram arrendadas com a mesma frequência), ou seja, trabalhadores pobres. Do outro lado, os moradores do campo, geralmente de grandes propriedades, nos dois espaços, ou seja, nas margens dos rios Jaguaribe e Banabuiú e na caatinga, conciliando as atividades econômicas nos dois períodos (inverno e verão), nas duas propriedades. No inverno, colocavam o gado na caatinga – denominada “propriedade do mato” – e desenvolviam nelas plantios de feijão, milho, mandioca, sempre em grandes quantidades; no verão, traziam o gado de volta para as margens dos rios – “propriedade de fora.”⁵³

Precisamos deixar claro o grupo de camponeses, objeto de estudo. Primeiro, os camponeses do grupo dos pequenos proprietários, moradores da zona rural, que possuíam um único e pequeno estabelecimento agrícola, plantavam nos períodos invernosos, ou seja, praticavam a tradicional agricultura de sequeiro, criavam alguns animais e toda família estava envolvida nas atividades agrícolas, na criação de animais e ainda exercia autonomia para gerenciar a “unidade produtiva camponesa”.⁵⁴ Segundo, os camponeses pobres, não proprietários, garantiam a manutenção da família pelo sistema de “arrendamento”, ou seja, aluguel da terra dos grandes proprietários, do trabalho (na agricultura ou com o gado), nas grandes propriedades.

A atividade econômica dos meeiros e rendeiros seguia as mesmas características – plantam as mesmas culturas, da mesma forma, usando os mesmos equipamentos ou ferramentas, toda família se empenha no cultivo da terra. O meeiro e o rendeiro tinham a obrigação de trabalhar mais e em condições piores – as terras alugadas não são as melhores, muitas vezes, são as mais distantes – para conseguir alimentar a família e pagar o aluguel pela terra⁵⁵. Sem contar que integravam a relação de dependência mais intensa

⁵³ Maria do Carmo Nunes Maia, 70 anos. Entrevista realizada em Maio de 2003. Esta morou 50 anos de sua vida na comunidade rural de Canafistula de Bixopá, atualmente é aposentada e mora na cidade.

⁵⁴ No Brasil podemos afirmar que o termo camponês expressa uma imensa heterogeneidade. Ver. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes; Editora da Universidade de São Paulo. 1973. CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis-RJ. Vozes, 1995.

⁵⁵ HAGUETTE, André – coord. *O Pequeno produtor rural e a estrutura de poder; um estudo bibliográfico do produtor rural de “baixa renda”*. Fortaleza, CETREDE, 1983. págs. 8, 9, 10.

com o grande proprietário. São fatores que revelam diferenças entre os camponeses pobres.

Pela pesquisa, observam-se que diferenças entre estes, como grupo social, mas ressaltamos que, em períodos de seca, apresentam problemas semelhantes. As diferenças eram colocadas à margem e estes passavam a compor o mesmo estrato social, buscando soluções para os mesmos problemas. Dessa forma, consideramos os dois grupos como camponeses pobres, pois o período estudado – a seca – agregava todos.

As palavras de Pierre Vilar, citadas por Ciro Flamarion Cardoso, servem de alerta, aguçando a observação, de forma que os camponeses sejam inseridos em contexto próprio:

“O que me preocupa é o emprego da palavra ‘camponês’ sem qualificações, como se existisse um camponês-conceito, um campesinato ‘em si’. Pois a figura, a imagem do *camponês*, desde que existe uma civilização urbana, é objeto de uma dupla mitificação: de um lado, o desprezo pelo ‘rústico’, do outro, o culto do ‘lavrador’ (ou do pastor), o ‘elogio da aldeia’. Também vimos confrontar-se diante dos nossos olhos duas visões – e sem dúvida duas verdades – do campesinato como fator *político*: um campesinato centro de todos os conservadorismos, de tudo que é reacionário, e um campesinato centro de todas as esperanças revolucionárias (as de um Che Guevara ou de Frantz Fanon). Tais contradições são suficientes para inspirar-nos alguma desconfiança para com a utilização da palavra ‘camponês’ empregada isoladamente, sem distinções ou análises”.⁵⁶

O conceito de camponês, pensado nacionalmente, é bastante amplo, deixa abertura para várias definições. Portanto os camponeses mencionados são homens que trabalham na terra com mecanismos rudimentares, ou seja, não usam artefatos modernos, a não ser o arado ainda pouco utilizado. A família está totalmente inserida no processo de produção, produzia boa parte das necessidades, dirigindo-se à cidade somente para a feira – vender o que produzia para e comprar o que não produzia – ou à missa dominical.⁵⁷ Os

⁵⁶ VILAR, Pierre. “Economia campesina”. Citado por CARDOSO. Op. Cit. Pág. 24.

⁵⁷ Queremos deixar claro o quanto o conceito de camponês é aberto e deve ser relativizado, existem camponeses pobres, médios e rico. Para tanto ver: SILVA, José Graziano e STOLCKE, Verena. *A questão agrária – Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin*. São Paulo: Brasiliense, 1981. WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos* / org., introd. e notas por Rubem César Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

homens do campo se constituem, não somente como camponeses, também como sujeitos sociais⁵⁸ que criam e recriam, pelas experiências, a sobrevivência.

Produção na agricultura
E também na pecuária
Criar uma política agrária
Que tenha forte estrutura
Com base na agricultura
Que dá sustento a nação
Com firme decisão
De criar um sistema novo
Que dê direito a este povo
Ter salário e produção.⁵⁹

Chico Mãozinha colocava a ação camponesa como necessidade, os camponeses estavam sendo chamados a pensar e influenciar nas decisões políticas, que sempre vinham de cima para baixo. A participação dos camponeses estava restrita, havia espaço a ser conquistado e ocupado, integrar decisões sociais e políticas, ocupando lugar como sujeito social, que estivesse além da feira e da missa, espaços freqüentados pelos camponeses, na cidade.

O relacionamento dos camponeses com a cidade acontecia em lugares específicos, que, pela importância, vão ser destacados. Está, na primeira ordem, a feira semanal, que não era o espaço apenas de comercializar produtos e de consumir outros não produzidos no campo, ou seja, destituídos das possibilidades de produção. O roçado, basicamente de feijão, milho e mandioca e derivados, é responsável pelo abastecimento da família, e fornece, de forma direta, a comida necessária, mas “não cobrem essencialmente todos os bens necessários ao consumo alimentar”. Dessa forma, parte dos “produtos eram vendidos para atender ao consumo de outros produtos,”⁶⁰ como rapadura, sal, açúcar, fósforo, sabão, tecido, querosene e outros. A situação é vivenciada em períodos de “normalidade”, ou seja, no ano

⁵⁸ Ver: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. SAHLINS, Marshal. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1990. SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Vol 21 nº 1. jan/jun. 2002.

⁵⁹ Chico Mãozinha. Sem data. O documento está em anexo na integra.

⁶⁰ HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. págs. 122,123.

em que o inverno é bom, ou mesmo, regular, a presença dos camponeses pobres na feira era freqüente.

A feira era assim, a feira já tinha o comércio dos quartos e dos armazém, mas era assim todo mundo levava seus gêneros para vender na feira e colocava no chão, botava o saco de feijão, da farinha, do milho a carga de rapadura uns vendiam e os outros compravam, e aí já tinha as lojas de fazenda, mas não tinha supermercado, mas já era muito evoluído do tempo que eu era menino, tava na era da evolução, mas só tinha essa feira.⁶¹

É importante esclarecer que os camponeses vinham para a feira, aos sábados, vender mercadorias, independente da produção anual – safra – ter sido grande ou pequena, não necessariamente comercializava-se o excedente. Vendiam parte da produção para satisfazer outras necessidades, embora a parcela negociada viesse fazer falta à mesa. Dessa forma:

(...) o excedente comercializável não é propriamente um excedente. O pequeno proprietário, porque precisa obter alguma renda monetária, tem de vender parte de sua produção, prejudicando a alimentação de sua família, aumentando a penúria.⁶²

Sulamita Vieira denomina essa parte da produção de “excedente forçado”,⁶³ não existiam outras maneiras de suprir tais necessidades. “*Quem obriga a gente a vender é a precisão, dona*”.⁶⁴ Na fala de pequeno proprietário citado por Vieira, podemos observar, com nitidez, que estes viviam em péssimas condições de sobrevivência. A produção não dava para satisfazer as necessidades básicas e adquirir as demais sem sacrifício. Assim, o que era produzido refletia no padrão de consumo, e, conseqüentemente, nos graus relativos de pobreza.

Essa atitude denuncia o índice de pobreza do campo, a dinâmica interna dos camponeses pobres – que muitas vezes não produziam o suficiente para assegurar o nível alimentar durante o ano – mostrando que o sistema proporcionava essas condições, ou seja, não tinham outra atividade econômica para ajudar a renda familiar. Dessa forma, o “ano ruim” – seco – complicava a

⁶¹ José Germano Maia, 80 anos. 08/2004.

⁶² HAGUETTE, André. Op. Cit. Pág. 13.

⁶³ VIEIRA, Sulamita. Feira: Espaço de liberdade ou de ilusões? *Cadernos do NEPS*, nº 7 – novembro de 1986. pág. 9. Este trabalho traz uma discussão sobre a feira numa cidade do interior do Ceará – Itapipoca.

⁶⁴ Idem. Pág. 12.

sobrevivência de duas maneiras: primeiro, na impossibilidade do consumo "normal"; segundo, a reprodução do ano agrícola seguinte,⁶⁵ pois parte do produzido era armazenado para ser replantado no ano seguinte, com inverno regular.

Os produtos do roçado tinham que atender várias necessidades: alimentar a família camponesa, ser guardado para o plantio no ano seguinte e ainda ser vendido para abastecer de outras mercadorias necessárias à família.

A feira tem outras dimensões, está para além das relações econômicas de compra e venda, pois se constitui espaço de troca de experiências, encontro com amigos, parentes, hora de mandar recados – receber e enviar cartas para parentes distantes, resolver pendências, consultas com o farmacêutico, ir à barbearia e discutir outros assuntos. Desse modo, "a feira, apesar de ser um fenômeno eminentemente econômico, tem em si outros significados do ponto de vista sociocultural, para o povo".⁶⁶

Pobres e ricos vão à feira, os ricos compram produtos fresquinhos, vindos do campo, os comerciantes ricos compram a produção inteira dos pequenos produtores para vender no retalho, em seus estabelecimentos comerciais, como bem disse José Germano, "uns vendiam outros compravam". Porém, a produção do pequeno não tem o valor real, aspecto que gerava diversidade de negociações. Os negócios se davam das mais variadas formas, produtores, intermediários e consumidores utilizam-se de "mecanismos e artifícios" criados no espaço da feira: comprar fiado para pagar com o apurado, comprar diretamente ao produtor, misturar produtos de qualidade superior com inferior e vender como um só, a propaganda através da fala, as mais diversas trocas, tudo isso torna a feira espaço complexo, com uma diversidade de relações.

Outro espaço da cidade freqüentado pelos camponeses é a igreja. São assíduos às missas, ao domingo pela manhã⁶⁷ e às festas anuais promovidas da igreja: páscoa, festa da padroeira, natal e as festas dos santos como Santa

⁶⁵ HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. Op. Cit. Pág. 123.

⁶⁶ Idem. Pág. 18

⁶⁷ Tinha uma missa que se realizava as quatro horas da manhã esta era para os camponeses pobres. José Germano Maia afirma na sua fala que a "maioria das pessoas do campo freqüentavam essa missa por que não possuíam roupas para se apresentar bem nas outras missas que aconteciam durante o dia onde freqüentavam a população da cidade".

Luzia, São Sebastião, Nossa Senhora das Candeias, Santo Antônio e São José.

Os festejos religiosos têm a ver com o período invernos. As experiências, para saber do inverno, combinavam com as festas comemoradas pela Igreja católica: no mês de dezembro Santa Luzia e Natal; em janeiro, São Sebastião; em fevereiro, Nossa Senhora das Candeias; em março, para fechar o ciclo, São José. Da mesma maneira celebravam a colheita seguindo o calendário da Igreja com Santo Antônio, São João e São Pedro.

A presença deles na igreja era muito comum, também eram fortes doadores de esmolas. *"E o povo atendia a igreja, se esforçava, dava o que podia, arrematava nos leilões para fazer dinheiro pra Igreja mais a igreja vinha pouco a zona rural, mas o povo ia para as celebrações"*⁶⁸. Há uma espécie de queixa contra a Igreja, que não vai até as comunidades rurais: de um lado, estão os camponeses se esforçando para ajudar a Igreja, do outro, não existe retribuição para com essa ação.

São os espaços a que os camponeses têm acesso, na cidade, com restrições por pertencerem ao campo. O mundo rural é visto sob o preconceito que o denomina "espaço do atraso, do arcaico". A década de 1950 marcou a situação pelo crescimento da cidade, porém o campo não "acompanhou", ou melhor, não houve, no campo, o investimento como na cidade. Ainda assim, não podem ser separados, pois percebemos a cidade como extensão do campo.

As festas comemoradas pelos camponeses estavam associadas às festas religiosas, às datas de festejo das colheitas, a apadrinhamentos e às brincadeiras para primos e compadres de fogueira⁶⁹, sem relação de parentesco. Nesse momento, selavam-se compromissos que exigiam respeito, gratidão, solidariedade e ajuda. As festas de Santo Antônio, São João e São

⁶⁸ José Germano Maia, 80 anos. Entrevista realizada em 10 de agosto de 2004. Entre os camponeses, este destaca por não ter receio de falar, conta as histórias do seu tempo com muita propriedade.

⁶⁹ Maria do Carmo Nunes Maia. 07/2003. "Se fosse na festa de João agente dizia: Uma rodiava pelo um lado e a outra pelo outro quando se encontrava boa noite cumade, e você dizia assim boa noite cumade (respondendo), Santo Antonio disse, São João confirmou que nós fosse cumade que São Pedro mandou. Arrodiava três vez e dizia três vezes. Isso acontecia em qualquer uma das três fogueira, quando terminava era cumade, ficava chamando e se acostumava".

Pedro aconteciam no final do inverno – estação chuvosa – em que se realizava a festança da colheita e os laços de amizade eram reforçados.

1.4. A cidade e as famílias tradicionais.

Em 1951, Limoeiro era sede do bispado, aspecto interessante que diz da fortaleza da religião, e da mistura de interesses políticos e econômicos. Mesmo não sendo a maior cidade do Baixo Jaguaribe (Russas e Aracati estavam á frente econômica e politicamente), Limoeiro possuía uma elite⁷⁰ política e comercial “(...) endinheirada proprietária de amplos carnaubais nas suas várzeas, “que” financiou a modernização do espaço urbano, criando escolas, indústrias, estabelecimentos comerciais e várias outras instituições culturais na sede administrativa”.⁷¹ Elite que se deu ao luxo de comprar, para se sobrepôr aos outros municípios, o “Bispado por duzentos contos de réis para a sua cidade (200.000\$000)”.⁷² Agora “é a sede da 4ª diocese do Ceará, tendo sido constituído o necessário patrimônio e construído o palácio episcopal, moderno e amplo na Praça Santo Antônio”.⁷³ A condição de Diocese conduzia a cidade para uma posição diferenciada, principalmente na política, ao ser denominada de “Princesa do Vale”.

Nessa perspectiva, é possível compreender o quanto a Igreja estava envolvida nas questões políticas, ou melhor, como elas se confundiam, pois, se não estivessem tão entrelaçadas, o grupo que dominava, política e economicamente, não tinha despendido tanto esforço para trazer – “comprar” – a sede do bispado para Limoeiro do Norte. A “conquista” rendeu superioridade em toda Região Jaguaribana, não só no aspecto religioso ou econômico, mas

⁷⁰ Compreendendo elite “(...) como um grupo seletivo que detém, numa região específica, as posições de poder sejam no sentido econômico, sejam no sentido político”. CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da Necessidade: Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992. pág. 118

⁷¹ FERREIRA NETO, Cícinato. *Estudos de História Jaguaribana: documentos, notas e ensaios diversos para a história do baixo e médio Jaguaribe*. Fortaleza: Premium, 2003.

⁷² CASTELLO BRANCO, João Olímpio Mons. *O Limoeiro da Igreja: A História de Limoeiro do Norte a partir de seus Párocos*. 1995. Pág. 178. A Igreja juntamente com essa elite faz uma verdadeira campanha na cidade para juntar o montante “uma fortuna amealhada a duras penas, até pelas pobres cafezeiras e os pobres” deram suas contribuições.

⁷³ Esse acontecimento está noticiado assim: “a 07 de Maio de 1938. “Limoeiro arrebatou a palma da vitória, a ser escolhida para sediar o novo Bispado”. Almanaque do Ceará, 1951. Pág. 191”.

na área da saúde e, principalmente da educação: todos os fazendeiros do baixo Jaguaribe passaram a colocar seus filhos para estudar em Limoeiro.

A cidade ganhou novos contornos, iniciou-se uma diversidade de obras de cunho social, construções com o intuito de formar o “clero diocesano”, entre elas, o Seminário Diocesano Cura d’Ars, o Colégio Diocesano Padre Anchieta – para rapazes da região – leia-se filhos dos grandes proprietários – o Patronato Santo Antônio dos Pobres – para as “moças”, filhas dos patrões, ou seja, filhas dos grandes proprietários rurais –, a maternidade São Raimundo – prestando auxílio às mães gestantes, (muitas). Toda essa estrutura servia para atender o baixo Jaguaribe, ampliando a influência dos poderosos de Limoeiro do Norte.

As construções foram iniciadas, sobretudo, com a “mão-de-obra dos flagelados da seca de 1941-1943”, organizadas pela própria Igreja, representada pelo bispo diocesano Dom Aureliano Matos:⁷⁴ “(...) na seca de 1941 a 43, dava-se inicio as construções do Seminário e do Colégio Diocesano, fazendo Dom Aureliano Matos trabalhar os flagelados em troca da sobrevivência, quando os recursos de ajudas externas mal davam para atender as vitimas de inanição”.⁷⁵ Observando que os padres que escreveram sobre Dom Aureliano Matos exaltam, de forma eficaz, os seus feitos, assim perpetua-se, na cidade, a figura desse bispo como o “grande bem feitor”.

Faz necessário lembrar que as transformações beneficiavam as sedes dos municípios. As áreas rurais não tinham acesso aos serviços: as mulheres tinham os filhos em casa, com a ajuda de parteiras, curavam-nos com remédios “caseiros”, ou a chamada medicina popular, com curas e rezas. Eram altos os índices de mortes de parto, e a mortalidade infantil também alcançava números consideráveis.⁷⁶

⁷⁴ Primeiro bispo diocesano de Limoeiro do Norte – CE (1940-1967). Considerado um ícone da cidade, principalmente, pelos grupos religiosos ligados a Igreja Católica.

⁷⁵ ARAÚJO, Cônego Pedro Alcântara. *Capital e Santuário – Miragens Russano Nordestino*. Imprensa Oficial do Ceará – Fortaleza, 1986. pág. 341. Este autor que era vigário da paróquia da cidade de Russas denomina as atitudes da Igreja de Limoeiro como “maníacas obras diocesanas”, fazendo uma crítica pelo fato de ter perdido o bispado para a cidade de Limoeiro do Norte.

⁷⁶ Diagnóstico Sócio-Econômico do Ceará. Op. Cit. Pág. 95. “Vale ressaltar que as taxas de natalidade são altas, mas a de mortalidade também”. Almanaque do Ceará -1953. Percebemos uma certa ironia ao tratar de um problema sério. “Ceará é uma porca velha muito boa parideira, mas muito ruim de peito”. Pág. 79.

O processo de urbanização sobreveio, de um lado, do esforço da Igreja para criar “estrutura digna” de um bispado e, de outro, da elite política e comercial preocupada em construir espaço que trouxesse “ares urbanos”, ou seja, escolas, hospitais, comércio desenvolvido, espaços de lazer (cinema). É visível no município, que a urbanização e o desenvolvimento conseguiram separar fortemente campo e cidade, ou melhor, zona rural e urbana. Os dois se uniam, ou melhor, ocupavam o mesmo espaço em momentos específicos, como a feira, a missa, e algumas das festividades religiosas.

Dom Aureliano foi promotor de “corajosas e generosas” campanhas, financiadas pela elite local: *“tenho feito tudo com a ajuda do nosso povo”*.⁷⁷ O bispo e outros membros da Igreja – pertencentes às famílias Chaves e Oliveira – uniram-se “em prol da gloriosa causa comum, que foi a Diocese Jaguaribana”. Assegurar a condição de Diocese foi um “privilegio” para a História de Limoeiro, assim como ter Dom Aureliano como o primeiro bispo, apesar do autoritarismo – mantinha o Seminário, o Colégio Diocesano, o Patronato, com educação disciplinada e rigorosa, todos os fiéis lhe deviam obediência –, é nítida sua popularidade na cidade, e ninguém ousava dizer o contrário, “para o bispo pastor”.⁷⁸

Em Limoeiro do Norte, a família Chaves passou mais de trinta anos governando, com o apoio da Igreja: a elite limoeirense atuando em diversos setores da sociedade – não somente na política – de maneira que perde poder num espaço, mas não em outros. Verificamos que seu poder estava consolidado em bases fortes.

De 1945 a 1964, o Brasil passa por um período de redemocratização, depois da ditadura do Estado Novo. Alguns partidos são reforçados, criados, reorganizados e vão continuar servindo para conciliar os interesses da elite brasileira. No Ceará, as instituições políticas têm a representatividade baseada na figura do “coronel”, originário legítimo das elites rurais. As elites políticas têm como característica “vínculos clientelísticos fortes baseados em relações pessoais”⁷⁹ por meio do qual mantinham-se no poder por muito tempo.

⁷⁷ Dom Aureliano Matos In: LIMA, Lauro de Oliveira. *Na ribeira do rios das onças*. Fortaleza-CE. Assis Almeida, 1997. pág. 379.

⁷⁸ LIMA, Lauro de Oliveira. Op. Cit. 368.

⁷⁹ CASTRO, Iná Elias. Op. Cit. Pág. 133.

A cidade, na dimensão da política institucional, tem visível a divisão, em dois partidos políticos: PSD (Partido Social Democrático, surgido da burocracia do Estado Novo) e a UDN (União Democrática Nacional, criada pelas oligarquias, na tentativa de expressar oposição). Representavam a estratificação dos segmentos dominantes, no campo e na cidade, como também a divisão do poder.

O poder político “oficial” estava restrito ao PSD – representado pela família Chaves – que, há anos,⁸⁰ dominava a política local, ou seja, a cada quatro anos, trocava o prefeito, com o cargo destinado a membro da tradicional família, ou de outra também tradicional, que comungasse com as mesmas atitudes e idéias.

A UDN, em oposição, era representada pela família Oliveira,⁸¹ com funções econômicas (a maior rede de comércio da época) como dona das maiores propriedades rurais produtoras de cera de carnaúba, produto que estava no topo da economia Jaguaribana; também conhecidas como de pecuaristas. Dominaram o comércio da cidade, pois, além de várias lojas de tecido, compravam a produção de algodão, de couro, de cera de carnaúba e de outros produtos do campo. Implementaram um sistema de crédito para os camponeses produtores, emprestando dinheiro, até mercadorias a serem pagas na safra seguinte.

Iná Elias de Castro coloca a existência de uma “tradição política familiar”, no Nordeste, em que a sucessão dos membros da família e a presença de chefe de poder na política caracterizavam-na. Limoeiro do Norte não foge à regra, com duas famílias que se destacaram por integrar a elite, por disputar o poder local.

De um lado, estavam os Chaves, reconhecidos pela influência política, por serem donos dos cartórios e sempre vitoriosos nas eleições. A influência estava para além do universo local, ou seja, se estendia ao estadual, nos anos de 1950 Franklin Chaves chefe da família, era deputado estadual, representação garantida para toda região baixo Jaguaribe: “(...) o deputado

⁸⁰ Desde a emancipação política em 1897. LIMA, afirma que estes detinham o poder burocrático, através do cartório, com possibilidade de manipular os processos eleitorais nessa cidade.

⁸¹ Em nível estadual este partido tinha como representação a família Távora. Ver MOTA, Aroldo. *História política do Ceará 1950 – 1954*. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1997. pág. 27

Franklin Chaves, chefe político de maior evidencia naquela zona, e seu digno representante na Câmara Estadual".⁸² No espaço da política estadual, a família Chaves circulava com tranquilidade.

Do outro, os Oliveira "*comandavam o comércio, eram proprietários das maiores extensões de terra, era dona de imensos carnaubais*"⁸³ – ocupava o universo econômico, que desembocou no político. O chefe da família era Manfredo de Oliveira Lima. Trouxeram transformações econômicas para o município, alcançando para além desses fatores apontados, pois desenvolvendo na cidade, aspectos culturais.

Os dois grupos familiares compunham a arena de disputa pelo poder local. No universo estadual, parece que a disputa política não era constatada. No anuário dos municípios, um cronista escreve que "*Limoeiro passou a ser uma espécie de Suíça. A Política é calma. Os líderes não se ofendem e, passada a campanha eleitoral, não há recalques e nem ficam inimizados. Todos se entendem e se conversam para prosperidade local*".⁸⁴ Podemos ver contradição em relação à política local, diante das leituras, na tentativa de compreender as circunstâncias políticas, a situação do processo político não era de tanta passividade. Ao contrário, o embate entre os dois grupo se tornou visível. A historiografia local define uma relação conflituosa, pelo poder.

Nesses anos, os Oliveira já tinham conquistado espaço na política, através de Manuel de Castro Filho⁸⁵, considerado como "testa de ferro" dos Oliveira. Ainda não tinha o "prestígio político" de Franklin Chaves mas, aos poucos o foi conquistando, reconhecido como o "cacique do vale", "líder local de grande prestígio", pelo seu desempenho político na sociedade.

A economia girava em torno da produção da cera de carnaúba, do algodão, oiticica e alguns cereais. Vale ressaltar "*que o ciclo da cera de carnaúba, principalmente entre os anos de 1930 e 1960, foi responsável pela*

⁸² Jornal Gazeta de Notícias. 13 de Junho de 1951. Reportagem de Wildo Celestino.

⁸³ Idem. Pág. 198.

⁸⁴ UCHÔA, Valdery. *Anuário do Ceará. História do Ceará e dos municípios. 1953 – 1954. 1º vol.* Fortaleza – Ceará, 1976.

⁸⁵ Manuel de Castro natural da vizinha cidade Morada Nova, a partir do momento em que veio morar em Limoeiro ganhou o apoio da família Oliveira, sendo seu maior representante. Este também era considerado em todo Vale do Jaguaribe como pai dos pobres e denominado o cacique de vale, mostrando o domínio e poder que possuía. "Este dirigiu a política de Limoeiro, durante anos, chegando a governador, substituindo Virgílio Távora". LIMA, Lauro de Oliveira. Op. Cit. Págs. 343, 344, 345.

expansão econômica de cidades e vilas do Baixo Jaguaribe".⁸⁶ Os Oliveira produziam e comercializavam, dominando o mercado na região. Esse aspecto garantia-lhes poder no campo e na cidade, pois, além do predomínio no comércio, eram possuidores de enormes propriedades rurais.

A situação confirma o que Williams afirma sobre a dispersão do poder, ou seja, este não está restrito ao espaço da cidade, do contrário, vai estar presente também no campo⁸⁷, comandando as relações entre patrões e empregados, ou melhor, grandes proprietários e os trabalhadores – camponeses desprovidos de terras ou donos de pequenas extensões de terra.

A família Chaves, com sua "dinâmica" política, ou seja, detentora do "Estado Cartorial", eleição a eleição ia garantindo espaço. Desde a emancipação política do município, em 1897, sustentava-se no comando, cuidava cautelosamente do processo eleitoral. Em eleições fraudulentas, os Chaves controlavam toda a estrutura burocrática eleitoral, agindo da forma que desejavam, sem intervenções.

"O camarada quando era na véspera da política, o chefe dele vinha com as chapinhas todas dobradas, trazendo tudo como era, recomendando logo, você não mostre a ninguém e ele não sabia nem em quem votava, já vinha tudo selecionado, ali você pegava aquela chapa dentro de um envelope e no dia de votar vinha para cá, você não olhava nenhuma, era só pegar e botar na urna eu mesmo votei assim".⁸⁸

A fala denuncia os mecanismos usados pela elite política – os Chaves – para a manutenção do poderio. Sabemos que as eleições fraudulentas caracterizavam o poder local, nesse período, não só na região.

Havia muito boato que pessoas teve de votar em quatro, cinco sessões com títulos de mortos, eu não provo, mas corria o boato. Isso dava um número de votos muito grande num tempo que o eleitorado era pequeno, mas a voz do mundo voz de Deus.⁸⁹

⁸⁶ FERREIRA NETO, Cicinato. *Estudos de História Jaguaribana: documentos, notas e ensaios diversos para a história do baixo e médio Jaguaribe*. Fortaleza: Premium, 2003. Pág. 452.

⁸⁷ WILLIAMS, Raymond. 1921-1988. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pág. 48.

⁸⁸ Antonio Chaves, 79 anos. Entrevista realizada em 04/1999.

⁸⁹ José Germano Maia. 80 anos. Entrevista realizada em 08/2004.

Os próprios camponeses observavam o abuso político, nas eleições, a ausência de fiscalização e como não são garantidos direitos de questionar tais posturas. Ao dizer “eu não provo”, aponta que os aspectos políticos são sensíveis, ou seja, não pode se comprometer nem com a própria fala e pensamento.

A zona urbana “fabrica” essas condições e aplica, no campo, desenvolve práticas políticas como se fossem regras naturais. Entre alguns camponeses, a queixa de ter forçadamente votado em determinados candidatos é comum. Outros, porém, consideram o processo natural.

Zé de Tico que era nosso cabo eleitoral, nessa eleição chegou na minha casa de madrugada, já trazendo as chapas pra eleição no outro dia Zé, Zé acorde pra mim entregar o mói de chapa já para votar no outro dia, havia facilidade de fraude era muito grande, desde o vereador até os outros todinho, pra você votar no outro dia era só você ir pra mesa assinar a folha de votação, e empurrar lá na boca da urna, que tinha dois centímetros de largura empurrava tudo de uma vez.⁹⁰

Nas comunidades rurais, os chefes políticos, ou seja, os “correligionários”, eram responsáveis por fazer ponte entre dois mundos diferentes, que se complementavam e aproximavam a relação campo e cidade, entre o poder e “ausência” de poder. Não conseguimos identificar rejeições a essas ações, até o ano de 1954, quando o quadro político da cidade se modificou.

A família Chaves, de fundamental importância na “compra” do bispado, já não tinha mais as práticas acatadas pela Igreja. Posturas arbitrárias adotadas com relação aos pobres provocavam algumas divergências entre a Igreja e os Chaves. Alguns padres discordantes da política partidária, muito facilmente, eram rechaçados para fora da cidade, pois representavam, entaves às práticas políticas.⁹¹

⁹⁰ José Germano Maia. 80 anos. 08/2004.

⁹¹ O Padre Caminha foi quem mais se esforçou para trazer para Limoeiro o Bispado, logo após a instalação da Diocese “foi ele transferido para Riacho do Sangue, decisão tomada pelo arcebispo D. Manuel, levado ‘por denúncias caluniosas’ contra o Pe Caminha, de comportamento impróprio a um sacerdote. Consta que a família Chaves fez pressão junto ao arcebispo-administrador católico apostólico da nova Diocese, para que o Pe Misael Alves de Sousa fosse nomeado vigário geral. Pe Misael, ex-integralista, era ligado, intimamente, à família Chaves”. LIMA, Lauro de Oliveira. Op. Cit. Pág. 366, 367.

Além da dominação cartorial, os Chaves controlavam, muitas vezes, através dos vigários da paróquia, o poder eclesiástico. Quando um vigário sem ligações sanguíneas com os Chaves tentava enfrentar seu poderio, abriam contra ele uma guerra de morte, como fizeram com o Pe. Acelino, que terminou sendo suspenso de ordem, substituído, por pressão dos Chaves, pelo cônego Climério Chaves tio de Franklin e Judith.⁹²

Os Chaves, que regiam as relações pelo controle burocrático e político, levaram, a cabo o domínio, não permitindo imposição de idéias divergentes, ou seja, usavam o poder para retirar as "pedras" do caminho. Desse modo, conseguiram domínio ampliado no campo, onde várias formas de poder se complementavam.

Ao passo que não davam conta do controle dos setores sociais, passaram a abrir o grupo familiar para os correligionários políticos, membros de outras famílias abastadas da região, que não integravam a elite que disputava o poder político partidário. Aos poucos, a oligarquia dos Chaves foi abrindo portas para outros, sem perder o poderio.

Mesmo com indivíduos de outras famílias como candidatos a prefeito, estes estavam sempre por perto.⁹³ Podemos dizer que era uma forma de garantir e manter o poder, estendendo para outras famílias, como estratégia política: trazer outras famílias que até se submetiam aos caprichos políticos dos Chaves, para compor a elite política e poderosa da cidade

Nessas circunstâncias, construiu-se a estrutura urbana de Limoeiro do Norte. Vale ressaltar que os Oliveira tiveram importância nesse processo, pois eram comerciantes denominados de "progressistas" e reconhecidos pelos limoeirenses como agentes do desenvolvimento comercial, industrial e bancário da cidade. O início do desenvolvimento é dos anos 1930, com a expansão da cera de carnaúba.

⁹² LIMA. Op.cit. pág. 325.

⁹³ O quadro político da cidade da década de 1930 a 1950 permite uma mostragem: "De 1933 a 1934, Sindulfo Serafim Freire Chaves é nomeado prefeito. De 1935 a 1936, Custódio Saraiva (marido de D. Judith Chaves, filha de Sindulfo Chaves) é nomeado prefeito. De 1936 a 1937, o prefeito é José Chaves filho de Sindulfo Chaves. De 1937 a 1945, nomeado pelo interventor Menezes Pimentel, Custodio Saraiva (corre a fama de que quem, verdadeiramente, controlava o poder nestes oito anos de ditadura, era D. Judith, esposa de Custódio e tabeliã). De 1945 a 1954 os Chaves exercem o poder através de seus correligionários: a) de 1945 a 1948 Francisco Remígio; b) de 1948 a 1951 Estevão Remígio de Freitas; c) de 1951 a 1954 Francisco Nonato Freire, chamado de Mixico (o ultimo prefeito dos Chaves)". LIMA. Op.cit. pág. 324

A Firma Oliveira & Irmão constituía-se, sem dúvida, a de maior prestígio e valor. Era, na realidade, dado o ecletismo de suas atividades, o que se denomina hoje de complexo. Vendia tecidos, ferragens, estivas e miudezas, e comprava algodão, cera de carnaúba, e peles de animais.⁹⁴

O comércio, ainda restrito à feira, aos sábados, transformou-se quando os “irmãos Oliveira”, considerados grandes empreendedores, montaram a sociedade “Oliveira & Irmão” que rapidamente dominou o comércio da cidade, *“comprando cera, algodão, couro e mantendo loja de fazenda e facilitando dinheiro aos produtores”*.⁹⁵

Aos poucos, com inserção de novos elementos, a cidade, que vai ganhando ares de modernidade, são os primeiros a comprar veículos motorizados, ou seja, “adquiriram um caminhão” e passaram a exportar os produtos para Fortaleza. Trouxeram luz elétrica, montaram fábrica de descaroçar algodão e industrialização de redes, construíram as mais belas casas.

Com o desenvolvimento econômico, investiram nos aspectos culturais, como cinema. E o domínio não ficava reduzido à cidade: o campo também estava submetido às novas técnicas e a novos elementos. Por volta da década de 1930, os Oliveira introduziram, na região a criação de gado zebu e holandês, o que não significava que a pecuária não estivesse na região, mas grande parte dos rebanhos eram criados “soltos”, “gado pé-duro ou crioulo” – sistema de pecuária extensiva, característica do sertão nordestino.

A partir de 1930, Limoeiro começa a se desenvolver, o que se intensifica por toda região jaguaribana. Nos anos de 1940, a cidade compõe os centros mais desenvolvidos do Estado. Somente no fim dos anos de 1940 e início da década de 50, “Limoeiro foi inserido com Tauá, Quixadá, Ipu e Baturité, na 4ª categoria”,⁹⁶ entrando para o rol dos municípios que possuem estradas estaduais, as quais trazem mudanças para as práticas comerciais. A

⁹⁴ SOMBRA, Waldy. *Mestre José Sombra: Vida e Época*. Limoeiro do Norte – Ceará. 1994. pág. 21.

⁹⁵ LIMA. Op. Cit. Pág. 327.

⁹⁶ Diagnostico Sócio Econômico do Ceará. Op. Cit. Pág. 109. Entram nessa categoria municípios que podem comercializar, ou seja, estabelecem relações com os municípios das 1ª e 2ª categorias. Os produtos que são de uma única região passam a circular. Essa denominação mostra a hierarquia dos centros comerciais do Estado.

construção da Transnordestina ou BR – 13, atualmente de BR – 116⁹⁷, trouxe modificações para a economia local, ou seja, a produção está circulando: “(...) essas vias de escoamento fácil (...) têm melhorado o padrão de vida dessas zonas e intensificando as atividades comerciais, o que contribui para a formação da riqueza pública”.⁹⁸

Sabemos da importância das rodovias para o desenvolvimento dos municípios do Vale do Jaguaribe, mas não podemos concordar que modifiquem o modo de vida dos camponeses pobres que vendem parte da produção para os grandes comerciantes locais. Contribuem fortemente para o enriquecimento dos grandes proprietários da região, que compram a produção dos pequenos, exportando para outras regiões do país, como atravessadores, ganhando vultuosos lucros em cima de negociações.

1.5. A seca: 1951 – 1953.

No início da década de 1950, o sertão nordestino foi tomado por mais uma seca, por três anos, mais precisamente, 1951, 1952, 1953⁹⁹. Por mais que as estiagens tenham se transformado em situação conhecida dos camponeses, por mais que eles tenham vivido outras anteriormente, com a incidência de uma seca, chegava junto com ela, o medo, amedrontando os sertanejos das zonas mais áridas do sertão. E o campo, de acolhedor¹⁰⁰, passava a ser lugar de miséria, da fome, da inanição.

No mês de dezembro, os camponeses acionavam seu observatório natural, ou seja, pelas experiências aprendidas com pais, avós e outros, principalmente os mais velhos, guardiões do saber, passavam a observar a lua, os astros, os animais, as plantas e os insetos, que vão lhes mostrar sinais de

⁹⁷ O trecho que corresponde à cidade de Limoeiro do Norte teve construção iniciada em 1942. LIMA. Op. Cit. Pág. 425. Vale salientar que a sede do município fica fora do traçado da rodovia, distante sete quilômetros.

⁹⁸ PRADO, Danilo. Estradas Estaduais do Ceará. Almanaque do Ceará 1950. Pág. 68

⁹⁹ O jornal Nordeste nos períodos que se referem ao inverno, todos os dias publica notícias sobre a seca. São notas breves das cidades prejudicadas com a escassez de água e alimento, como também reivindicações. “A estiagem que se verificou em Limoeiro destruiu as esperanças de boa cultura que as chuvas caídas há vinte dias deixavam entrever”. Jornal Nordeste 18.05.1953.

¹⁰⁰ Ao campo debruçamos um olhar idílico. Dessa forma somos inviabilizados de perceber as relações de confronto. WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

como será o próximo inverno. Essas observações, que eles próprios chamam de “experiências”, são as mais diversas possíveis, como também o único meio em que se baseiam para ter idéia do inverno que virá, bom ou ruim.

As “experiências” iniciam, no mês de dezembro com as festividades de Santa Luzia, de nove a treze desse mesmo mês, numa das comunidades rurais, Espinho. No período das festividades, a observação se aguça: se aparece no céu um círculo envolvendo a lua, conhecido, entre eles, como “lagoa da lua”, é bom sinal. E a esperança de um ano “bom” é fortalecida. O comportamento dos animais também é importante, seu Idelfonso relata sua observação:

O tatu, eu já ouvi dizer que tem tatua pren'a. Agora o que ainda não vi, é o gavião vermelho. É ele fazer nin. Eu ainda não achei e nem vi ninguém dizer que tenha achado. A gavião vermelho, ele fazendo o nin, ele pondo, ele vendo que não há inverno ele bota os ovos pra fora. Derruba no chão que é pra num nascer. Em ano de seca eles pode pô, mais quando eles vê que não há inverno eles quebra os ovos. Por que não vai haver inverno, não vai haver comer pra ele dá pros filhos, né?¹⁰¹

Com sua experiência, expressa a sabedoria popular – conhecimento sobre a natureza (o céu, o vento, a temperatura da água), os animais, as plantas – aspecto de extrema relevância entre os camponeses. Como também mostra que esse saber é dividido na comunidade: “eu não achei e nem vi ninguém dizer que achou”. Sempre que um membro identifica evidência, de indícios do inverno, conta para os outros ou ainda para idosos de comunidades vizinhas.

Outro aspecto interessante é a *intimidade com o universo natural do qual retiram orientações sobre a chuva e a seca, mas, não se trata de uma convivência apenas espacial, afinal, nem todos aqueles que vivem no sertão*

¹⁰¹ Idelfonso dos Santos. 76 anos. Entrevista realizada em Janeiro de 2003. Este mora e trabalha na comunidade de Viuvinha, a mais distante da sede do município, fica a 30 Km, a vida inteira trabalhou na agricultura de sequeiro que necessariamente precisa do inverno.

são profetas.¹⁰² Alguns camponeses se destacam pelo poder de observação e aprendizagem, chamados de “profetas da chuva”.

Consultar os mais idosos para verificar sua posição em relação ao inverno faz parte dos costumes, fator importante. Nas comunidades rurais, os idosos têm um saber extremamente valorizado, principalmente entre os homens, que se preocupam em aprender um pouco para facilitar a vida no campo.

O início de ano era sempre momento de tensão. Janeiro, mês muito esperado, pois, se a chuva viesse, começava o inverno, sem chuva ou com pouca, a situação se transformava. Com as chuvas, as fontes de alimentação apareciam – maxixes, jerimuns, melancias nasciam rapidamente, trazendo para os camponeses pobres dias de mais fartura.¹⁰³

Fevereiro – os camponeses continuam na expectativa, rezando terços, tríduos, novenas; fazendo promessas a santos, como forma de aumentar a fé e unir forças para pedir chuva. Março é um mês especial, pelo dia de São José – santo padroeiro do Ceará –; até o dia 19, as esperanças e a crença ainda são fortes. Passado esse dia sem sinal de chuva, a necessidade com a tristeza batem a porta do camponês, a seca estava declarada. Assim começa a seca de 1951, continuando em 1952. As chuvas, nesses dois anos, são raras.

No Sertão Nordestino, a média anual é de 700 mm de chuva, com uma irregularidade média de 30-40% ao ano. No Ceará, ainda é maior: de 30-50% ao ano.¹⁰⁴ No primeiro semestre de 1951, em todo Vale do Jaguaribe, as chuvas somaram apenas 285,5 mm.¹⁰⁵ Em 1952, o quadro foi pior, menos chuva que no ano anterior, segundo José Nunes, tornando mais grave. O que já estava complicado: “(...) em 53 não chove nada, a escassez é terrível”.¹⁰⁶

Com tão pouca chuva, não é possível produzir, acumular água nas cacimbas e lagoas, comprometendo a vida dos animais. Dessa forma, a fome vai aumentando. Para o camponês, a seca se apresenta pela escassez, “falta

¹⁰² RIOS, Kênia Sousa. O tempo por escrito: sobre lunários e almanaques. In: *Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense* / Gilmar de Carvalho, organizador. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. Pág. 81.

¹⁰³ Maria do Carmo Nunes Maia, 70 anos. Entrevista realizada em 07/ 2003.

¹⁰⁴ FEIO, Mariano. Perspectiva da Ajudagem no Nordeste Seco. *Revista Brasileira de Geografia*. Abril-Julho de 1954. pág. 55

¹⁰⁵ STERNBERG, Hilgard O'Reilly. Aspectos da seca de 1951, no Ceará. *Revista Brasileira de Geografia*. Julho-Setembro de 1951. pág. 329

¹⁰⁶ José Nunes. 64 anos. Entrevista realizada em 09/1997.

de comida e de água” que coloca em risco a própria sobrevivência. Portanto, para o camponês, a seca é identificada na carência, em não ter o “mínimo necessário” à sobrevivência.

Dois anos passaram sem construção de obras públicas, de “emergências” ou de distribuição de alimentos: “(...) em 51 e 52 não tinha cestão de alimento não, as fontes de serviço foi só em 58, fizeram essa rodagem que chamam de rodagem de 58, em 53 só teve esses alimento que o povo levou porque o prefeito não deu”.¹⁰⁷

Nas secas do século XX, foram criadas várias estratégias para controlar a população camponesa vitimada pela “seca”, entre elas, a distribuição de alimentos, a migração e a construção de obras públicas, como mecanismo para ocupar a mão-de-obra camponesa desocupada por conta dos efeitos da seca. Nesse período, o DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas, órgão do governo criado para viabilizar programas e resolver problemas relacionados à seca, está estabilizado, responsável pelo estudo e execução das obras.

Relatório do órgão afirma que está ampliando o programa de construção de obras para atender aos flagelados, ou seja, os camponeses transformados em flagelados pelo prolongamento da estiagem. “Embora com o programa de construções rodoviárias limitando a conclusão de obras que faziam parte do plano do Departamento de Secas, obrigou o início de novos serviços para permitirem socorro a maior número de operários”.¹⁰⁸

No ano de 1951, não foi destinada, para a região, nenhum projeto de trabalho¹⁰⁹, nem houve distribuição de alimentos para os camponeses. Entretanto a fome foi aumentando, a cada ano, a situação agravava-se mais e mais.

No ano seguinte (1952), a cena torna a se repetir.

(...) o problema da seca já no segundo ano cada dia vai se agravando mais, a situação das famílias especialmente as crianças por falta de alimento pois até água ta faltando, pois os dois anos xueu muito pouco apenas ove uma pequena colheta e poca pastage. Como

¹⁰⁷ Raimundo Melquíades de Freitas (Raimundo Tenente), 80 anos. Residiu no distrito de Bixopá por toda vida e foi agricultor. Entrevista realizada em Março de 2001.

¹⁰⁸ Relatório dos Trabalhos realizados no ano de 1951. Biblioteca do DNOCS.

¹⁰⁹ Dado retirado do Boletim Técnico Nº 10. Relatório anual de obras e serviços do DNOCS, 1951.

iríamos enfrenta, a carença é grande de alimentação para as crianças especialmente de leite que está custando cento e cinquenta cruzeiros um litro e não existe o leite.¹¹⁰

A fala evidencia alguns fatores. Primeiro, o fato de ser o segundo ano seco, sem providências, tornando mais grave a situação no meio rural. Segundo, a preocupação do camponês com o grupo, com a comunidade, à pergunta: como vamos enfrentar? Terceiro, é a atenção para com as crianças, as primeiras a sentir as graves consequências do problema.

Partimos do pressuposto que este camponês tinha ativa vida política, que, na comunidade, era uma espécie de líder, preocupado com as questões do grupo, tentando organizar a comunidade para enfrentar a seca. No segundo ano seco, o Estado não tinha enviado para cidade nenhum recurso de obra ou distribuição de alimentos – mecanismo assistencialista do período. O descaso das autoridades, somado à fome crescente, são fatores que possibilitaram pensar estratégias, criadas para sobrevivência, de algum modo.

Dessa forma, no primeiro momento, os camponeses tentavam se remediar com os vizinhos da comunidade. Mas os recursos se esgotam, de modo que não conseguem mais se arranjar no campo. Os camponeses começaram uma movimentação, procurando, na cidade, as autoridades políticas, na tentativa de diminuir o sofrimento. As primeiras manifestações se dão com pedidos, principalmente, de comida e água, dirigidos não somente às autoridades políticas como também aos moradores da cidade, à Igreja, ao comércio. Ao chegarem os camponeses à cidade, com pedido de socorro, a seca passa a ser sentida por esses segmentos da sociedade, adquirindo novos significados.

No segundo momento, os pedidos se transformam em pressões, ameaças. As práticas paternalistas, que deveriam “assistir” os camponeses em períodos de escassez, não são utilizadas, assim a seca possibilitava mudanças nas formas de submissão, que se invertiam e se caracterizavam de outras formas. Os camponeses eram considerados pacatos, fortes, enquanto se seguravam no campo, apesar de todas as dificuldades. A partir do instante em que caminhavam em direção à cidade, essas características assumiam outras marcas, muitas vezes, pejorativas e preconceituosas, ou seja, quando

¹¹⁰ Manuscrito de Chico Mãozinha, sem data.

procuravam evidenciar as condições de miséria eram taxados de *"flagelados e famintos"*.¹¹¹

As relações criadas, vividas, contrastadas, no campo e na cidade, definindo como o camponês vivenciava os dois espaços, no período de estiagem, são imprescindíveis para compreender a presença do camponês na cidade. Assim como as dificuldades enfrentadas pelos mesmos no momento de adentrar o espaço da cidade para manifestar situação e expressar o seu sofrimento.

O movimento em direção à cidade se reveste de diversos significados, pois lá residia o poder. Observa-se também que, na cidade, o poder obedecia a uma hierarquia. Ou seja, o poder político é representado por espaços: prefeitura, câmara de vereadores, casa do prefeito; o poder religioso: Igreja, seminário e a casa paroquial; o poder econômico: os estabelecimentos comerciais, o mercado, a feira livre.

Portanto, os camponeses procuram a cidade, "palco do progresso", "expressão de uma heterogeneidade, de variedade e aglomeração", como também expressão de "uma forma social dominante".¹¹² Por serem conhecedores do que ela representa e evidencia, assim, a cidade transformava-se no destino dos camponeses pobres e famintos. Além de ser um significativo espaço de decisões políticas, de poder, era na cidade que parte dos problemas eram resolvidos.

¹¹¹ Essas são as expressões encontradas nos Jornais: O Nordeste 1951, 1952, 1953, 1954; Gazeta de Notícias 1951, 1952; Jornal Unitário 1952, 1953.

¹¹² WILLIAMS, Raymond. O campo e cidade: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pag. 215.

Capítulo II: MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

"O chicote da necessidade fez as idéias galoparem".
(Chico Mãozinha)

Às 9 horas da manhã, 13 de abril de 1953, em Limoeiro do Norte, camponeses famintos, vindos de várias comunidades rurais: Bixopá, Canafistula, Croatá, Cabeça da Vaca, Viuvinha, Tanquinhos, Córrego do Feijão, Gado Bravo, Campestre, Lages, Danças, Espinho, dentre outras, se juntaram, em aglomeração, ao lado do Mercado Público, onde centralizavam os estabelecimentos comerciais, que funcionavam diariamente e onde se realizavam as feiras semanais. O grupo composto com 100(cem) camponeses – aproximadamente – se dirigira à casa do prefeito, o Sr. Francisco Nonato Freire, conhecido pela alcunha de Mixico Nonato, pois, ao lado da casa, um armazém havia boa quantidade de gêneros alimentícios, mais precisamente, havia chegado ao armazém um caminhão de mercadoria doado pela CAN – Companhia de Abastecimento do Nordeste, para distribuição entre os camponeses, "flagelados pela seca".

Os camponeses ficaram sabendo da mercadoria que devia ter sido distribuída há alguns dias, o que não aconteceu. Não organizada a distribuição e com a fome desses homens, não restava alternativa: decidiram saquear – ou invadir, como sempre fazem referência, a mercadoria que já era deles. Assim, encaminharam-se até o local, arrombaram a porta e levaram gêneros alimentícios que foi possíveis.

Embora o saque fosse praticado considerável numero de camponeses, somente Francisco de Andrade Maia – Chico Mãozinha – foi perseguido, preso e responsabilizado pela liderança: havia levado apenas 3 (três) latas de leite em pó.

Depois da "invasão", sai caminhando a pé em direção a sua casa, na comunidade de Canafístula do Bixopá, parou na comunidade de Danças para almoçar e descansar um pouco na casa do compadre – Joaquim Elias. Às três horas da tarde, é abordado pela polícia. Trouxeram-no para a sede do município, em seguida, encaminhado para a vizinha cidade de Russas tentaram matá-lo no caminho, como era muito religioso e fervoroso, conseguiu se livrar rezando. Passou a primeira noite preso em Russas, no dia seguinte

foi levado para Fortaleza, onde passou 13 (treze) dias, preso. Depois, foi solto com a ajuda do deputado Manoel de Castro – líder da oposição na região do Baixo Jaguaribe.

A história foi construída com base nas entrevistas dos camponeses, moradores da cidade, familiares de Chico Mãozinha, o padre, vereadores e comerciantes. As falas possibilitaram relatar, dessa forma, a história, pois a maior parte dos entrevistados contaram, aproximadamente, a mesma história, com os mesmos detalhes. Com a intenção de não ser injusta e colocar a versão apenas de um entrevistado, arrisquei montar a história a partir das várias falas. A diferença estava no estado emocional e lugar social desses sujeitos que possibilitaram que cada um compreendesse os acontecimentos de uma forma. À proporção que as falas aparecem no texto, situa-se lugar social dos sujeitos envolvidos.

Com as histórias ouvidas em casa, fui construindo rede de relações e, assim, foi possível o contato e entrevistas com as pessoas escolhidas. A princípio, foi difícil conversar, com elas, sobre o saque, em Limoeiro do Norte, pois eu tinha receio forte de dizer que era neta de Chico Mãozinha, pensando que pudesse inviabilizar ou impedir que as pessoas falassem mais abertamente. Mas o processo aconteceu ao inverso: depois que me apresentei dizendo que ele era meu avô materno, o contato foi facilitado e os depoentes ficaram mais à vontade.

Assim, consegui tecer um conjunto de depoentes, nas entrevistas, sempre indicavam outras pessoas importantes para falar sobre o assunto, formando uma rede de narradores. Alguns, depois de várias visitas, se tornaram amigos. Sempre ia à casa do entrevistado, para visitá-lo e conversar sobre sua vida, com gravador, se se permitia a gravação.

Os relatos, somados a outras fontes, possibilitaram a análise de como os camponeses se juntaram, se organizaram, pressionaram e negociaram com a elite urbana e autoridades políticas, no espaço que lhes era alheio, a cidade, ou melhor, a sede do município. O prolongamento da seca modificava a realidade dos camponeses pobres, obrigados à prática de ações que não compunham o seu cotidiano – como se manifestar, negociar uma situação de miséria, invadir e saquear no espaço da cidade.

A década de 1950 é assinalada com as marcas herdadas do período anterior, fim da ditadura do Estado Novo, ou seja, abertura política e, conseqüentemente período de democratização, elementos essenciais para pensarmos a difusão dos movimentos sociais no campo. Toda a conjuntura política da década de 1940 deu continuidade ao processo de lutas, conflitos, conquistas que se apresentaram ao longo do século XX, muitas delas hibernadas pela ditadura da era Vargas.

A historiografia relata como os movimentos sociais urbanos, que uniram principalmente¹ o operariado, cresceram. Trabalhadores do Brasil inteiro se movimentaram nesse início de século, nas grandes cidades, foram inúmeras as lutas por direitos e conquistas, o movimento operário difundiu-se possibilitando o crescimento do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o surgimento do PTB (Partido dos Trabalhadores do Brasil)², muitas vezes, na vanguarda dos movimentos, urbanos ou rurais.

O governo Vargas fez um profundo investimento, pela propaganda e imprensa, na criação de sindicatos corporativistas, uma forma de canalizar e controlar a movimentação que se apresentava forte e constante. Vale salientar que as primeiras preocupações do governo federal estavam voltadas para o operariado urbano; assim, ao longo da década de 1940, os trabalhadores do campo estavam relegados a segundo plano. Mesmo que Vargas, com o projeto de sindicalização, estivesse envidando esforços para envolver os homens do campo, através da sindicalização rural,³ essa foi mais tardia.

No campo, as organizações camponesas, que resultaram nas Ligas e Sindicatos, se efetivaram em meados da década de 1950, e *surgem num período de uma certa normalidade democrática, de alargamento da participação popular e de crescente mobilização política dos mais variados*

¹ Ver: GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. Pág. 263,264. Vale salientar que as organizações, principalmente sindicais são estimuladas e influenciadas pelo Governo Vargas, como mecanismo para obtenção de apoio.

² FORTES, Alexandre e NEGRO, Antônio Luigi. Historiografia, Trabalho e Cidadania no Brasil. In: *Trajeto*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. – v. 1, n. 2 (jun. 2002). – Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2002. Pág. 41

³ GOMES, Ângela de Castro. Op.Cit. Pág. 293

setores da sociedade.⁴ Além dos movimentos organizados, outros aconteceram, como as ações camponesas, ou movimentos de multidão faminta em períodos de seca.

Em vários estados nordestinos, houve conflitos rurais. Setores como a Igreja Católica disputavam o controle das manifestações, da criação de sindicatos rurais com o Partido Comunista. A questão fundiária e as propostas de Reforma Agrária eram o eixo central dos conflitos.⁵

Nesse contexto, vários segmentos sociais – agricultores, vaqueiros, pequenos produtores, rendeiros, parceiros marcam presença como sujeitos agentes. Passaram a participar das lutas e foram incluídos, todos, na mesma categoria – camponês – que passou a ter significado político. *Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade as lutas dos camponeses.*⁶

Assim, juntar os homens do campo na mesma condição era:

(...) inculcá-lo como um termo 'naturalmente' genérico para reunir todos os que vivem do trabalho na terra, posseiro ou pequeno, proprietário, arrendatário ou parceiro, assalariado permanente ou assalariado temporário.⁷

É inegável a importância da construção desse grupo para efetivação das lutas, ao mesmo tempo, as peculiaridades e especificidades se perderam, pois ser camponês, no Sul, não tem o mesmo significado de ser camponês no Nordeste, onde prevalecem os minifúndios, difícil acesso ao crédito bancário, luta sem fim por Reforma Agrária, desmandos políticos, mau uso do dinheiro público, pouco interesse dos poderes políticos na solução dos problemas, pois tudo é garantia de permanência no poder.

⁴ PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: Luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. Edições Loyola, - São Paulo, 1985. Pág. 44

⁵ NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. - Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. Pág. 177

⁶ MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995. Pág. 22

⁷ PALMEIRA, Moacir. Op. Cit. Pág.50

E vive o pobre enxadeiro
 Neste esquecido abandono
 Semelhante a um cão sem dono
 Levado ao desespero
 Sem crédito sem dinheiro
 Com pouquíssima proteção
 E os homens de posição
 Não pregam a mão bem feitora
 Sem produtos da lavoura
 Nada vale uma nação.⁸

A terra, sinônimo de riqueza, é o eixo do conflito entre grandes proprietários e camponeses desprovidos desse bem, ou mesmo, possuidor de pequena propriedade, em torno dela e da exploração do trabalho. As lutas recrudescem cada vez mais, mas não são as mesmas e nem com os mesmos objetivos, no país. As formas eram as mais variadas possíveis. É *a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros*.⁹ Como afirma muito bem Ivone Cordeiro Barbosa, para o contexto do Nordeste: *Se a seca era um problema, a 'cerca' era um problema fundamental e determinante*.¹⁰

Na tentativa de compreender e envolver os movimentos sociais do campo, em perspectiva política, propomos analisar como os camponeses se juntaram, se organizaram, criaram formas de pressão e aprenderam a negociar com autoridades políticas, em situações de fome, de doenças e de miséria, que geravam conflitos, no cotidiano, em estiagem prolongada. Tento perceber a dimensão do conflito, pois o agravamento da fome provocava conflitos externos e internos – com o social e consigo mesmo – quando “colocadas em jogo a sobrevivência individual e familiar”.¹¹

Para tanto, faz-se necessária abertura do conceito de política, de modo que integre os movimentos e processos, além da política institucional e representativa, como partidos políticos, sociedades, ligas, associações, sindicatos e outros, inserindo as ações de sujeitos anônimos, na história “oficial”, como práticas políticas.

⁸ Chico Mãozinha. Sem data.

⁹ MARTINS, José de Souza. Op. Cit. pág. 63,64.

¹⁰ BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000. Pág. 17

¹¹ MUNHOZ, Sidnei José. *A Ordem do “Caos” versus o Ocaso da Ordem: (Saques e Quebra-quebras em São Paulo – 1983)*. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP: UNICAMP, 1989.

Pensar política atualmente já não significa limitar-se ao estudo do Estado ou dos partidos, como ainda acontecia no século passado, mas repensar as necessidades do passado que levaram a constituir estas instituições. Os movimentos sociais e a política de base passariam a adquirir importância decisiva, como agentes políticos tão necessários como o próprio governo ou os partidos. O que interessa é resguardar a atividade política, sem preconceitos quanto a como, quando e onde ela se apresente.¹²

No período, os movimentos sociais dos camponeses não são observados, vistos ou analisados pelos segmentos dominantes – políticos, intelectuais, Igreja e outros – como detentores de significados políticos; são referidos à calamidade, à miséria, à perda do controle de si mesmos. Parece que a ausência dos camponeses, nas organizações políticas institucionalizadas exclui os mesmos de agir politicamente. A exclusão até acontecia, não apenas no espaço político institucional, mas nos aspectos econômicos, sociais, culturais¹³. Essa exclusão não significa ausência de resistências, de conflitos, de ações políticas entre grupos sociais divergentes.

Para inserir as ações camponesas no processo político, faz-se necessário romper com o conceito fechado de política. Devemos considerar como ação política os meios modernos: as formas de movimentação, de resistência, de enfrentamento de segmentos diferentes, na hierarquia social, não vinculados a partidos, instituições e a outros.

2.1. Rumo a cidade: aglomeração dos camponeses.

*No ano de 1951 houve seca, 52 e 53 repetiu, então naquela época veio muita mercadoria dada pelo governo que se chamava CAN.*¹⁴ Com a seca do início da década de 1950 e a tradição das manifestações camponesas, vamos analisar como os camponeses conseguiram reunir-se na cidade, com o objetivo de solucionar problemas que os afligiam em grandes estiagens.

Depois de três anos seguidos sem chuva, a situação, para o camponês, era assustadora, não existiam mais, no campo, ou melhor, nas comunidades, meios de garantia de sobrevivência do grupo familiar, muitas

¹² MAAR, Wolfgang Leo. *O que é Política*. – São Paulo: Brasiliense. Col. Primeiros Passos, 6ª edição, 1985. Pág. 29, 30.

¹³ Idem. Op.cit. Pág. 25, 26.

¹⁴ Francisco Clodoveu Vidal. 75 anos. Entrevista realizada em 04/1999.

vezes, composto por bom número de pessoas.¹⁵ A essa altura, o deslocamento dos camponeses, em direção à cidade, constituía opção única. Não era mais possível remediar-se com compadres, vizinhos, parentes próximos, a seca atingia a comunidade camponesa pobre – principalmente.

Os camponeses moravam em comunidades rurais distantes – a região do Bixopá, onde se localizavam as comunidades mais atingidas pela seca, fica 30 Km da sede do município de Limoeiro do Norte. Caminhava-se por estradas carroçáveis empoeiradas, sob sol escaldante, tendo a sede do município como destino, pois a possibilidade de adquirir comida e trabalho podia estar lá. Afinal, na cidade, encontravam-se as autoridades políticas, que “deveriam se responsabilizar ou que eram responsáveis” pelo atendimento das necessidades, em tempos de escassez.

Na década de 1950, convencionou-se que o Estado, por meio do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), assistia aos trabalhadores do campo – denominados flagelados e retirantes – com trabalho. Obras diversas foram construídas por todo o século XX, com o objetivo de empregar mão-de-obra camponesa, desocupada em virtude das secas, e controlar possíveis “motins”. Parece uma característica messiânica de salvar os camponeses.

Embora com o programa de construções rodoviárias limitado a conclusão de obras que faziam parte do plano do Departamento de Secas, a crise climática, obrigou o início de novos serviços para permitirem socorro a maior número de operários.¹⁶

O DNOCS é usado pelo Estado como mecanismo para assegurar, aos camponeses, transformados em operários, o trabalho. Na citação, é visível que o órgão não tinha, como objetivo para os anos de 1951, 1952, 1953, construir obras, mas a seca não dava outra alternativa. O Estado, pelo seu principal instrumento, o DNOCS, não pode se isentar de fazer valer o seu papel,

¹⁵ As famílias eram enormes, tinham uma média de 8 a 10 filhos. CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1975. Pág. 50, 51, 52. Este vai mostrar através de sua análise a importância e os problemas que tamanho da família pode trazer para o desenvolvimento da unidade econômica campesina. Apesar de estudar a unidade econômica campesina Russa, sua análise é bastante interessante.

¹⁶ DNOCS - Relatórios dos trabalhos realizados no ano de 1951.

continuando, assim, a assistir a população flagelada, nos moldes anteriores: *frentes de trabalho, construção de açudes, etc.*¹⁷

Dessa forma, construíram-se rodovias, canais, açudes e poços. Eram denominados serviços de emergência, dispostos a *atender o maior número possível de flagelados que afluíam à procura de trabalho*.¹⁸ Outros serviços eram realizados pelo DNOCS: estudos para o reconhecimento de áreas de açudes, piscicultura, serviço agroindustrial para o *aproveitamento das bacias hidráulicas, redes de irrigação e estudos especiais atinentes a agricultura do polígono das secas*.¹⁹

Ainda havia o serviço de assistência médica aos trabalhadores.

A crise climática que flagelou o polígono das secas, com maior ou menor intensidade em diferentes zonas, obrigou o desenvolvimento do Serviço de Assistência Médica, o que foi recompensado pelos resultados obtidos, revelando assinalar que houve surto epidêmico nas inúmeras aglomerações de trabalhadores nas obras executadas.²⁰

Os camponeses passaram pelo processo de transformação como trabalhadores, primeiro, em flagelados pelo sofrimento causado pela seca; segundo, em operários, no canteiro de obras –, mesmo que nunca tivessem executado nenhuma dessas tarefas, enfrentavam o trabalho muito diferenciado da sua realidade, trabalhavam sob vigilância do feitor, cumpriam horário, diferente do tempo da natureza ao qual estavam acostumados.

Meu pai ia daqui, como os outros camponeses, foram trabalhar na estrada nessa BR – 116 cavada a enxadeco, carregada em carro de mão ia daqui trabalhar na serra da Micaela que dar dezoito léguas ou vinte, passava o mês lá, as vezes vinha com quinze dias, mas sempre, era a regra, trabalhava um mês e vinha quando recebia a paga, vinha deixar os mantimentos pra família e voltava no outro dia.²¹

As circunstâncias, ou seja, a fome, levar para casa a subsistência da família, muitas vezes, distante dos locais de trabalho, até mesmo a

¹⁷ MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar. Os Degredados filhos da seca. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983. Pág. 75.

¹⁸ Idem. Pág. 75, 76.

¹⁹ Idem. Pág. 76.

²⁰ Idem. Pág. 77.

²¹ José Germano Maia. 80 anos. Entrevista realizada em 08/2004.

responsabilidade de cumprir com o que havia cobrado do Estado, na seca, pediam trabalho, submetiam-se ao trabalho e às distâncias que percorriam a pé, sem maiores retaliações. A miséria e a escassez de tudo não apontavam outras opções, embora, para alguns fosse muito nova, mesmo assim se sujeitavam.

A assistência médica, nos acampamentos, não era prática comum, nas zonas rurais, a assistência era uma forma de combater as epidemias que proliferavam, nos acampamentos, devido ao amontoado de homens em espaços pequenos e sem os devidos cuidados. Os camponeses perdem parte das suas práticas, próprias dos moradores do campo e ganham outras, da cidade, da tecnologia, do universo mais industrializado, que exige outras regras, com perdas e ganhos.

Observamos, no relatório do DNOCS, que os técnicos sempre anotaram suas percepções, do quadro instalado, é que a seca obrigava o órgão a fazê-lo. Retira-se qualquer possibilidade de compreensão da seca como fenômeno social e político. “A crise climática”, responsável pela miséria – leia-se fome, doenças, falta de água e trabalho, morte dos rebanhos, invasão das cidades e migração forçada – agravava a sobrevivência no campo e “obrigou” o órgão a agir dessa maneira.

Ainda que os relatórios não apontem para essa perspectiva, sabemos que a presença de política de construção de obras, pelas diversas frentes de serviços, é a tônica do período. O DNOCS atuava em todo o Nordeste, especialmente no Polígono das Secas²². Essa política pode ser, basicamente, designada de “políticas das águas”,²³ *que se resumira até então a construção de açudes para acumular o precioso líquido*²⁴.

(...) os recursos destinados para o combate às secas em programas emergenciais, (...) reforça a idéia de que a seca no Nordeste não é só uma questão de chuva, mas um fenômeno social, historicamente colocado, pleno de tensões e lutas, atravessado por

²² Em 1936, Getúlio Vargas criou o Polígono das Secas, cuja área compreende 936.993 Km², ou seja, 51,99% da área total do Nordeste. MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. Op. Cit. Pág. 74.

²³ Idem. Pág. 75.

²⁴ Idem. Pág. 75,76.

comportamentos, atitudes, valores que nos levam a compreender a questão em termos de um cultivo da seca.²⁵

A forma como as obras eram conduzidas é estarrecedora; os gastos, os desvios, o número de trabalhadores empregados em obra, sempre ultrapassavam o número necessário. Esses fatores devem ser considerados em outra perspectiva. A finalidade não era somente empregar a mão-de-obra dos camponeses, mas também se apresentava como forma de disciplinar os homens trabalhadores, que, devido à situação provocada pelo “flagelo da seca”, podiam invadir cidades, saquear armazéns, provocando desordem e incomodando as populações urbanas. Nos projetos de construções dos açudes, eram gastos e desviados vultosos valores.

As ações do Estado foram mais além. Existia a Política de Migração, que, nesse período tinha como finalidade o Centro-Sul²⁶, forjada nos mais diversos termos: o Estado oferecia passagens, particulares faziam ofertas enganosas para conseguir levar os homens e colocá-los em situações que, na verdade, constituía sofrimento maior do que ficar. As famílias eram abandonadas por provedores. *Esta migração forçada, verdadeiro êxodo, se realiza em diversas etapas e, conforme a conjuntura local e nacional ela toma rumo bem diferentes*²⁷, gerando desequilíbrio no campo, pois a ausência de mão-de-obra modificava a estrutura da unidade camponesa.

A migração acontecia de várias formas. Primeiro, os camponeses procuravam a sede do município ou iam para lugares mais propícios, onde houvesse, pelo menos, água. O segundo passo era em direção à capital do Estado, que se apresentava como meio de pressionar os poderes públicos que lá estavam. O terceiro se efetivava com a pressão e ajuda do governo, estadual federal, como mecanismo político para evitar tumultos e despesas na capital do Estado.

Os da zona rural que procuram vir para a cidade, pensando em milagre, só que a vida na cidade para eles torna-se cada vez mais difícil, devemos entender que o apoio ao agricultor é sem sombra de

²⁵ SANTOS, Daniel Francisco dos. *Experiências de trabalhadores na seca*. – João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1999. Pág. 51

²⁶ Até as secas que aconteceram na década de 1940, essa política de estímulo à migração tinha como objetivo mandar os flagelados da seca para a Amazônia. A partir da década de 1950 o centro-sul é o alvo

²⁷ MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar. Op. Cit. Pág. 56

duvidas essencial para que eles produzam e tenham uma vida digna em sua própria localidade.²⁸

Para fazer a configuração de como os camponeses vivenciaram a seca, têm-se algumas idéias dos manuscritos de Chico Mãozinha, de relatos orais, como maneira de aproximação de como se pensava a seca. Talvez seja precipitado dizer que os camponeses preferiam permanecer no campo, em suas localidades ao deslocamento para a cidade, somente pelo que apresenta Chico Mãozinha. Porém, nas falas dos camponeses, ainda é possível sentir como era difícil decidir que precisavam buscar, na cidade, os mantimentos necessários.

Em 50 anos, temos que levar em conta que a memória reconstrói, atribui novos significados e, possivelmente, é reelaborada. As narrativas dos camponeses não são apenas fontes, constituem vida, trabalho, a experiência desses homens, que pertencem ao universo da oralidade. Portanto, pela narrativa, expõem-se lembranças, experiências e sofrimentos.

Em 51 e 52 não tinha cestão de alimento não as frente de serviço foi só em 58, fizeram essa rodagem que chamam de rodagem de 58, em 53 só teve esses alimento que o povo levou por que o prefeito não deu.²⁹

Apesar da política que visava atender as dificuldades agravadas com a seca, ela não chegou à efetivação nessa cidade, como relatou o Sr. Raimundo Tenente, morador da região mais maltratada com a seca – o Bixopá. Lá não havia distribuição de alimento e as frentes de serviço só chegaram na seca seguinte, no ano de 1958. Os relatórios de trabalho dos anos 1951, 1952 e 1953, do DNOCS, só contam com um registro. O órgão construía açudes em regime de cooperação, em propriedades particulares. Dos 26 açudes construídos no Ceará, em 1951, um foi feito na comunidade de Poção³⁰, em Limoeiro do Norte, às margens do rio Banabuiú.

Aonde tinha o destaque de uma pessoa que tomasse conta daquele movimento, então o cabra fazia uma lista e levava tantas pessoas pra trabalhar e depois dava a mercadoria. Aquele povo que

²⁸ Chico Mãozinha. Relatório reescrito por Terezinha Holanda Maia. s/data.

²⁹ Raimundo Melquíades de Freitas (Raimundo Tenente) – 80 anos. Entrevista realizada em 09/2000.

³⁰ Esta fica no sul do município. O proprietário era Antonio Raimundo de Sousa.

trabalhava recebia a mercadoria de acordo com os dias que trabalhava.³¹

A liderança política do grupo que estava no poder, para organizar as reivindicações dos camponeses, era o mecanismo para trazer trabalho para determinada localidade. A liderança adotava critérios próprios para definir quem ia trabalhar e receber a mercadoria, não existia preocupação com quem estava mais necessitado, com filhos menores ou outros aspectos.

Na construção dos açudes, o proprietário empregava os próprios trabalhadores – como era ano seco, o trabalho, na agricultura e pecuária se tornava inviável, ficando enorme massa de trabalhadores desocupados. Assim, os primeiros a serem ocupados eram os próprios trabalhadores: o proprietário empregava, pagava com o dinheiro do Estado e ainda ficavam as benfeitorias na propriedade.

*No período do acontecimento desse saque o governo não mandou frente de serviço, não mandou nada, mandou só a mercadoria, olhe só pra você vê como era o governo.*³² Podemos analisar de duas maneiras: primeira, o governo não estava cumprindo seu papel, que era assistir aos flagelados com trabalho. A segunda chama a atenção para a ação do governo que enviou a mercadoria, que não chegou às mãos de quem realmente precisava.

Passou o ano de 1951, sem que nenhuma ação da parte do Estado viesse atender maior número de camponeses. Como, no primeiro ano de seca, a escassez não era tão profunda, estes tentavam se remediar, nas próprias comunidades, com familiares e parentes. Mas essa afirmativa não está de acordo com o que publicou o jornal Gazeta, em 13 de junho de 1951:

(...) o deputado Franklin Chaves, chefe político de maior evidencia naquela zona e seu digno representante na Câmara Estadual. Graças ao esforço de Franklin Chaves o povo dali tem sido assistido de maneira a mais confortadora.³³

A reportagem foi feita por ocasião da visita do governador do Estado, Raul Barbosa, ao Vale do Jaguaribe, passando inclusive por Limoeiro. De acordo com o deputado Franklin Chaves, tudo se encontrava em ordem. As

³¹ José Amirto Nunes Maia (Zé Lopes) 70 anos. Entrevista realizada em 03/2000.

³² Francisco Clodoveu Vidal. 75 anos. Entrevista realizada em 04/1999.

³³ Jornal Gazeta 13/06/1951. Reportagem de Wildo Celestino.

andanças do governador pela região aconteceram em face das reivindicações das autoridades políticas, depois da seca declarada.³⁴ A própria ação do governador, ao voltar para a capital, não estava condizente com o pensamento expresso na reportagem de Wildo Celestino, quando do esforço do deputado – Franklin Chaves – para dar assistência ao povo.

Há desencontro entre a fala do camponês Raimundo Tenente e a do deputado Franklin Chaves. Não podemos perder de vista o lugar social de cada sujeito, com interesses diferentes, que se beneficia de modo diferente. Pelos relatos dos camponeses, a seca realmente aconteceu e os problemas eram difíceis de enfrentar.

*Todo dia quem andava nesses caminho encontrava gente pai de família faminto gente lá do interior vinha atrás de quem desse alguma coisa uma farinha uma rapadura.*³⁵ Observa-se nessa fala que a fome rondava os camponeses, evidenciando a ausência de inverno, das formas de sobrevivência no campo, forçando os camponeses a procurarem a cidade para adquirir alimento – ele diz “alguma coisa”, indício de que a fome era enorme.

Uma família com fome
É uma coisa penosa
Não é negócio de prosa
Chora a mulher chora o homem
As crianças se consomem
Numa grande humilhação
Na casa que não tem pão
A fome é devoradora
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação.³⁶

³⁴ Ao voltar para a capital, o Governador se reuniu com os técnicos do DNOCS, DNER, DAER para que fosse “feita uma verificação da situação atual dos serviços de emergência para combater a seca, em face das dificuldades das verbas. (...) Além dessas informações prestadas na conferência os Chefes de Serviço forneceram outros esclarecimentos ao Governador Raul Barbosa o qual de posse desses elementos enviará ao Presidente da República, aos Ministros da Fazenda e da Viação e as bancadas do Ceará, expondo a imensa gravidade da situação, chamando mais uma vez, para que os Poderes Federais enviem verbas com urgência para sanar a dificuldade e fazer com que tais serviços possam prosseguir normalmente e evitar o caos, desde que aumentam as necessidades de serviços com o crescimento do número de emigrantes. Que os poderes da República ajam com eficiência para atender este estado tão lastimável”. *Jornal Nordeste* 16/06/1951,

³⁵ José Nunes. 67 anos. Entrevista realizada em 09/1997. Nesse período morava na comunidade de Canafístula de Bixopá. Quando foi entrevistado já morava na cidade há muitos anos.

³⁶ Chico Mãozinha.

O segundo ano sem chuva, 1952, ou com incidência de chuvas muito pequena e irregular, com a impossibilidade de produzir meios de subsistência, provocava um *colapso das fontes de sustentação*.³⁷ Os camponeses se sentiam na obrigação de garantir a subsistência. No campo, as fontes de sustentação da família camponesa estavam esgotadas, não havia como trabalhar na terra, nem mesmo como empregado. A estrutura familiar era enfraquecida, física, emocional e moralmente.

Assim, a cidade passou a ser ponto de convergência, para aonde se encaminhavam os camponeses pobres, reduzidos à categoria de retirantes e pedintes. Afinal era na cidade que estava o poder institucionalizado – prefeitura, câmara e Igreja –, o comércio e a população mais abastada.

*Sei que o pessoal pobre nessa época todo dia vinha pra cidade atrás de recurso vê se achava quem desse alguma coisa todo dia tinha gente aqui lá das caatingas, das Lages, do Bixopá, dos Tanquinhos.*³⁸ Desse modo, à proporção que a calamidade se agravava pela seca, o tempo sem chuva aumentava, provocando verdadeiro desajuste na estrutura social camponesa. Assim, adentrar a cidade era “estratégia de sobrevivência” para os camponeses transformados em retirantes e flagelados, após o momento em que deixavam suas terras e seguiam em direção à sede do município.

Em à cidade, encontravam nas estradas, outros camponeses que compartilhavam de situação semelhante. A junção era constante, nesses dias de busca, e o encontro correspondia a um estopim – o número de homens aumentava, e o conjunto ganhava força. A reunião dos camponeses tinha “a fome como sua motivação principal” e quando ela se agravava, os meios para saciá-la podiam ser os mais variados possíveis.

Pois bem ai a multidão faminta, com toda necessidade, com justa razão se dirigiram pra lá, lá fez um aglomerado muito grande, junto a casa do prefeito e muita gente sabia que tinha havido o descarregar de muitos caminhões de mercadoria no armazém, ai então houve o aglomerado, ele muito intransigente não quis dar a mercadoria.³⁹

³⁷ MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar. Op. Cit. Pág. 51.

³⁸ José Nunes. Em 09/ 1997.

³⁹ Francisco Clodoveu Vidal. 04/1999.

Assim, a crise em suas formas mais agudas – a seca, a escassez e a fome – autoriza uma quebra no pacto paternalista quando a proteção não é suficiente.⁴⁰ Ao dizer “não quis dar”, aponta para a relação de favor peculiar ao paternalismo, no momento, rompido pela crise.

Na seca de 1932, o Estado interveio diretamente – sem consultar os grupos locais, ou seja, as oligarquias – nos aspectos econômicos, tentando garantir assistência aos pobres em tempos de crise⁴¹, *sem necessariamente passar pela rede de interesses patrimoniais envolvidos nas relações de poder nos sertões*.⁴²

A criação do programa de assistência aos camponeses – flagelados e retirantes – foi além da criação de vagas nas frentes de trabalho, para ocupar a mão-de-obra ociosa, em períodos de escassez: interferiu-se também no mercado de alimentos, regulando os preços e o abastecimento de produtos de primeira necessidade.⁴³ O quadro não configurava estabilidade econômica e política, pois, de um lado, os costumes tradicionais da vida sertaneja, e, de outro o liberalismo que dominava a esfera do Estado,⁴⁴ não encontravam ponto de equilíbrio. A estrutura econômica e social estava em crise, assim a possibilidade de explosão de conflitos era uma constante. As intervenções do Estado não contemplavam as demandas dos retirantes, aumentando essa possibilidade.

Então resolveram quebrar a porta do armazém e Chico foi acusado como quebrador da porta do armazém, aí todo mundo tirou mercadoria (...) contando que o prefeito tem resolvido formar a fila fazer a distribuição da mercadoria, não tinha havido invasão e também tinha sido repartida gradativamente todo mundo tinha recebido de várias mercadoria.⁴⁵

⁴⁰ NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. Pág. 113

⁴¹ Para isso o Governo Federal criou as interventorias, estas “iniciam um processo de centralização política, contrapondo-se ao sistema federativo que predominou na Primeira República. A Federação atribuindo amplos poderes aos Estados, pela política dos governadores, era considerada o motivo da criação das oligarquias, com seus desmandos político-administrativo”. SOUZA, Simone. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo. In: *Uma nova história do Ceará*. (org.), Simone de Souza e Adelaide Gonçalves. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. Pág. 299.

⁴² NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. Pág. 137

⁴³ Idem. Op. Cit. Pág. 139

⁴⁴ Id. Ibidem. Op. Cit. Pág. 140

⁴⁵ Francisco Clodoveu Vidal. 04/1999.

Dessa forma, as práticas políticas dos segmentos dominantes funcionavam nos moldes do paternalismo, enquanto os camponeses adotavam outras maneiras de enfrentar o poder, ocorria o embate entre esses modelos. A mobilização camponesa – presença na cidade, pressão junto às autoridades, invasão à propriedade privada e saques –, estava fora dos padrões de ação política do período, no entanto não se desligava totalmente, tornando-se difícil definir por que eram organizadas de acordo com o momento e o agravamento da situação.

Intrinsecamente a organização dos camponeses havia, como pressuposto fundamental, a fome que assolava o campo, mas a fome, por si só, não sustenta todo o conteúdo dessas ações. Apontamos que a organização e a aglomeração dos camponeses se efetivavam sob três aspectos. Primeiro, a fome era um ponto crucial, ou seja, alimentar-se constitui num direito⁴⁶ básico e primeira necessidade. Assim, (...) *as pessoas protestam quando estão com fome*.⁴⁷ Dessa forma, aconteceu a organização dos camponeses não ligados a nenhuma instituição, partido, associação, sindicato, que conseguiram se juntar pelo que se transformou em elemento legitimador das ações: a fome que, além de ser um fator de legitimação da movimentação e da ação dos camponeses, apresenta-se como elemento unificador dos sujeitos.

Esse fato repercutiu muito contra a parte política e toda vida como é na política procuram um bode expiatório, alguém acusou Chico, foi o único que foi pagar né, vieram prenderam e levaram para Fortaleza.⁴⁸

Segundo, aparentemente não se manifesta: é a questão moral que dá às ações dos camponeses, outros significados. Com base no conceito de “economia moral”, desenvolvido por Thompson, ao estudar os motins da fome,

⁴⁶ A noção de direito diz respeito ao conjunto de condições básicas de sobrevivência, diferente do termo direito que perpassa pela cidadania, ou seja, onde os direitos estão também na participação e fiscalização das coisas públicas. Para Hobsbawm ‘os direitos’, *digam os filósofos o que quiserem, não são abstratos, universais e imutáveis. Eles existem nas mentes de homens e mulheres como partes de conjuntos especiais sobre a natureza da sociedade humana e sobre a ordenação das relações entre os seres humanos de dela: um modelo de ordem social e política, um modelo de moralidade e justiça*. HOBBSAWM. E. J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. Pág. 80

⁴⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Pág. 151

⁴⁸ Francisco Clodoveu Vidal. 04/1999.

na Inglaterra do século XVIII⁴⁹, vamos analisar as ações pelo aspecto dos valores que também compunham a estrutura social camponesa.

(...) por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos da comunidade, as quais consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres.⁵⁰

Para os homens pobres garantir o sustento da família estava para além do aspecto econômico, era questão de responsabilidade moral. Cumprir com essa obrigação faz parte das regras sociais estabelecidas. Portanto, além de agir por passarem muita fome, também se sentiam na obrigação de desempenhar o papel de provedores de suas famílias, tendo que alimentá-las e assegurar a sobrevivência, ainda que fosse mínima e precária.

A vida dos camponeses pobres não tem bases sólidas, fatores como a seca, a cheia, praga de insetos podem alterar a "normalidade", causando transformações nas formas de sobrevivência. Desse modo, elementos que viessem desorganizar a estrutura de vida dos camponeses, forçavam-nos a criar mecanismos de garantia de sobrevivência sua e do grupo familiar.

Foram e chegaram lá arrombaram a porta entraram e tiraram muita mercadoria, eu não vi não tava lá (...) aí carregaram essa mercadoria aí lá vem, lá vem Chico (...) quando souberam que tinha sido Chico botaram ele como agitador chefe, que tinha sido por causa dele aí prenderam ele.⁵¹

Adentravam a cidade de uma maneira diferente, sem negócios na feira ou para participar da missa dominical. Isso coloca em xeque o significado de camponês, ou seja, entrar na cidade para tornar pública a situação de miséria, fome, doenças, diferenciava totalmente de como estes vinham para a cidade antes, em períodos de "relativa normalidade".

⁴⁹ É claro que são realidades temporais e espaciais completamente diferentes, mas mesmo assim, vamos nos apropriar da leitura que o mesmo faz dos "food riots" para compreender como camponeses pobres enfrentaram as autoridades políticas e agiram. THOMPSON, E. P. Op. Cit. pág. 163.

⁵⁰ THOMPSON, E. P. Op. Cit. Pág. 152

⁵¹ Antônio Chaves de Souza. 79 anos. Entrevista realizada em 04/1999.

O terceiro aspecto é a noção de justiça popular – trabalhado por James Scott.⁵² É outra análise das ações dos camponeses que esperavam que o Estado cumprisse o compromisso do pacto social segmentos sociais diferentes. Nesse sentido, as ações adquirem outros significados, ou seja, podem se apresentar como forma de punir as autoridades locais que deviam garantir a assistência, em tempo de escassez, e não o faziam.

As ações não se enquadram na política representativa burguesa, nem na política de esquerda organizada através dos sindicatos, partidos, associações, mediadores dos conflitos entre grupos populares e o Estado. Eram reinventadas de acordo com o contexto da calamidade. *Tudo isso para dar de comer o povo que estava com fome.*⁵³ Os próprios camponeses viam complexidades nas atitudes adotadas.

Todos esses elementos devem ser considerados na compreensão das ações e dos protestos dos camponeses, em tempo de seca. Desse modo, as ações que resultaram em saque, além de suprir a necessidade básica – a de alimentar-se – também tinham a finalidade de fazer com que o Estado repensasse as formas de assistir homens e mulheres, camponeses pobres, transformados em flagelados. Agindo assim, os camponeses estavam diminuindo a fome, “fazendo justiça com as próprias mãos” e “corrigindo os erros” do Estado.

2.2. Pedido, ameaça, invasão: as formas de pressão.

(...) a década de 1950 significou, para os retirantes das secas, o estabelecimento de uma tradição nas formas de pressão e negociação com as autoridades.⁵⁴ Chegando à cidade, os camponeses criam mecanismos para pressionar os poderes públicos para resolver ou, pelo menos, amenizar a fome. A entrada ou “invasão” na cidade, os pedidos de socorro, as ameaças de saquear o comércio e o saque eram as principais formas de pressão.

⁵² SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Vol. 21, nº 1, jan./jun.2002. pág. 16,17

⁵³ José Germano Maia, 80 anos. 08/2004.

⁵⁴ NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. Pág. 161

A organização do grupo de camponeses na cidade, caracterizava uma das formas de pressão. Nas secas do século XX, essa ação constituía a primeira forma de colocar, em evidência, o agravamento da seca que espalhava a fome no semi-árido nordestino. Assim, as ações não tinham um caráter estável, à medida que o contexto da seca foi se modificando, assim como o político, aconteceram-lhes alterações no conteúdo.

(...) o povo tava cercando o armazém de mercadoria de Mixico Nonato.⁵⁵ As ações dos camponeses configuravam-se no contato com segmentos sociais diferentes – elite urbana, comerciantes, poderes públicos e outros. *Através de invasões coordenadas, ameaças, ocupações de prédios, e em ultimo caso, saques dos mercados de alimentos, conseguiam realizar uma intensa pressão sobre as autoridades, sobre os chefes, e sobre a população das cidades.*⁵⁶ Boa parte dos camponeses fazem atribuição semelhante: consideravam de caráter privado o que era público, o “o armazém do prefeito”, nesse sentido, o publico confunde-se com o privado.

A situação de calamidade era sentida pela sociedade que passa a se envolver no conflito para tentar ajudar. A Igreja, o comércio, e populares encabeçavam campanhas para diminuir o sofrimento e conter as ameaças, impedindo, de certa forma, que a “desordem” se instalasse na sociedade urbana.

Em 1953, foi lançada, pelo compositor Humberto Teixeira, a campanha “Ajuda Teu Irmão”,⁵⁷ com a distribuição de gêneros alimentícios em várias cidades do interior do Ceará. Não encontramos registros que confirmassem a chegada de gêneros alimentícios doados por essa campanha em Limoeiro do Norte. Mas as campanhas eram a participação da sociedade nos problemas sociais que deviam ser resolvidos pelo e Estado e não o eram.

Assim, a sociedade envolveu-se, pelas manifestações de solidariedade, com homens, mulheres e crianças, vítimas do sofrimento provocado pela seca. Também temia o perigo que os famintos representavam, com invasão de cidades, retirando a ordem e a paz, provocando medo na população urbana.

⁵⁵ José Germano Maia. 80 anos. 08/2004.

⁵⁶ NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: *Uma Nova História do Ceará*. Simone Souza (org.). – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. pág. 90

⁵⁷ Jornal Nordeste 06/05/1953.

(...) *Manoel de Castro saiu arrumando no comércio umas mercadoria e disse não invada não a invasão só traz prejuízo*⁵⁸. Na narrativa do Senhor Vital Gomes, observa-se a tentativa de um político, que, no período, se dizia oposição – membro da UDN –, de conseguir, junto ao comércio local gêneros, para impedir invasão. Ao chegarem os camponeses à cidade e ameaçarem de saque, posturas como essas tinham o objetivo de pacificar a movimentação dos camponeses, impedindo o confronto entre flagelados, comerciantes e autoridades políticas locais.

*O povo já vinha pra cidade, já vinha sendo ameaçado de saque há 10 ou 15 dias devido a fome que havia no sertão por causa da seca.*⁵⁹ A presença incômoda de homens e mulheres pobres do campo, na cidade, constitui pressão, muitas vezes, gerando novas atitudes dos segmentos dominantes da sociedade. As medidas paliativas: alistamento apressado para o trabalho nas obras e campanhas, eram bastante utilizada pelo grupo detentor do poder, que temia o crescimento da movimentação.

(...) *e esse povo vieram, veio gente de danças, do gado brabo, aqueles morenos, chegaram aqui se ajuntaram e Chico caiu na besteira de tomar a frente desse povo para ir pra lá pro armazém da CAN.*⁶⁰ Desse modo, os camponeses aprenderam a negociar com autoridades políticas, com a elite urbana, a partir de uma tradição de conflitos em períodos de escassez. As pessoas agiam dentro de um contexto bem definido. Isso não significa dizer que essas ações eram livres, elas tinham um limite que algumas vezes eram exteriores, mas dentro desse limite acontecia a ação que deve ser observada e percebida a partir dos seus diversos significados.

Ao passo que os problemas da seca não eram resolvidos, as formas de pressão iam sendo reinventadas. Compreendeu-se que *a pressão permanente seria a melhor arma para ampliar as medidas de assistência e os socorros.*⁶¹ Assim voltando a fome corriam à cidade para manifestar o sofrimento: era o retorno as ameaças. Vale salientar que ameaças e ações não aconteciam de forma aleatória, mas pensada. Os alvos da movimentação – prefeitura, câmara, mercado e comércio –, eram reflexo do conhecimento dos

⁵⁸ Vital Gomes Ribeiro, 80 anos. Entrevista realizada em 05/ 2003.

⁵⁹ José Nunes, 57 anos. 09/1997.

⁶⁰ Antonio Chaves de Sousa. 79 anos. 04/1999.

⁶¹ NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. 199

camponeses da estrutura política responsável pela resolução dos problemas. Interessante – eram *alvos públicos ou mantinham algum vínculo com os poderes constituídos ou eram vistos assim, estes estavam sempre na mira dos manifestantes*.⁶²

A invasão de feiras, armazéns e do comércio eram formas de pressionar. Apesar de pertencer ao universo privado, estavam visíveis aos olhos da sociedade. Não atendidos os pedidos de socorro por comida, água e trabalho, as formas de pressão se modificavam, aos poucos, iam crescendo e tomando forma, assim, a ameaça se transformava em ação.

(...) se os camponeses quisessem chamar a atenção das autoridades não tinham nenhum modo eficiente de fazê-lo senão desafiando pela ação direta, uma vez que não havia qualquer mecanismo político para que se fizessem ouvir.⁶³

Coagidos pela miséria, ficavam cada vez mais propensos à movimentação e ação, não encontrando outro mecanismo para resolver, pelo menos, a fome, pressionavam de várias formas – ameaças de invasão, gritos de ordem parar arrombar o comércio. Invadir armazém, o mercado ou a propriedade privada – o comércio – acontecia depois de vários dias de ameaça e pedidos de socorro.

No Ceará, dava-se o deslocamento de camponeses flagelados para as cidades. A pressão não era localizada, acontecia no Estado, pois todo o sertão vivenciava situação parecida.⁶⁴ Os jornais noticiavam, todos os dias, seca e fome, como também ameaças em diversas cidades.

Após 3 (três) anos de seca, o Jornal Nordeste informava, no dia vinte do mês de Maio, *que estão perdidas as plantações do Cariri e Jaguaribe, e que a miséria no sertão é intensa*; uma semana depois, no dia vinte e sete, relatando a questão que estava na “ordem do dia”, afirmava que *A situação da produção agrícola no Estado apresenta-se promissora, não tendo razão para se dizer que tudo está perdido*.⁶⁵ As informações não se encontram com as narrativas dos camponeses que afirmam a ausência de produção agrícola e a

⁶² MUNHOZ, Sidnei J. Op. Cit. 1989. Pág. 41.

⁶³ FIELD, Daniel. Apud HOBBSAWM, E. J. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. – São Paulo: Paz e Terra, 1998. Pág. 231

⁶⁴ NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. Pág. 199,200.

⁶⁵ Jornal Nordeste. 20/05/1953 e 27/05/1953.

degradação dos animais que somava com a alimentação da família, cujos derivados eram acréscimo na mesa do camponês.

Não tendo leite de vaca
Nestogeno ou condensado
O caso é aperriado
As crianças ficam fracas
Tudo ali se desacata
E surge a revolução
Não fazendo refeição
Ali a miséria estoura
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação.⁶⁶

A fome legitima a ação – “revolução” –, que, diga-se de passagem, não é determinante, apesar de ser estopim da retirada de camponeses, à procura da cidade.

Em Limoeiro do Norte, grupo político no poder contribuiu com o saque. Não obstante as ameaças de há 10 ou 15 dias, não foi organizada a distribuição – que era tarefa que lhe cabia. *O prefeito muito intransigente não quis dar a mercadoria e o povo sabia que tinha havido o descarregar de caminhões de mercadoria que tinha bastante mercadoria no armazém.*⁶⁷ Para o faminto e massacrado, por vários dias de fome e de protesto, isso foi bom um motivo.

(...) então houve esse saque no armazém do prefeito Mixixo Nonato e você sabe que em política existe tudo, o saque não foi uma ofensa, no meu entendimento, ele queria dar a mercadoria a quem tava com necessidade do lado de lá, que não tava na coisa.⁶⁸

A fala do Sr. Zé Lopes pode ser esclarecedora, ao falar “quem estava do lado de lá” nos remete à existência de dois grupos, entretanto não era interesse do grupo do prefeito, distribuir a mercadoria, mesmo que o “lado de lá” estivesse necessitado. Diz ainda, quem não “estava na coisa”, ou seja,

⁶⁶ Estrofe retirada de “*Exposição de Motivos (em versus) encaminhada pela Sociedade dos Agricultores de Canafistula, município de Limoeiro do Norte, as autoridades municipais, estaduais e federais, relatando e pedindo solução sobre a situação dos agricultores da região. Tema: Sem produtos da lavoura nada vale uma nação. Autoria: Francisco de Andrade Maia*”. Sem data. Percebemos que a pessoa que datilografou corrigiu grande parte dos erros ortográficos.

⁶⁷ Francisco Clodoveu Vidal, 75 anos. Entrevista realizada em 04/1999.

⁶⁸ José Amirto Nunes Maia (Zé Lopes) 70 anos. Entrevista realizada em 04/ 2000

quem não pertencia ou apoiava o segmento dominante, possivelmente estava excluído. Dessa forma, eram beneficiados com socorros públicos, destinados para os “flagelados da seca”, os que integravam o grupo político das autoridades públicas responsáveis pela distribuição dos gêneros alimentícios.

Era a utilização escancarada da calamidade, como instrumento de manipulação política. Apesar do desejo de manipular os camponeses, pela ala dominante, estes ameaçavam e agiam; o saque era a ruptura do desejo de manipulação. Ameaçada a sobrevivência, havia um limite, era inconcebível esperar que a fome retirasse o direito de lutar, de buscar, de resistir.

Aponta ainda para outra perspectiva, ao dizer “o saque não foi uma ofensa”. Era maneira de satisfazer imediatamente as necessidades, de fazer justiça social, buscar igualdade na distribuição dos gêneros alimentícios, “dar a mercadoria a quem tava com necessidade de lado de lá, que não tava na coisa”. Não se questionavam as formas de assistência, os mecanismos de acesso, a estratificação social e política ou indicação dos problemas administrativos do grupo gerente das ações políticas no período. Era maneira de resistir à fome e fazer justiça.

Para James Scott, existem duas formas de resistência: a primeira é a “resistência cotidiana”; a segunda “seria a confrontação direta” entre os grupos. Apesar da articulação dos meios de resistência, modificados de acordo com o crescimento das necessidades e da fome, a pressão cotidiana não funcionou, ou seja, a presença dos camponeses durante vários dias na cidade. Essa articulação desenvolvida por ameaças não teve êxito, assim o confronto direto foi inevitável.

As formas de pressão, na seca, resultam em outro problema, ou seja, remetem para uma ação coletiva. Assim, não encontramos indícios de formas de pressão ou resistência “individual, sutil, sorrateira”, elas aconteciam coletivamente e objetivam a propagação da situação de miséria. Apesar de não existir organização convencional⁶⁹, e de os camponeses estarem dispersos no campo, as circunstâncias vividas por eles são as mesmas, característica sintomática, pois agregavam todos que tinham interesses comuns.

⁶⁹ “A noção geral de organização, definida como conjunto de instrumentos (órgãos) escolhidos, predispostos e oportunamente coordenados por um indivíduo ou grupo, com vistas à consecução de determinados fins”. BOBBIO, Norberto. Dicionário de política - 7ª ed. / Brasília, DF; Editora Universitária de Brasília, 1995. Pág. 282.

O agrupamento tornava possível a ação. Por mais que não se alcance, a importância dessas ações, elas eram: (...) *uma forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros*.⁷⁰ A “organização”, no sentido em que se pensava a política, estava longe dos padrões, a estrutura organizativa, manifestada pela representação, estava mudando. Portanto as ações camponesas não se expressavam mais da mesma maneira, ou melhor, os partidos, os sindicatos, associações, sociedades, as ligas e outros não estavam na vanguarda do modelo de ação.

As formas de pressão e as ações coletivas dos camponeses colocaram, em evidência, o conceito de política e o modelo de organização, ações que, na verdade, requeriam consenso. De um lado, pelo embate entre segmentos sociais desiguais, em que os camponeses, desligados dos modelos tradicionais de organização política, criavam maneiras de agir e se apropriavam das próprias fórmulas políticas dos setores dominantes para praticarem as ações. De outro, pela forma como eram analisadas, pois constituíam processo de *estereotipação dos camponeses, que alternam longos períodos de passividade abjeta com breves, violentas e fúteis explosão de ira*.

⁷¹ No momento em que agiam, suas ações eram associadas a desajustes e desequilíbrios, os homens perdiam o sentido de si mesmos, a fome biológica era a única responsável pelo desordenamento das atitudes dos camponeses.

A passividade, em tempos de normalidade, deve ser relativizada, assim como o caráter não político das formas de pressão. Pois as lutas, em tempo de crise, rompem a idéia de submissão dos camponeses e influenciam o comportamento do setor dominante, embora a alteração do comportamento desse segmento viesse em mão dupla. Primeiro, podia tentar resolver os problemas, atendendo as demandas dos camponeses. Segundo, pela repressão, às ações que ameaçavam o domínio da situação.

As práticas dos camponeses, mesmo políticas, não estavam voltadas para tomada do poder. Precisamos compreender que existia o *desejo compreensível da família camponesa de sobreviver*.⁷² Lutar por esse desejo constitui, a nosso ver, ação política. Negar seu caráter político é restringir os

⁷⁰ THOMPSON, E. P. Op. Cit. Pág. 152

⁷¹ SCOTT, James. Op. Cit. Pág. 5

⁷² Id. Ibidem. Pág.19

sujeitos envolvidos no processo social e histórico, a pequeno número. Dessa maneira, apenas os sujeitos integrados às formas institucionais ou representativas aparecem no cenário da história e no contexto político.

Inseridas as ações camponesas na perspectiva política moderna que foge aos moldes tradicionais, vamos ver os camponeses como sujeitos agenciadores do processo histórico. Isso é novidade para o período estudado, ou melhor, *uma nova expressão social que combinou com o florescer de novos sujeitos sociais e políticos*.⁷³ Portanto somente as ameaças e ações dos grupos camponeses, protagonizadas por eles próprios, podiam expressar a intensidade dos problemas.

Devemos lembrar que, na década de 1950, alguns partidos políticos, instituições como a Igreja e o Estado se envolveram em diversas lutas, rurais e urbanas. O PCB compunha a vanguarda de muitos movimentos, sem negar a presença e importância do mesmo, mas estendendo-se o conceito de política além de partidarismo. A Igreja entrou no conflito para barganhar espaço do PCB que crescia consideravelmente e o Estado, muitas vezes, se apresentava como mediador do conflito, beneficiando nitidamente o grupo que lhe garantia apoio.

2.3. As negociações: uma troca desigual.

Nas grandes secas passadas
Que a fome foi um açoito
E a miséria fez coito
Esmagando a cassacada
Muita gente na estrada
Em trabalho e construção
Só pra encher o surrão
Das casas fornecedoras
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação.⁷⁴

Paralelamente às ameaças os camponeses, desenvolveu-se um processo de negociação entre os homens pobres do campo, flagelados pelo agravamento da seca, e as autoridades locais, responsáveis pela solução dos

⁷³ MARTINS, José de Souza. A mudança nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência a anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. Estudos Avançados, USP 14(38) 2000. Pág. 269.

⁷⁴ Chico Mãozinha.

problemas relacionados à miséria provocada pela seca, o que acontecia entre segmentos diferentes da hierarquia social. Mesmo identificando, entre os camponeses, intensidade de poder diferente, compreendemos como se dava a negociação, como era importante para o desenvolvimento das políticas de combate à seca.

As negociações revelavam o desenrolar das relações entre flagelados e autoridades políticas em tempo de seca. Evidenciando principalmente a estrutura política vigente, com bases firmadas no paternalismo, verificando essas negociações como atitude dos modelos modernos de política, estas estavam no terreno do paternalismo, ainda muito presente no contexto político do campo. Vale ressaltar que a “ordem paternalista” objetivava o “controle social” – sempre desejado, o que torna distinto do que realmente acontecia.

A idéia de controlar a população rural, deslocada dos lugares de origem, potencialmente, implicava perigo nos períodos de seca, era o que pretendia a política paternalista. A construção de obras públicas, distribuição de alimentos e a emigração forçada eram, muitas vezes, rapidamente engendradas para que as manifestações de confronto fossem evitadas, pois, com certeza, vinham ameaçar a ordem paternalista ainda existente.

Atendidos os pedidos de socorro e as ameaças contidas, modelo de política reforçava duplamente “os laços paternalistas e tradicionais”.⁷⁵ primeiro, entre o Estado e os segmentos oligárquicos: segundo, entre as lideranças locais e os camponeses, respectivamente, pela concessão de verbas para obras, dos alistamentos e da distribuição de alimentos que, muitas vezes, beneficiavam somente aqueles do mesmo grupo ou que apoiavam suas propostas políticas.

Em 52, 53 a CAN era a mercadoria que vinha do Estado os chefes políticos de Limoeiro recebia essa mercadoria e fazia um trabalho nas estradas, e dava esse trabalho, a troco dava a mercadoria. Fazia uma turma de 10, meu sogro Filismino Fidelis que era do partido PSD ele formou uma turma pra fazer o aceiro da estrada do meio.⁷⁶

Ao entrarem, em cena, os camponeses e externarem as dificuldades com ameaças, pedidos de socorro, as ações ainda eram feitas nos moldes

⁷⁵ NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. 176.

⁷⁶ José Amirto Nunes Maia, 70 anos. Q3/2001

convencionais: pedidos de trabalho e comida, em “troca de favores e do beneficiamento pessoal”.⁷⁷

Como as medidas de emergência pelas autoridades não alcançavam as demandas dos camponeses, o paternalismo, como modelo político, era colocado em risco. O não cumprimento do pacto estabelecido rompe o paternalismo, viabilizando outras formas de negociação.

Com o não cumprimento das regras costumeiras as ameaças podiam explodir a qualquer hora, partia-se, então, para a negociação. As manifestações significavam que *o modelo paternalista estava certamente se rompendo*.⁷⁸ As negociações denotam ruptura do modelo, pois os camponeses, como uma das partes da negociação, não mais estavam na posição apenas de cumprir ordens. Passaram a agentes, buscando solução para a fome e falta de trabalho como um direito, perante as obrigações recíprocas que o paternalismo utilizava e difundia.⁷⁹

Martins aponta para uma questão fundamental. Apesar de a classe dominante tentar esvaziar as lutas, sugando suas energias, permitia-se que elas crescessem e, crescendo, (...) *colocaram o Estado não só em face de um novo sujeito político, mas também em face de novas concepções sobre o lugar do próprio Estado*.⁸⁰ Assim, as ações podiam servir “como uma espécie de termostato que indicava a necessidade de mudança nas suas posturas”.

A negociação de vagas, nas obras e sob gêneros alimentícios, vai ser legitimada nas posturas do próprio paternalismo.⁸¹ Essa legitimidade, por um lado, tem suas razões, devido à busca dos direitos que deveriam ser assegurados e não o foram. De outro, quebra com a noção de paternalismo como modelo autoritário, ou seja, o Estado paternal exerce poder sobre os

⁷⁷ Id. Ibidem. Pág. 135.

⁷⁸ THOMPSON, E. P. Op. Cit. Pág. 159.

⁷⁹ A noção de direito pesa sobre a história dos segmentos pobres, não são iguais para estratos sociais diferentes. *Examinado a historia das sociedades, teremos ocasião de frequentemente observar um grande hiato entre os direitos que a lei reconhece aos cidadãos e os direitos de que eles realmente usufruem, entre a igualdade estabelecida pelas instituições políticas e aquela que existe entre os indivíduos*. CONDORCET, Marquis. In: LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravidão nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. Pág. 41.

⁸⁰ MARTINS, José de Souza. *A chegada do estrangeiro*. São Paulo: Hucitec, 1993. Pág. 152.

⁸¹ Na linguagem vulgar, paternalismo “indica uma política social orientada ao bem-estar dos cidadãos e do povo, mas que exclui a sua direta participação: é uma política autoritária e benévola, uma atividade assistencial em favor do povo, exercida desde o alto, com métodos meramente administrativos”. Ver: BOBBIO, Norberto. Op. Cit. Pág. 908.

governados – os filhos – de acordo com sua vontade, sem a participação dos “filhos”.

Em muitas ações, (...) a multidão reclamava que, como as autoridades se recusavam a executar ‘as leis’, ela é que tinha de executá-la.⁸² O grupo dominante estava se esquivando de cumprir as regras que havia criado. Desse modo, a negociação, entre as partes, se dava em terreno movediço, ou seja, entre a legitimidade baseada na noção de direito e a ruptura fundamentada nas ações coletivas que quebravam a ordem paternalista, como modelo autoritário e fechado, sempre retomado pelas autoridades políticas que se sustentavam no poder com essa forma de fazer política.

As formas de negociação, ou seja, o embate entre camponeses e autoridades, surpreendem pela organização política, que vai de um pólo ao outro – da política paternalista tradicional aos novos modelos que implicavam participação dos grupos excluídos. Chamamos atenção para a definição dessa organização que não se mostra claramente. Suspeitamos que pode ter suas bases na própria maneira de organização da comunidade camponesa, no censo de justiça, no tradicionalismo – pois, durante todo século XX, elas acontecem em todo o Estado do Ceará, e no próprio contexto da década de 1950 que se mostrava, em partes, com uma maior abertura para as ações populares.

A organização tinha coerência. Se a denominamos como movimentação coerente, explica-se mais sobre a estrutura dos movimentos camponeses, pois ela se diferencia das formas reconhecidas de organização, mas contradiz a noção de espontaneidade, ou ausência de organização cobrada às manifestações populares. Não atribuir-lhes forma organizacional, além de retirar o caráter político dessas ações, percebe-se apenas um único caminho para efetivação da ação política.⁸³

Os canais de interlocução entre o Estado e os retirantes não estavam funcionando, ou seja, as autoridades locais que representavam elo entre os dois não operacionalizaram, na hora certa, assim a ação direta pode ser considerada a maneira mais eficiente. A ação direta, além de ouvida, era

⁸² THOMPSON, E. P. Op. Cit. Pág. 178

⁸³ MUNHOZ, Sidnei J. Op. Cit. Pág. 10, 11, 17.

rapidamente respondida. Embora a resposta pudesse vir de duas formas: da repressão ou pelas medidas concretas, embora paliativas.

Pela análise das circunstâncias, nas ações diretas, a negociação não funcionou, identificamos pelas falas que os camponeses preferiam ser atendidos em suas reivindicações. *Se o prefeito tem resolvido formar a fila, fazer a distribuição da mercadoria não tinha havido invasão.*⁸⁴ Falas assim têm o tom de reclamação e não de exaltação do acontecido, como se tivessem conquistado espaço ou poder.

O saque ou a invasão, como chamam os próprios camponeses, não era ação cotidiana do camponês, apesar de sua história, no século XX. Para os camponeses, a distribuição organizada convencional era mais interessante do que o saque, que pode deixar marcas conflituosas nas lembranças de velhos camponeses.

Muito raramente, visualizamos, com clareza, a negociação, nas falas dos camponeses. Os jornais traziam situações em que os camponeses não se submetiam às formas de assistência, a exemplo: *os flagelados que ameaçavam depredar a cidade de Pacajus não quiseram aceitar o trabalho que o governo lhes ofereceu nas estradas de rodagens. Esses são cearenses ou são péssimos cearenses.*⁸⁵ O jornal não informava os procedimentos de negociação, mas ao relatar que os “flagelados não quiseram aceitar o trabalho”, nas entrelinhas, denunciava que existia, e ainda expressava desdenho em relação aos flagelados, transparecendo que os flagelados tinham que aceitar aquele trabalho ou então eram considerados homens ruins.

Em nota rápida, o deputado Franklin Chaves declarou *que exigirá contas em juízo dos que fizeram tais acusações.*⁸⁶ O jornal, nos dias anteriores e seguintes, não esclarece as acusações. Tentando juntar as peças do quebra-cabeça, pensamos nas falas dos camponeses, que, intrinsecamente, acusam o deputado de inviabilizar a distribuição dos alimentos, em Limoeiro do Norte. A

⁸⁴ Francisco Clodoveu Vidal, 75 anos. Entrevista realizada em 04/1999

⁸⁵ Jornal Nordeste. 18/04/1953 O jornal como um veículo de comunicação que periodicamente informava a população principalmente urbana, tratava o embate entre segmentos sociais diferentes nestes termos “os flagelados ameaçavam depredar” estimula tanto a solidariedade quanto o medo.

⁸⁶ Jornal Nordeste. 16.04.1953. Constatamos que esta data é após o saque do dia 13/04/1953, portanto pode ser entendida como uma espécie de repressão ao saque.

família Chaves era detentora do poder político, deveria fazer a distribuição da mercadoria, tarefa das prefeituras.

Voltando às frentes de trabalho, mecanismos mais usados, podemos afirmar que era um meio vantajoso para o Estado assistir aos camponeses, pois era possível controlar, mais de perto, o grande número de homens que procuravam trabalho, mas dispostos a praticar outras ações.

Dessa forma, o Estado estava mais vigilante, qualquer alteração, nos espaços de trabalho, lá estavam os “feitores” fazendo valer o controle e o modelo de dominação.⁸⁷ Para os camponeses, não havia condições de trabalho dignas, muitas vezes, ficavam distantes das comunidades, amontoados em alojamentos em péssimas condições, quando não dormiam ao relento. Entre os pedidos de socorro, eram as frentes de trabalho os mais freqüentes. Compreendemos que esse mecanismo de assistência era tão forte, que os camponeses reproduziam o projeto político do Estado. Também era menos humilhante trabalhar e receber a comida em troca, do que receber a mercadoria em forma de esmola.

As frentes de trabalho, a cada seca que acontece, são marcadas por essas situações que afligem os trabalhadores, com longas ausências da família, as duras condições de trabalho, além dos salários insignificantes.⁸⁸

Além das péssimas condições, há outras indignações. As obras não tinham fundamento, o trabalho não fazia sentido, era uma maneira de “enganação” ao trabalhador que, pelo aprendizado do campo e experiência, entendia o trabalho e vivia com muita seriedade. Sentia na pele a inutilidade de seu esforço. Como também contrariava a concepção de trabalho do campo que se confunde com a vida.

As vez tinha frente de serviço, pra li, pra acolá, esse serviço era um serviço sem progresso, era um serviço que fazia uma parede na várzea, pra que servia uma parede na várzea, com pouco tempo, naquela época quando tinha inverno acabava aquilo no mesmo ano.⁸⁹

⁸⁷ FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. – São Paulo: Annablume, 1997. Pág. 78. Este, apesar de estudar operários urbanos, traz uma interessante discussão sobre o modelo de dominação.

⁸⁸ SANTOS, Daniel Francisco dos. Op. Cit. Pág. 57

⁸⁹ Antônio Chaves de Souza, 79 anos. Entrevista realizada 04/1999.

O trabalho do camponês, na agricultura ou na pecuária, tinha disciplina própria; criava-se e cumpria-se horário de acordo a natureza, decidia-se o que plantar e organizava-se a colheita com a família. Na obra, como operário, ele não tinha autonomia, era sempre mandado por outro.

As propostas podem iluminar a definição de organização e da negociação das ações camponesas. Queremos ressaltar que os sujeitos exigem e agem, dentro do contexto; são, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos do processo histórico.⁹⁰ Pediam trabalho, mas reconheciam que o trabalho oferecido era afronta aos seus princípios, para eles o trabalho tinha outros significados. As frentes de trabalho eram o mecanismo mais reivindicado, trabalhando não estavam recebendo “esmolas” do Estado: era mais digno.

As inquietações apontam para a discussão do conceito de tradição que custa muito caro. *Embora a vida social esteja em permanente mudança e a mobilidade seja considerável, essas mudanças não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente*⁹¹. As tradições se perpetuam: não negam as transformações e as permanências.

É inevitável, para compreensão das ações e das negociações, observar, como as experiências vividas, em secas anteriores, compuseram as bases das negociações. Marx mostra que os homens agem conforme as circunstâncias vividas, no presente, mas as experiências não podem ser descartadas. Os sujeitos existem e agem dentro de um conjunto determinado, que, muitas vezes, não dominam, mas trazem consigo as experiências aprendidas anteriormente.

Segundo Neves, *neste momento de consolidação de uma tradição de movimentos da multidão em períodos de secas, já está completamente consolidada a visão de que é o Estado quem tem a obrigação de assistir e proteger os pobres*⁹². Desse modo, verificamos que, em períodos de escassez, um segmento social deveria assistir o outro; não cumprido o pacto, partia-se para a ação direta. Existe historicidade das lutas, da movimentação, das ações

⁹⁰ MARX, Karl. *O 18 Brumário e as Cartas a Kugelmann*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Pág. 17. *Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: não fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente ligadas e transmitidas pelo passado.*

⁹¹ THOMPSON, E.P. Op. Cit. Pág. 17.

⁹² NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. Pág. 161.

que só aconteciam à vista da crise de consumo – a seca é a escassez – dos gêneros de primeira necessidade.

As ações que colocaram, frente a frente o Estado e os camponeses flagelados, ganharam peso e intensidade. Lembramos que o consumo mínimo garante a sobrevivência, que deve ser provida. A privação do “consumo mínimo” é tida como ataque ao direito construído pelo próprio paternalismo, possibilitando a explosão de crise social já existente, agravada com a seca, que retirava a possibilidade do consumo mínimo, no campo.

As ações constituíam processo dinâmico e multifacetado, nenhum elemento sozinho consegue explicar sua complexidade. A carência, a tradição com as experiências, o contexto e os camponeses como sujeitos-agentes que reelaboravam e transformavam as atitudes; a soma desses fatores ajuda a compreendê-la. O conjunto, porém, mostra os diversos significados atribuídos às ações camponesas.

Consideramos que as experiências de outras secas têm peso importante para as ações camponesas continuarem em períodos de estiagem. Somente algumas conquistas possibilitavam a continuidade das ações. Em 1953, um acontecimento divergiu dos assuntos que permeavam as discussões da seca: a “Conferência da Seca e dos Flagelados”, na capital do Estado do Ceará.⁹³

Evento novo que revela como o contexto político dessa seca diferencia-se do das anteriores. Flagelados reunidos para pensar a problemática da seca, o desenvolvimento das medidas que visavam socorrer as vítimas constituíram fato inovador. A participação dos camponeses flagelados denunciava que as medidas de socorro com fins político-eleitoreiros, que procuravam, a todo custo, controlar os canais de interlocução entre as lideranças locais e os flagelados, podiam se modificar, mostrando a importância da negociação, diante da situação. Denotando os mesmos problemas – seca e miséria –, as tentativas de resolução também são as mesmas – frentes de trabalho e distribuição de alimentos – mas as formas de pressão e negociação foram sendo lapidadas, a cada período seco.

⁹³ NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. Pág. 169,170.

2.4. Intervenção das instituições nas ações camponesas.

Diante das transformações desse período, diversas instituições tentam intervir nos movimentos sociais, no Brasil, entre as principais: Igreja Católica, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Partido políticos – principalmente o PCB – , os Meios de Comunicação – jornais pesquisados: Jornal Nordeste, Gazetas de Notícias e Jornal Unitário –, o Estado através de órgãos – como DNOCS – criados para executar as políticas de combate à seca e mediar conflitos e lutas com os segmentos sociais pobres.

As razões por que entraram na luta são várias. Primeiro, pelo sentimento de solidariedade ao ser humano, aos problemas sociais dos “grupos subalternos”. Segundo, pelo objetivo da participação nas ações sociais, em defesa dos direitos humanos, das causas sociais, urbanas ou rurais. Terceiro, pela responsabilidade que lhes era atribuída, ao DNOCS, por exemplo, que representava o Estado.

As instituições participaram, de maneiras diferentes, das ações camponesas, na seca nos primeiros anos da década de 1950, na cidade de Limoeiro do Norte. A intervenção de uma instituição, no conflito, muitas vezes, dava ao mesmo caráter político, ou seja, acontecia a “institucionalização do conflito”.⁹⁴ A situação, necessariamente, passava a ser reconhecida como ação política que envolvia segmentos diferentes. A intervenção dos partidos configurava o significado político convencional à luta, enquanto a atuação de outras instituições nem sempre se figurava dessa forma.

O órgão do Estado de distribuição de gêneros alimentícios, CAN, com certeza, tinha o intuito não somente de saciar a fome, mas esfriar as manifestações dos camponeses, diminuindo a possibilidade de enfrentamento entre os grupos, e possibilitando, às autoridades políticas locais, “meios para solucionar a miséria provocada pela seca”, nos moldes tradicionais, em que um grupo se beneficiava politicamente, com essas práticas.

Ai veio 53 a mercadoria da CAN era muita, vinha para favorecer os pobres, a mercadoria da CAN era muita e os correligionários foram abastecidos

⁹⁴ BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. – Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. Pág. 123, 124, 125. Desenvolve como acontece o conflito da terra e como as instituições entram no conflito, no sertão cearense.

a vontade era um negócio pra fazer política.⁹⁵ O Sr. Clodoveu entende a distribuição dos gêneros alimentícios na perspectiva política, mas do ponto de vista de uso da mercadoria para benefício do grupo dominante. E reforça que a “mercadoria era muita”. Pela quantidade, pensamos, como uma hipótese, que a mercadoria dava para atender os pobres e correligionários políticos.

Uma onda de solidariedade para com os homens e mulheres famintos que perambulavam pelas cidades se espalhava pelo Estado. Existiam campanhas locais e pelo país – que chamavam diversos segmentos da sociedade para aderir à causa dos “seus irmãos tão maltratados” pela “destruidora seca”. Solicitavam às autoridades políticas soluções, enviavam pedidos de gêneros alimentícios, arrecadavam comida, donativos, roupas e outros, no intuito de distribuir entre os flagelados, e, de certa forma, minimizar as necessidades primárias.

O jornal tinha papel fundamental: a consulta a alguns periódicos revelou sua preocupação em tornar pública a seca. As referências à seca eram noticiadas todos os dias; informavam onde estava mais intensa, onde as ameaças aconteciam, dando cobertura a todo Estado.

Correspondente do Jornal Nordeste, no interior, questionava a problemática da seca e chamava a sociedade a empenhar-se em pensar e resolver:

Que é que se vai fazer, se desabar, de fato sobre a região nova calamidade? A pergunta não deve ser dirigida somente ao governo, mas a toda coletividade. O Poder Público retém nas mãos, é certo, o grande remédio, que ainda não sobe aplicar ou não quis aplicar. (...) Tudo isso é tarefa, principalmente, do governo. Mas a comunidade dos governados também pertence obviar as conseqüências do flagelo. Quem não sente, tão de perto, como o cidadão e o capitalista, deve abrir, sem medida o coração aos bons sentimentos e procurar atender, como pode, as circunstâncias. As classes produtoras, o comércio, os bancos, as associações de poder e destaque, todos reunidos, debatendo e buscando as soluções, muito concorrerão para diminuir a catástrofe.⁹⁶

O jornal, veículo de comunicação muito utilizado, fazia alerta e inserção dos grupos sociais, como maneira de comover e convidar a sociedade a envolver-se, pois todos eram atingidos pelo flagelo, direta ou indiretamente.

⁹⁵ Francisco Clodoveu Vidal, 75 anos. 04/1999.

⁹⁶ Jornal Nordeste 26/01/1954.

Apelava para o sentimento das pessoas não deixando ver-se a seca como construção social e política, analisada apenas como fenômeno climático. Todas as campanhas giravam em torno da solidariedade: não encontramos indícios de grupos manifestando, politicamente, apoio às ações dos flagelados.

Reconhecia-se quem, de fato e direito, tinha que arcar com a responsabilidade – o Estado – que, quando não agia, a sociedade era convocada a contribuir, de forma que a sobrevivência dos camponeses pobres habitantes da zona rural não fosse comprometida, pois ameaçada já estava.

O Estado possuía órgãos “capacitados” para agir em períodos de seca. A CAN distribuía, para as prefeituras dos municípios, gêneros alimentícios a fim de diminuir a fome. Mas a distribuição passava pelo crivo dos grupos políticos locais, que executavam da forma que lhes era conveniente à distribuição. Observando as ações da CAN, Virgílio Távora declarou ao Jornal Nordeste:

No Ceará a ação da CAN correspondeu aos anseios da população. Faço sem duvidas algumas restrições sobre suas atividades em determinados municípios. Convém ressaltar, no entanto que as deficiências porventura observadas são fruto naturalmente, do primarismo político que ainda domina as relações publicas da terra. No conjunto, porém representou substancial ajuda ao povo cearense. Essa é que a verdade.⁹⁷

A declaração é da autoridade política, que reconhece a estrutura das políticas de combate à miséria, na seca. No entanto, redimensiona sua fala, por estar inserido na estrutura, ou seja, era a representação da mesma. Não podia atacar os correligionários políticos e o sistema que defendia.

Nos jornais, eram comuns as reclamações, os pedidos de obras e recursos, como também o posicionamento das autoridades políticas em relação á seca. Os jornais abriam espaço para que essa parcela social expressasse suas posturas. O Estado sabia como agir e em que terreno estava pisando, assim, pelo jornal, reafirmava atitudes e práticas políticas, mencionando a atuação do Estado que “representou substancial ajuda ao povo”.

Além dos jornais, dos populares e do Estado que tentavam evitar, “pelo menos em parte”, o sofrimento alheio, a Igreja foi instituição que se envolveu nas campanhas, ainda por trás do manto da solidariedade. *Muito*

⁹⁷ Jornal Nordeste 23/04/1953.

*habitual, a partir da década de 1950, nas cidades do interior o padre, ou vigário paroquial fazer parte do grupo que distribuía alimentos ou sementes para o plantio.*⁹⁸ Segundo Eneida Parente, até esse momento, "Igreja andava totalmente desinteressada dos camponeses",⁹⁹ no entanto não podemos generalizar a análise, alguns padres já se preocupavam com os problemas do campo, até pela intensa luta do PCB para adentrar esse espaço.

Os padres nem sempre eram bem aceitos, por origem nos setores dominantes e poderosos da sociedade, o que podia separá-los dos segmentos sociais mais pobres. Padre João Olimpio relata a popularidade do Monsenhor Otávio de Alencar Santiago, pároco da Diocese de Limoeiro do Norte,¹⁰⁰ mas não relata nenhuma ação do representante espiritual na seca do início da década de 1950. Os camponeses entrevistados não fizeram referência ao mesmo. De certa forma, confirma-se que havia, no período, distanciamento entre os camponeses pobres e as atitudes sociais da Igreja.

Não tinha uma ação social para com essas pessoas, aí quer dizer eu não condeno a esmola, por que ninguém pode condenar mas a esmola você tem que exigir a contrapartida, ela vicia a pessoa e a Igreja fez muito disso.¹⁰¹

A Igreja realizava algum trabalho, com a doação de esmolas. A "ação social" começou a se desenvolver nessa década. Mas *somente vai penetrar no meio rural no final da década de 50 e, lutando basicamente pelos objetivos de não perder os camponeses para os comunistas (...) o controle das organizações camponesas, desencadeando intenso trabalho de formação de sindicatos, numa clara oposição as Ligas, reconhecidamente, mais independente na qualidade de associações civis.*

A década de 1950 ficou marcada pelas transformações da posição política da Igreja, que passou *da caridade ao protesto contra a exploração dos flagelados nas frentes de trabalho.*¹⁰² Não podemos afirmar se os objetivos da

⁹⁸ MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar. Op. Cit. Pág. 35.

⁹⁹ PARENTE, Eneida R. *Seca, Estado e Mobilização Camponesa: a expressão da resistência coletiva dos trabalhadores rurais cearenses na seca de 1979-1983*. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à UFC. Fortaleza: 1985. (mimeo). Pág. 96

¹⁰⁰ CASTELLO BRANDO, João Olimpio. *Limoeiro da Igreja: a história de Limoeiro do Norte a partir de seus párocos*. Minerva, Fortaleza, 1995. Pág. 194, 195.

¹⁰¹ José Germano Maia. Entrevista realizada em 08/2004.

¹⁰² MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar. Op. Cit. Pág. 84.

Igreja eram de combater a exploração, nas construções de obras públicas, dos camponeses.

Na tentativa de contemplar relação dos camponeses pobres com a Igreja, verifiquei pelas entrevistas, como a Igreja agia em situações de seca. Até que ponto atuava junto aos camponeses e suas lutas.

Ao sugerir ao Sr. José Germano Maia que me falasse da relação da Igreja com os camponeses pobres, em períodos de estiagem prolongada – a escolha do camponês foi proposital, pois, por muito tempo esteve envolvido no MEB – Movimento Eclesial de Base, assim, narrou:

Na década de 40 e 50 a relação não era da Igreja com o povo, a relação era o povo do campo com a Igreja, por que o povo era quem ia pra Igreja, o povo era muito católico não sei se é por que não tinha com que se interter que o povo todo ia pra Igreja e o povo atendia a Igreja, se esforçava, dava o que podia, arrematava nos leilões para fazer dinheiro pra Igreja, mas, a Igreja vinha pouco a zona rural.¹⁰³

Pela fala, não existia reciprocidade equitativa entre as partes, a Igreja não estava disposta para ir até “o povo do campo”. Podemos observar que não se mostrava atrativa, as pessoas iam para a Igreja por não terem outras diversões: as festas eram todas religiosas e se concentravam na cidade. A situação de miséria e fome da na zona rural não estava nas primeiras preocupações da Igreja, mas, de certa forma, alterava a relação dos camponeses com a Igreja, com idas à mesma, e as doações dos camponeses; não estava envolvida com as causas e lutas sociais dos camponeses: sua preocupação estava voltada apenas para as atividades, de seu interesse.

A comunicação da Igreja naquela época era essa fazer as festas promocionais para arrecadar dinheiro para fazer a Igreja e o palácio do bispo. Ela já tinha algumas associações filantrópicas como o Pão de Santo Antonio, mas era só de dar esmola, mas não formava a pessoa não. Não tinha uma ação social para com essas pessoas, aí quer dizer, eu não condeno a esmola, por que ninguém pode condenar, mas, a esmola você tem que exigir a contra partida, ela vicia a pessoa e a Igreja fez muito disso.¹⁰⁴

Ter sido membro do MEB por dezoito anos, com certeza, influenciou-o a pensar dessa forma. As organizações da Igreja tinham como objetivo

¹⁰³ José Germano Maia, 80 anos. Entrevista realizada em 08/2004.

¹⁰⁴ Idem.

organizar e conscientizar os camponeses da luta, mediação dos conflitos, para aproximação dos camponeses. O que possibilitava o controle, ou melhor, o desejo de controle. O Sr. Zé Germano enfatiza a importância da ação social e denuncia a doação de esmolas, que, na verdade, não são dadas pela Igreja, que apenas organizava sua entrega, pois eram ofertadas pela sociedade.

Até a década de 1950, a Igreja não participava efetivamente das lutas sociais. O padre, que tinha a missão de se aproximar do povo, pertencia aos segmentos abastados da sociedade, que além de se oporem aos movimentos sociais, reprimiam todas as manifestações populares. *Os padres, para eles, eram da classe dos ricos.*¹⁰⁵ A Igreja representava os estratos sociais mais abastados; pela solidariedade, essa perspectiva retirava a ação política da instituição como também resumia o ofício do padre ao serviço espiritual.

É uma instituição complexa, de lógica própria, e a tradição lhe é peculiar, aspectos que devem ser considerados, porém a paróquia está totalmente vinculada a uma hierarquia nacional e transnacional. Dessa maneira, as ações da Igreja, em períodos de seca, se realizavam dentro das possibilidades abertas pela própria Igreja. Não podemos perder de vista que esta pertence à estrutura hierárquica dominadora, alguns padres romperam e adotaram outras práticas – campanhas de solidariedade e outras.

Temos que considerar as *interconexões e mediações que se colocam entre as diversas instancias e concepções da Igreja.*¹⁰⁶ Dessa forma, suas ações só podem ser compreendidas se olhadas em face do complexo que é a Igreja, como instituição, que entra na defesa da própria unidade. Não queremos, assim, negar os conflitos da instituição, a Igreja local estava submissa a uma ordem maior, portanto não encontramos indícios de integração da Igreja na luta, na seca de 1951-1953.

Mudanças das bases sociais da instituição exigiram:

(...) o contato direto com os problemas das camadas populares, conduziu a formas de solidariedade com suas lutas, que repercutiram não somente sobre os fiéis, mas sobre o conjunto do

¹⁰⁵ MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar. Op. Cit. Pág. 100. Desenvolvendo seu pensamento sobre a posição da Igreja em períodos de seca. Dessa forma, os flagelados percebiam que o padre estava do outro lado.

¹⁰⁶ PAIVA, Vanilda (org.). A Igreja Moderna no Brasil. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. Edições Loyola, São Paulo, 1985. Pág. 54

corpo de funcionários da Igreja, nos mais diversos níveis, provocando mudanças nas estruturas locais da instituição e na mentalidade dos homens da Igreja.¹⁰⁷

A correlação de forças, no contexto, influenciou que a Igreja modificasse sua forma de atuação. A Igreja foi ao povo, deslocou suas bases da classe média para as camadas subalternas. Suas ações passaram da solidariedade para o protesto, a luta, o ensinamento, a “conscientização”. A Igreja entrou na luta, principalmente por Reforma Agrária, cumprindo o papel de “mediadora entre a sociedade civil e o aparelho de Estado”. Apesar de remontar estratégias de difusão da fé, tentou destruir o preconceito contra as forças de esquerda, pois estava querendo se constituir como mediadora entre os blocos econômico-social-militares. Ou seja, *ela fala como instituição universal, por isso situa-se acima dos regimes políticos e econômicos, inserida na sociedade humana; mas que também é específica, no sentido que vivencia sua mensagem em cada formação social.*¹⁰⁸

Para participar das lutas populares e camponesas – a Igreja esteve mais presente nas do campo, do que nas urbanas – modificou práticas. Dessa forma, sua participação ganha legitimidade para exercer influência no pacto estabelecido com os setores dominantes. Parte do pressuposto de proteger o homem do campo das subversões, além do seu domínio: – a atuação do Partido Comunista. ocupa o cenário político, na disputa com o PC do controle do espaço rural.¹⁰⁹

Apesar de ocupar lugar na política, a ação da Igreja centra-se em perceptível ambigüidade: de um lado, com apoio às lutas camponesas – sobretudo à Reforma Agrária – tentando organizar e instruir os movimentos; de outro lado, mostrava-se conservadora na defesa da propriedade privada, quando ameaçada. No entanto as ações da Igreja merecem algumas restrições.

Em Limoeiro do Norte, não encontramos indícios de participação da Igreja nas ações de saque, ou mesmo, para conter os problemas agravados pela seca de 1951-1953. Na anterior, 1942, Dom Aureliano Matos, dirigente do

¹⁰⁷ Idem. Pág. 55.

¹⁰⁸ CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja Católica e a Questão Agrária. In: PAIVA, Vanilda. (org.). Op. Cit. Pág. 69

¹⁰⁹ Ver: PAIVA, Vanilda. Op. Cit. Pa. 60, 61, 62.

recém-criado bispado, construiu várias obras para ocupar a mão-de-obra camponesa liberada.

Em 1953, a paróquia se prepara para a *passagem por Limoeiro da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima (Portugal)* e para a realização do 1º Congresso Eucarístico Diocesano,¹¹⁰ que aconteceu somente em 1954. Padre João ressalta as atividades da diocese como “obras primas da criatividade, da capacidade de trabalho, do senso de organização do Monsenhor Otávio de Alencar Santiago”. Observamos a Igreja envolvida com atividades do seu interesse. As circunstâncias do homem do campo não estavam na ordem de suas preocupações. Ou seja, seu trabalho voltava-se para o próprio benefício, de modo que o ideal católico fosse difundido.¹¹¹

Outro grupo que estava agindo, diante da crise que crescia, é a Câmara de Vereadores. Consultamos a documentação das sessões ordinárias e extraordinárias dos anos 1951, 1952, 1953 (atas, projetos, leis, requerimentos, ofícios e mensagens). Procuramos visualizar as preocupações desta para com os flagelados pela seca e identificar realizações de combate ou diminuição das agruras da seca. Apenas um projeto visava fazer o calçamento de algumas ruas, no centro da cidade, que não objetivava empregar a mão-de-obra dos camponeses.¹¹²

Outra referência à seca é mensagem enviada pelo Presidente da Republica: *O Chefe da Nação comunica-se com os vereadores congratulando-se em nome da casa pela alocução proferida sábado último a respeito da gravíssima situação de flagelo que assola o Nordeste.*¹¹³ A mensagem tinha função “diplomática”, o presidente não enviou nenhum programa concreto, mas também “não esqueceu” o sofrimento dos camponeses.

José Célio de Assis, vereador na época afirma: *fui vereador por pressão, meu pai era um grande comerciante, mas eu não sabia nada não, não queria não.*¹¹⁴ As famílias abastadas, donas das grandes propriedades e do comércio local, compunham o espaço político, ou seja, não precisavam de representantes: eram, ao mesmo tempo, proprietário, comerciante e político.

¹¹⁰ CASTELO BRANCO, João Olímpio. Op. Cit. Pág. 196.

¹¹¹ Ver: CASTELLO BRANCO, João Olímpio. Op. cit. 196,197. Nessa década foram construídas e reformadas várias capelas da Diocese com mão-de-obra trazida da capital Fortaleza.

¹¹² Este foi relatado na ata sessão extraordinária do dia 10.03.1953.

¹¹³ Esta mensagem está anexada a ata da sessão ordinária do 06.05.1953

¹¹⁴ José Célio de Assis, 76 anos. Entrevista realizada em 10.08. 2004.

No entanto, a fome, no campo não inquietava, a ponto de fazer parte das suas principais preocupações. A seca atingia em grau menor a grande propriedade que com mais de uma fonte econômica de sustentação.

A fala deixa clara a composição da câmara de vereadores e quais os interesses em jogo. A seca pode ser concebida como momento de crescimento político local. Serve aos grupos mais poderosos da política institucional, como meio para tirar proveitos.

As instituições, ao mediar ou interferirem nas ações camponesas, faziam de formas diferentes, de acordo com as vantagens possíveis de alcance.

O saque vai ser apropriado com mecanismo político, no ano seguinte, 1954, por ocasião da eleição municipal. A oposição – representada pela UDN – utiliza o saque para tirar proveitos políticos, na luta entre a família Oliveira e a família Chaves.

Mixico Nonato, em sua gestão, por ocasião da seca (1951-1954), através do delegado Herbas Cavalcante Pinheiro, tratou brutalmente os flagelados, fato que deu oportunidade a Manuel de Castro Filho (então despontando como político pelas mãos dos Oliveira vindo de Morada Nova) de apelar para compaixão da população, transformando em votos os protestos populares, provocados pelo tratamento agressivo aos flagelados.¹¹⁵

No momento do saque, não havia preocupação do grupo político com as agressões aos flagelados. São-lhes atribuídos significados políticos, devido ao interesse de se colocar a oposição no poder e retirar o grupo que estava.

O saque e a prisão de Chico Mãozinha, vistos como uma afronta ao poder instituído, serviram de plataforma eleitoral ao grupo que tentava alcançar o poder. A família Oliveira, representada por Manoel de Castro Filho, conseguiu usar de tal forma as ações camponesas e, principalmente, a prisão de Chico Mãozinha, que ajudou na alteração do quadro político. Elegeu Sabino Roberto de Freitas para prefeito tirando os Chaves do poder por tempo indeterminado.

¹¹⁵ LIMA, Lauro de Oliveira. *Na ribeira do rio das onças*. – Fortaleza-CE: Assis Almeida, 1997. Pág. 324. Ressaltamos que o autor é membro da família Oliveira, portanto chamamos atenção para o lugar social do mesmo.

A aglomeração, organização, negociação e intervenção das diversas instituições constituem maneiras para tornar a ação concreta. O saque vai se construindo, passo a passo, pode acontecer ou não, mas são ações que desgastam o camponês mais do que a própria fome. Demandando mais esforço do que qualquer outra atividade, ainda causa medo, muitas vezes, provocado pela repressão dos setores políticos dominantes.

Depois de anos de gritos silenciados e insatisfações comprimidas em reduzidos espaços incabíveis, os trabalhadores agrícolas e camponeses do Ceará retomam mais recentemente suas organizações, reestruturam e reconquistam espaços, reiniciam o processo de passagem de indivíduos “sujeitos” para “sujeitos políticos”. (Tereza Helena de Paula Joca, 1987).

Neste capítulo, analisa-se o saque e seus desdobramentos, como as ações camponesas trouxeram novos elementos para a política local, ou melhor, para o processo eleitoral do ano de 1954. Não tratamos os acontecimentos em seqüência de causa e efeito, pois compreendemos a História como a disciplina do “contexto e do processo”, entendemos que as ações podem trazer, para a história, novos fatores e significados, assim percebemos os grupos sociais distintos, atribuindo significados também distintos aos mesmos acontecimentos. Ao mesmo tempo, *se tomarmos o fato por acontecimento é porque o julgamos interessante em si mesmo.*¹

Transformam-se os fatos em acontecimentos importantes. Nessa perspectiva, tentamos analisar as ações camponesas, modificadas com os anos, mediante outros acontecimentos e transformações também pessoais vividas.

Vamos apresentar um pouco da trajetória política do camponês Chico Mãozinha, enquanto liderança política. Não temos como propósito exaltá-lo, mas construir um pouco da história camponesa a partir da sua história pessoal, e como este era reconhecido entre os mesmos como um personagem significativo dessa história. Propomos investigar a história, a luta e busca incessante por melhores condições de vida, partindo desse personagem, para nós central.

Considerando o saque na dimensão política, queremos examinar como ficaram os camponeses e como as manifestações foram inseridas no conflito

¹ VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Apud: RODRIGUES, Rui Martinho. A propósito da história oral. *Linguagens da História I* (org.). Por José Gerardo Vasconcelos e Antonio Germano Magalhães Junior. – Fortaleza: imprece, 2003. Pág. 15.

político. Dimensão esta que não objetivava a tomada do poder, ou troca do sistema político, acontecia na perspectiva de luta pela sobrevivência cotidiana. As lutas camponesas ganham características políticas, o que não acontece por acaso, toda a estrutura política do período passou por uma abertura, que intencionalmente tentava inserir trabalhadores, operários e camponeses no cenário: integrá-los era uma forma de tentar controlar.

Os trabalhadores do campo eram trazidos para o grande palco da história na tentativa de eliminar os palcos alternativos, desvinculados ou palidamente vinculados às relações de poder dominantes, mediante a extensão dos direitos sociais a esses trabalhadores.²

Os camponeses e suas ações caminhavam em mão dupla – podiam trazer ganhos e perdas, como podiam escapar ao controle do dominante. Já mencionamos o aparecimento destes no cenário político da cidade; alguns permaneceram em discussões que diziam respeito aos problemas do campo, da agricultura: ausência de recursos mínimos para que pudessem produzir a subsistência, livrando-os da fome e das doenças que mais afligiam. Havia sim “participação consentida”, ressaltando que não acreditamos no controle total dos camponeses pelos setores dominantes. As numerosas lutas, no campo deixam fortes indícios da perspectiva de fugir das formas de controle.

O capítulo se divide em quatro momentos: primeiro, a “formação” política do camponês, como foi se construindo como referência de luta, contestador da ordem social estabelecida, sempre presente nas discussões políticas, principalmente, nas mais ligadas à vida do campo e desenvolvimento da produção agrícola, nos projetos que objetivavam melhores condições para os camponeses e nas políticas de combate à seca.

Segundo momento, constituição da liderança. Podemos conferir a Chico Mãozinha, o papel de líder, a partir do momento que consideramos as lutas camponesas como lutas políticas, em que os camponeses queriam que seus

² JOCA, Tereza Helena de Paula. *Resgatando o singular: a memória quase esquecida: sindicato, organização e política – Sindicalismo Rural no Estado do Ceará -1950-1964*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza-CE: UFC, 1987. Pág. 14

interesses fossem encaminhados por eles próprios. Quando percebemos como referência entre os outros camponeses.

No terceiro momento, tenta-se compreender por que Chico Mãozinha se apropriou da escrita – se a oralidade era a forma de expressão camponesa – para denunciar os problemas do cotidiano do campo, e manifestar as reivindicações, fazer cobranças aos grupos políticos dominantes e apontar possíveis soluções. A escrita não era característica dos grupos camponeses, nesse período, compreende-se como meio de aproximação com outros grupos sociais.

No quarto, analisam-se os acontecimentos políticos depois do saque, com a luta camponesa como manifestação política que conferiu, ao contexto político da cidade, algumas alterações. Chama-se atenção para o saque e a prisão do Chico Mãozinha como elementos significativos do contexto.

Para composição do quadro, vamos trabalhar com as fontes orais, os manuscritos do Chico Mãozinha e o que encontramos na historiografia de Limoeiro do Norte, que traz questões e problemas. A utilização dessas fontes tem o propósito, ou seja, o olhar dos camponeses para a movimentação, para a ação concreta que foi o saque, que teve dimensões importantes, não consideradas pela historiografia local.

Os manuscritos de Chico Mãozinha talvez representem os anseios do grupo, sobretudo, revelam suas preocupações, interesses e desejos. Expõem suas posturas políticas e lugar social. O cruzamento dessas fontes com a historiografia tem a finalidade de ampliar a análise da movimentação política, do saque e da liderança política do Chico Mãozinha.³

3.1. Chico Mãozinha: um pouco da sua trajetória política.

Vinte e três foram a guerra
Somente três retornaram
E a estrada que esses trilharam
Era uma estrada de terra
Pedregosa de margens secas
Inóspita e estéril

³ Ver anexo. Manuscritos do Chico Mãozinha.

Um soldado era Francisco
 Teimoso, travesso, arisco
 Deficiente, carente, desarmado
 De nervos armados, de língua armada
 Indefeso, defendendo a auto defesa
 Político, polêmico, porta voz
 De quem cala, mas ele fala
 E fala e cala, e fala e cala.⁴

Francisco de Andrade Maia (Chico Mãozinha) nasceu em agosto de 1908, no sítio Danças, comunidade rural da cidade de Limoeiro do Norte, filho de Joaquim Vicente Maia e Maria Salviana de Andrade Maia. Seus pais tiveram 23 (vinte e três) filhos, mas só criaram 3 (três) – os 20 (vinte) morreram ainda bebês. Viveu toda a infância na própria comunidade, único filho homem, o mais velho, tinha duas irmãs – Inês e Joana. Em 1929, aos 21 (vinte e um) anos, casou-se com Maria Luiza de Andrade Maia e tiveram 12 (doze) filhos.⁵ Passou a morar na comunidade de Canafístula de Bixopá, região mais seca do município, em pedaço de terra que era do avô, trabalhando sempre na agricultura de sequeiro com toda a família, expostos às oscilações climáticas da região.

As formas de produção, na caatinga seca, não garantiam a segurança alimentar do grupo familiar, que deve pesado na reflexão sobre a estrutura de sobrevivência no campo, como um pano de fundo, para ação política do Chico Mãozinha.⁶ A experiência vivida aguçou-lhe a sensibilidade de perceber, expressar e repassar as necessidades do campo, não apenas na seca, muitas vezes também, no inverno produtivo, mas ao *final do inverno toda safra era trocada pela conta (dívida) da casa fornecedora*,⁷ assim o processo de endividamento recomeçava. Sua preocupação não era somente com a situação particular, mas com o grupo, a comunidade. Com isso não queremos dizer, nem acreditamos que era iluminado, ou desenvolveu sozinho o conhecimento político.

⁴ José Francisco Maia Nunes, 40 anos. Neto de Chico Mãozinha.

⁵ Maria do Carmo Nunes Maia, 70 anos, filha de Chico Mãozinha. Entrevista realizada em 23/03/2005.

⁶ Nesse sentido, Thompson nos alertou que: *A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente.* THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. V. 1 *A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pág. 10

⁷ Francisco de Assis Maia – Chico de Alcide. 50 anos. 10.09.2004. Conversa informal.

A dureza da vida camponesa deve ter-lhe criado a capacidade de indignar-se, a coragem de romper com as práticas políticas que regiam as relações entre grupos sociais distintos, de continuar na luta pela causa, além da reflexão – pelos manuscritos – das condições de sobrevivência rural.

Não identificamos, nas fontes, raízes políticas na sua família – pai e avô não se envolveram na política local. Parentes mais distantes, como o Padrinho (Padrim Toim), participaram do poder local, não em cargos políticos, *mas o padrinho era o Coronel Antônio Vicente Maia,⁸ que tinha uma influênciazinha, mas era menos, os coronéis da política dali das Danças era Antônio Lopes e Pergentino.⁹* A aproximação com o sistema de exploração dos coronéis, que vinculava os grupos, deve ter influenciado, ressaltando que, desde os sobrinhos, afilhados, moradores, agregados, todos chamavam o coronel de “Padrim”.

Talvez seja arriscado afirmar que existia, em Chico Mãozinha, interesse comunitário em defesa das causas camponesas, que provavelmente se contrapunha à perspectiva dos coronéis – que defendiam seu poderio, propriedade e as formas de garantia do poder e domínio, sobretudo na preservação da propriedade privada e cargos políticos sem a participação dos segmentos pobres da sociedade. Ao contrário, Chico Mãozinha, em nome dos camponeses, almejava a organização como forma de facilitar a luta, a produção, a aprendizagem, ou seja, a sobrevivência. A união de camponeses, certamente, destoava das práticas tradicionais.

Chico, toda vida era atitude dele ir contra as injustiças, era muito contra as injustiças, havia muito injustiça naquele tempo, mas mesmo sendo sobrinho de Antonio Vicente, ele já pendia pro lado de Manoel de Castro, votava em Manoel de Castro coisa e tal, mas era meio escondido, por que o velho podia reclamar.¹⁰

A fala do seu Clodoveu deixa transparecer que as redes de parentesco estimulavam a obediência, assim como o apadrinhamento e as relações de favor,

⁸ Antônio Chaves de Souza. 79 anos. Entrevista realizada em 04/ 1999.

⁹ Clodoveu Maia Vidal, 75 anos. Entrevista realizada em 04/1999.

¹⁰ Idem.

que causavam uma "dívida do afilhado para com o padrinho".¹¹ Essas relações aos poucos foram sendo dissolvidas. O próprio Chico Mãozinha assumiu postura política rompendo com a relação de dependência. Vale salientar que essa é a narrativa do seu Clodoveu, em nossa análise, colocar-se contra "as injustiças" significava também bater de frente com os grandes proprietários de terra que estendiam seu domínio e regras além de suas propriedades. O enfrentamento possibilitou participação na política, no início acanhada, nos moldes propostos pelas organizações políticas institucionais; mesmo assim, estava entre "os grandes" e "ricos", começando a sua participação política, questionando o trato dos problemas vivenciados no campo, na atividade agrícola, propondo outros objetivos.

O ingresso na política se deu com a expansão da Ação Integralista Brasileira local. Sua militância política começou aos 30 anos de idade, pelo Integralismo. Não freqüentou escola convencional, não teve uma educação escolar formal, nem foi alfabetizado nesses moldes, mas sabia ler e escrever. Lia, principalmente, alguns livros velhos deixados por seu pai, que também sabia ler.¹²

As referências à oratória, como uma vocação, são constantes. Assim, relatam os depoentes sua facilidade de falar em público, de defender aquilo em que acreditava, com certeza aprendido com o exercício e o tempo.

Naquele tempo o povo de fora da cidade era chamado de matuto, não sabe, Chico Vicente era um matuto resolvido, ele subia em qualquer palanque, veio um deputado federal do Rio de Janeiro, Eurípedes Cardoso de Menezes, veio fazer uma visita aqui, naquela época era um dos homens mais cultos do Brasil, ele era ligado a Ação Católica e houve uma reunião lá no Patronato, nisso falou Eurípedes Cardoso que era uma figura extraordinária e Chico falou também e não falou besteira não, ele tinha uma linha de raciocínio, quando determinava um objetivo ia até o fim, não tinha essas eloquências, pois era semi-

¹¹ *A dívida é material (o material que abandona seu roçado para trabalhar para o fazendeiro no momento em que este desejar), moral (por parte de afilhados e compadres), e espiritual (o folião que abandona seu trabalho para dedicar-se a preparação da festa para o festeiro).* CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspecto da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. Pág. 125.

¹² *Idem*. Segundo sua filha os livros que o avô havia deixado eram livros de profecia, e o avô Joaquim Vicente Maia dizia como seria o fim dos tempos, por que lia nos livros, mas não soube informar onde tinham conseguido esses livros, nem como aprenderam a ler.

analfabeto, mas fazia um bom discurso e tinha uma dicção boa e coitado era muito pobre, que pobre sendo muito pobre não aparece.¹³

Clodoveu Maia Vidal ressalta a forma de falar, enfatizando a sistematização das idéias, e não tinha timidez de falar diante dos mais cultos e “sabidos”, externando suas inquietações independentemente da presença de pessoas estranhas. Pelo contrário, os “homens influentes”, “pertencentes ao poder”, pelo visto, instigavam suas preocupações. Na sua avaliação, a fala de Chico Mãozinha era bem pautada, de raciocínio lógico, parecendo não ser característica dos camponeses do período. Segundo Clodoveu, os problemas levantados por Chico Mãozinha: desejo de organização, permanência dos mesmos no campo e, conseqüentemente, a garantia de sobrevivência sem tantos sacrifícios, tinham fundamento. Mas o grande e grave problema era a pobreza. Seu “pauperismo não permitia que o mesmo aparecesse no cenário político”. Como se o lugar do pobre já estivesse determinado nessa sociedade. Compreendemos como demarcação de espaço definindo quem podia atuar e onde devia estar.

A fala do seu Clodoveu expressa não somente o lugar dos sujeitos, na hierarquia social, como o embate entre classes sociais diferentes, em que se observa que os camponeses estavam adquirindo outras formas de participação política, mesmo ligados a antigas práticas do contexto.

O integralismo influenciou e integrou os mais diversos estratos sociais. Em Limoeiro do Norte, a base estava, principalmente, na zona rural, começando pelos grandes proprietários – coronéis – que arrastavam outros setores ao seu poderio, a integrarem suas filas, possibilitando crescimento rápido que dava visibilidade ao movimento. O envolvimento de camponeses, de jovens e de outros aconteceu de acordo com o consentimento dos grupos dominantes – as autoridades políticas e os coronéis.

¹³ Clodoveu Maia Vidal, 75 anos. Conhecido na cidade como um memorialista, pois é detentor de uma excelente memória, lembra os acontecimentos como muita perspicácia. Até o período em que a entrevista foi realizada, ainda ia para sua propriedade todos os dias no Sítio Milagres, plantava e cuidava de algumas vacas. Participa da Ordem do Santíssimo, um movimento da Igreja Católica, da Liturgia da Igreja, fazendo a leitura na missa.

(...) a possibilidade de participação política dantes negada, a inserção no debate sobre os destinos da Nação, a cooperação entre as classes, a alfabetização de uma população camponesa inculta, a defesa dos valores assentados na tradição cristã, enfim, a utopia integralista.¹⁴

Chico Mãozinha bebeu na fonte do Integralismo e, certamente, os pressupostos integralistas serviram de base para o ingresso de muitos camponeses nos movimentos sociais. A defesa ferrenha da união dos camponeses, tendo a religião e a família como eixo, era o fundamento do seu pensamento. Clodoveu complementa: “através do integralismo, as pessoas nascidas no campo aprenderam muito, principalmente a se interessarem pelas coisas do Brasil”. Desse modo, o integralismo foi uma possibilidade de “aprendizagem” e participação da massa camponesa nas discussões políticas locais, em que tiveram oportunidades, mesmo programadas, de contato com outros aspectos da sociedade.

Guardadas proporções e problemas da ideologia integralista, a comunidade rural entrou para o cenário, o camponês integrou o movimento – participou das reuniões, vestiu a camisa e desfilou. Embora essa inserção tenha sido “planejada” e “consentida”, era uma maneira de estar presente.

Como aconteceu a participação? Se eles acreditavam ou não que sua participação era parte importante de um projeto maior, com o objetivo de manutenção das elites abastadas e dominantes no poder, aponta-se para outra questão, que não compõe os propósitos do trabalho.

Mas verifica-se que o integralismo foi uma tendência política ou opção política quase que única naquela realidade, o caminho mais provável para o que se apresentava naquele período, como ação política, haja vista ter sido um movimento de massa e, no caso em estudo congregou grande parcela da população local.¹⁵

Não se vai enveredar pela discussão de que o integralismo era ou não a única forma de participação política, mas não podemos negar que foi uma maneira de participar. Os camponeses falam do mesmo com muito entusiasmo, até

¹⁴ RÉGIS, João Ramaeres. “Galinhas Verdes”: Memórias e histórias da Ação Integralista Brasileira: Limoeiro do Norte (1934 -1937). Fortaleza, UFC, 2002. Pág. 76.

¹⁵ RÉGIS, João Rameres. Op. Cit. Pág. 14.

porque o lema atraía os camponeses – Deus, Pátria, Família – com “fundamento espiritualista baseado na concepção tradicional da doutrina católica”, - a que estavam atrelados valores e princípios. Esses elementos exerceram forte influência, nos setores dominantes e entre os trabalhadores e camponeses. Para além do lema, o integralismo pregava e “defendia” a *formação completa do homem, do ponto de vista físico, moral e intelectual*.¹⁶ São aspectos que poderiam se apresentar como chamado ou convite, embora repleto de ambigüidades, mas que cumpriu o objetivo.¹⁷

Assim Chico Mãozinha ingressou na política, no fim da década de 1930, mediante o movimento integralista. Sua atuação, na década de 1940, depois do declínio da ditadura Vargas e o país passava por um período de democratização, abertura política, surgimento e crescimento dos partidos políticos, não está muito clara.¹⁸ A hipótese é de que esse período foi de aproximação com os movimentos da Igreja, com a fundação da *Congregação Mariana dos Moços, que promovia jogos, funcionava uma escola, tinha uma biblioteca e servia para receber as autoridades eclesiais, as entidades circulistas*.¹⁹ Dava-se seu primeiro contato com os Círculos Operários.

No entanto, a participação de Chico Mãozinha tinha outra perspectiva. Padre João Olímpio²⁰ “relata que ele vinha para a Igreja na tentativa de levar o padre para a comunidade com intuito de exercer seu ofício para além da cidade e da capela, ou seja, batizando menino doente, confessando e dando a comunhão

¹⁶ RÉGIS, João Rameres. Op. Cit. Pág.79.

¹⁷ Para perceber a dimensão do movimento local ver: RÉGIS, João Rameres. Op. Cit.

¹⁸ *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* Vol. 3 / organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁹ CASTELLO BRANCO, João Olímpio. *O Limoeiro da Igreja: a história de Limoeiro do Norte a partir de seus párocos*. Minerva, 1995. Pág. 200.

²⁰ Entrevista realizada em 05/2003. O padre não se dispõe a falar muito, ficou apontando livros que eu poderia ler para saber mais sobre a história de Limoeiro do Norte, até certo ponto essa atitude do padre é compreensível, pois, ele não pertence ao mundo da oralidade e sim da escrita. Foi uma entrevista rápida, o padre não “estirou a conversa” como fazem os camponeses. Para ver uma discussão sobre o aspecto da tensão entre o Oral e Escrito. BARTHES, Roland. BARTHES, Roland e MARTY, Eric. *Oral / escrito*. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 11 (oral / escrito – argumentação) Lisboa: Suprema Nacional / Casa da Moeda. 1987. BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política – Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

aos velhos que não podiam se deslocar para a Igreja, e também chamando a Igreja a olhar, mais de perto, a situação dos camponeses". E até repetiu frase que Chico Mãozinha costumava dizer-lhe: *padre, evangelização significa evangelho em ação*. Parece que estava chamando a Igreja para a ação, não somente o exercício religioso, mas também a atividade social e política que não necessariamente deveria estar ligada aos quadros institucionais.

O Padre narrou como se dava a participação política do camponês Chico Mãozinha, até definiu a prática política:

Eu o tinha na conta de uma liderança não só religiosa, espiritual, católica, mas também social e política que eu saiba ele nunca foi vereador, nunca se candidatou a nada, mas, a política não é só a política partidária. Fazia a política do bem comum a política do trabalho comunitário, da organização do povo na base.²¹

O padre não negou sua participação, mas ampliou a possibilidade de liderança, em que confere a idéia de inserção contrapondo-se à exclusão, o tempo todo, colocada como característica da luta camponesa. Após narrar a possível liderança do Chico Mãozinha, disse: *eu posso dizer que era muito teimoso quando desejava uma coisa, era tão teimoso que teimava até comigo*.²² Assim, acabou, na fala, qualificando a luta e, principalmente os questionamentos em relação à Igreja como uma "teimosia".

Não fez referência à pobreza dos camponeses como motivo de exclusão. Observamos que implicava ausência de participação, ou seja, era uma das razões da exclusão, que não acontecia de forma completa, com a rejeição de toda e qualquer forma de participação. O período foi marcado por um processo de inclusão, os camponeses começaram a ser "aceitos" na política institucional, até então recusados. A Igreja entrou em cena para também trazer os camponeses para o cenário político, embora os mecanismos não se enquadrassem ou objetivassem o rompimento com os setores dominantes.

Nesse sentido, podemos chamar atenção para aspectos importantes do processo de "politização" dos homens do campo. De um lado, o desejo dos grupos

²¹ Padre João Olimpio Castello Branco. Entrevista realizada em 05/2003.

²² Idem.

dominantes, fazer com que os grupos pobres ou muito pobres não aparecessem no cenário político. De outro, a complexidade desse processo. As eleições – currais eleitorais, formação de clientelas – se davam de tal forma que se excluía os que não cumpriam os requisitos de grupos políticos.

Os camponeses adquiriam meios para tornar públicos os problemas, as indignações para com a ordem estabelecida e imposta. Percebe-se, no período, a diversidade de manifestações camponesas, em várias partes do país,²³ com formas diferenciadas de região para região, o que coloca, em evidência, o processo de exclusão que tende a se modificar, devido ao espaço ocupado pelas mobilizações camponesas.²⁴

Em nenhum momento, porém, a movimentação alcançou articulação de nível nacional; as manifestações eram localizadas, as lutas nem sempre tinham os mesmos objetivos. Esses fatores davam às manifestações camponesas ares de fragilidade, talvez por não ser a tônica de seus propósitos destituir o poder, mas provocar “ajustamento na pirâmide social”, com reconhecimento de alguns direitos.

Na década de 1950, as mobilizações camponesas ganharam visibilidade, e a luta adquiriu espaço na historiografia. Passou a ser reconhecida como luta, assim considerada pela produção histórica. Esse aspecto não é peculiar à história dos camponeses de Limoeiro do Norte, que, apesar de suas especificidades, insere-se no contexto dos movimentos sociais rurais, em todo o território cearense.

Tereza Helena de Paula Joca chama atenção para amplitude e complexidade desse movimento, afirmando que (...) *O movimento sindical é mais*

²³ Podemos consultar MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995. JOCA, Tereza Helena de Paula. Op. Cit. Pág. 36

²⁴ *A ação local e regional, que é a norma, só se transforma em ação mais ampla mediante força externa – natural, econômica, política ou ideológica – e somente quando um número muito grande de comunidades ou aldeias se deslocam ao mesmo tempo e exatamente na mesma direção*. HOBBSAWM, Eric. J. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Pág. 223. Este traz uma análise sobre camponeses e a política, mostrando como aconteceu em países a participação e o ingresso dos homens do campo na política. Mas em relação ao movimento camponês não temos no Brasil um movimento a nível nacional, na década de 1950, as manifestações camponesas acontecem esporadicamente em diversos lugares do país e com peso diferente em cada lugar.

amplo e mais dinâmico, pois anterior e posterior a criação em si dos Sindicatos".²⁵ Parte do pressuposto de que movimento sindical foram todas as mobilizações, manifestações e ações que antecederam a criação dos sindicatos rurais, na década de 1950.

Concordando com essa idéia, podemos pensar o movimento dos camponeses limoeirenses, nesse contexto de luta, iniciado depois de 1945, período marcado (...) *pelo início de um novo e diferente processo de organização, sendo as ligas, associações e sindicatos as formas assumidas. O movimento dos trabalhadores agrícolas e camponeses começa a assumir formas orgânicas e unificadas*.²⁶ As lutas seguem percurso até o alcance das formas de organização, com muitas ações projetadas, realizadas e podadas.

O saque pode ser incluído, embora a seca e, conseqüentemente, a fome, sejam elementos legitimadores da ação concreta, o momento era adequado, existia a possibilidade de luta, ambiente propício, claro, conquistado pelas lutas e enfrentamentos entre segmentos sociais que tinham interesses diferentes. (...) *os camponeses tem consciência de mudanças dentro do sistema, ainda que não sejam capazes de descrevê-los ou compreendê-los precisamente*.²⁷ Os acontecimentos da vida política local chegavam ao conhecimento dos camponeses, as relações de força entre grupos dominantes, ainda que não fizessem parte da história política tinham noção e conhecimento.

Com a democratização, o crescimento dos partidos políticos, principalmente, o crescimento e legalidade do PCB e a Igreja adentrando o espaço rural tiveram a sua importância. *Atuando no encaixo das formas legais de organização, o PCB interveio como um dos protagonistas da sindicalização rural*.²⁸ Foi um dos eixos, assumindo a vanguarda dos movimentos urbanos e rurais, com a pretensão de obter a unidade de ação, os comunistas atuam na organização sindical existente e utilizam a Consolidação das Leis do Trabalho, procurando

²⁵ JOCA, Tereza H. de Paula. Op. Cit. 03

²⁶ Idem. Pág. 30

²⁷ HOBSBAWM. Eric. J. Op. Cit. Pág. 229.

²⁸ JOCA, Tereza Helena de Paula. Op. Cit. Pág. 40,41.

*organizar os trabalhadores na luta por suas reivindicações.*²⁹ Mesmo marcando forte presença, não conseguiu hegemonia entre os trabalhadores urbanos nem entre os camponeses.³⁰

Não temos conhecimento de células do Partido Comunista nessa cidade,³¹ ou mesmo, nomes ligados às idéias comunistas. No entanto, sabemos que é impossível não ter havido contato com os objetivos ou com alguns membros do partido. Como Chico Mãozinha se apropriou de elementos do comunismo? Por que foi perseguido como comunista? Isso traz algumas dúvidas. Era apenas pelo desejo de organização dos camponeses.

Desde 1945, na fase de democratização política brasileira pós Estado Novo, o PCB voltou-se para o trabalho da organização no campo. Mas foi a partir de 1952, com a aprovação de sua Resolução Sindical, que o PCB interviu, com ênfase, na organização sindical no meio rural.³²

Não obstante a intervenção do PCB no espaço rural, as propostas de Chico Mãozinha não estavam afinadas com as dos comunistas – “que entendiam ser necessária a destruição do latifúndio e a distribuição de terras aos trabalhadores vinculados às relações de dominação pré-capitalistas e ainda com a concepção teórica, a qual, no meio rural brasileiro, predominavam relações sociais semifeudais, ou semi-escravistas”.³³ Na documentação, não encontramos elementos suficientes para garantir que as propostas se relacionavam com os objetivos comunistas.

Dessa forma, nas idéias defendidas em seus relatos, projetos, planejamentos, é muito nítida a defesa da concepção de organização e

²⁹ Idem. Pág. 40,41.

³⁰ José Leandro. *Depoimento (Minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. CONTAG – uma vitória dos trabalhadores rurais e da democracia em 1963)* Fortaleza: IOCE – Imprensa Oficial do Ceará, 1988. Pág. 45, 46, 47.

³¹ Idem. Pág. 45, 46. Fala de uma equipe central *organizamos um grupo de 20 líderes no interior*. Dessa forma ele traz o nome do líder e a cidade, mas, não tem Limoeiro do Norte. Mesmo assim não podemos afirmar a ausência dessas idéias por aqui, devido à intensidade que teve a entrada do PCB na zona rural.

³² RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. Pág. 71

³³ Idem. Pág. 71,72

associação entre camponeses, ou seja, sem união dos trabalhadores pobres do campo não havia possibilidade de conquistas.

Todo sistema deve começar da base dando apoio aos grupos organizados, que querem assumir com responsabilidade os projetos que se apresentaram para as suas apreciações, que seja um conjunto de agricultores unidos na esperança de melhores condições de vida, acreditando na união que as comunidades pode apresentar nas horas de reivindicar os nossos direitos.³⁴

O pensamento se aproximava bastante da prática sindical católica. *Em 1945, a Igreja Católica demonstra preocupação com as 'populações pobres rurais pouco beneficiadas pelas leis sociais', vivendo em condições de existência muito inferiores ao que exige a dignidade da família e da pessoa humana.*³⁵ Chico Mãozinha sempre esteve ligado aos movimentos da Igreja, era um "homem muito fervoroso e defensor dos princípios da Igreja".³⁶ No entanto, a aproximação com os objetivos propostos e a influência do Padre João Mendes, que organizou a fundação dos sindicatos, no Vale do Jaguaribe, são mais prováveis.³⁷ Na década de 1960, Chico Mãozinha foi presidente do Círculo de Trabalhadores Cristãos, antigo Círculo Operário.³⁸

A Igreja Católica passou a atuar politicamente e uniu-se a outras instituições, com a pretensão de se fortalecer, difundindo doutrinas atreladas ao "conceito de comunidade, com o objetivo de unir esforços do próprio povo" aos de outras instâncias, ou seja, autoridades governamentais, com a finalidade de "melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades camponesas", integrando essas comunidades na vida nacional e capacitando-as

³⁴ Chico Mãozinha. Op. Cit. Relatório, Pág. 3.

³⁵ RICCI, Rudá. Op. Cit. Pág. 54, 55,

³⁶ Antonio Chaves de Souza. Entrevista realizada em 04/1999.

³⁷ Informação dada pelo atual secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte, Sebastião.

³⁸ Ata da Reunião do Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais de Limoeiro do Norte no dia 19 de dezembro de 1965, nesta Chico Mãozinha abre a reunião falando da importância da união entre o Sindicato e o Círculo. *Francisco de Andrade Maia, presidente do Círculo Operário, que destacou o entrosamento entre o Círculo e Sindicato.*

de maneira que viessem a contribuir plenamente para o progresso do país", sem romper com a estrutura de dominação existente.³⁹

A preocupação com a união dos camponeses era muito forte e constante, em sua trajetória política, que se firmou sem entrar para o quadro político institucional, ou seja, não ocupou cargo eletivo. Em 1963, com os companheiros Antônio Regino Nunes e Afonso Alves Maia, fundou a Sociedade dos Agricultores de Canafístula de Bixopá, com objetivo social:

I – Desenvolvimento da instrução; II – Defesa e melhoria de processos das condições agrícolas locais, especialmente através de: a) – perfuração de poços profundos e construção de barragens e açudes; b) – melhoria de processos no aproveitamento da mandioca; c) – aquisição de silos para o armazenamento da produção; e d) – instalação de uma oficina para reparos de equipamentos rurais.⁴⁰

Ao lado do objetivo do desenvolvimento humano, as maiores preocupações eram com as formas de produção, que podiam trazer melhorias para o camponês e produzi uma sobrevivência mais digna.

As propostas de Chico Mãozinha tinham semelhança com as dos sindicatos fundados pela Igreja Católica, com suas bases nos Círculos Operários⁴¹. Pensando a luta camponesa como processo construído, passo a passo, podemos colocar os objetivos sociais pensados por esses camponeses, em relação com suas origens no movimento católico.

De acordo com Maria do Carmo Nunes Maia, filha de Chico Mãozinha, "a sociedade só saiu depois de muitas reuniões, de muitos debates, de muita briga". Assim, expressar os objetivos em estatuto, ou seja, materializar sonhos e desejos de se construir uma comunidade mais instruída, organizada, lutadora, munida de

³⁹ RICCI, Rudá. Op. Cit. Pág. 55, "A ação de segmentos católicos como este segue, ainda, uma orientação política e metodológica emanada de um acordo iniciado em 1945 entre o Ministério da Agricultura e a Inter-American Educational Foundation Inc, vinculada ao governo norte-americano. O acordo visava o desenvolvimento da educação rural no Brasil, através da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR)".

⁴⁰ DIÁRIO OFICIAL, outubro de 1963 (4255): Estatuto da Sociedade dos Agricultores de Canafístula.

⁴¹ RICCI, Rudá. Op. Cit. Pág. 57. "Os círculos foram regulamentados em 1941 como órgãos conselheiros do Ministério do Trabalho, recebendo dele apoio financeiro. Em 1954, o surgimento de novos grupos leigos e a ascensão de governos populistas redefiniram o palco dos conflitos. Para revitalizar os círculos, as lideranças reforçaram a formação sindical através do IPES e IBAD (Instituto de Pesquisas Sociais/ Instituto Brasileiro de Ação Democrática)".

recursos que viabilizassem o armazenamento da produção, deve ter sido fruto de labuta incessante, incansável e longa, principalmente, de boa orientação – dada pela Igreja.

Em 1963, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte⁴²; Chico Mãozinha foi um dos sócios fundadores⁴³, ocupando sempre lugar nas manifestações camponesas, no movimento propriamente dito. Sua presença e integração, nessa luta, denunciavam o compromisso com os problemas do campo – para os quais sempre tinha soluções. *Era um homem que pensava, sabia dizer o que pensava, tinha coragem de falar, por isso talvez fosse desagradável pra muita gente, as pessoas que dizem a verdade (...)*⁴⁴ O padre relata sua disposição para falar chegando a ser desagradável, provavelmente, para o grupo dominante do setor político e até para a própria Igreja.

Considerando o movimento camponês além da formação dos sindicatos, compreendemos que várias manifestações, ou seja, luta pela terra, profissionalização dos trabalhadores agrícolas, invasão de cidades por camponeses, em períodos de profunda escassez, serviram de base para a efetivação dos sindicatos. Faziam parte do processo de luta e conflito com outros estratos sociais, como também eram influenciados por segmento exterior. Esses são elementos imprescindíveis para entender como os camponeses estavam buscando a sobrevivência: não podemos deslocá-los do contexto de luta, no período.

⁴²Chico Mãozinha. "Relatório dos trabalhos do cindicato dos trabalhadores rurais do município de limoeiro do norte desde a sua fundação". Sem data. Aparentemente o manuscrito foi iniciado e não foi concluído. Mas traz as primeiras atividades do sindicato "*data de entrada em 15 de 11 de 1963 premeira promoção resutou do mistério da educação noventa e 4 borças para os estudantes filios de sócios que tivesi concluído u primario mais neste cindicato só tinha trinta e quato estudante que foram contemplados as outras secentas bolças foram destrebidas nos municípios visinhos como tabolero, quixere e outros conforme u numero de estudantes que conrespondese u espoto asima sítado*".

⁴³ Juntamente com José Alves de Moura, Joaquim Anastácio de Amorin, Raimundo Nonato de Sousa, Demetrio Alves de Freitas, Silvestre Mendes Régis, Afonso Ferreira da Costa, e outros. Ata da Reunião do dia 20 de outubro de 1965, quando os sócios fundadores foram chamados para que o nome do sindicato fosse mudado de Sindicato do Pequenos Proprietários Rurais de Limoeiro do Norte para Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte, mas esta alteração só aconteceu em 1969.

⁴⁴ Padre João Olímpio Castello Branco. Entrevista realizada em 05/2003.

3.2. A constituição do líder.

Narrar a trajetória do líder Chico Mãozinha não é tarefa fácil, pois as fontes de que dispomos são quase todas produzidas por ele mesmo, ou com sua participação, como o Estatuto da Sociedade dos Agricultores de Canafístula, seus manuscritos – a maior parte denominada de “relatórios” – e as fontes orais, que possibilitam análise que, aparentemente, justifica sua liderança. As fontes orais contam mais sobre o significado do que sobre o evento, o significado sempre cheio de sonhos, desejos, imaginações, levando-nos para além do que desejamos ouvir. Assim as (...) *Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.*⁴⁵ Tem-se que ser sensível para compreender esses elementos que o tempo se encarregou de reelaborar.

A produção histórica local, por outro lado, não estava preocupada com segmentos alheios ao setor dominante, e as explicações para isso não são novas e não são minhas: as próprias elites poderosas e dominantes eram também responsáveis pela construção e preservação da história, que exclusivamente se tornava a sua história.⁴⁶

Por longo período, a história era só dos grandes acontecimentos e heróis, deixando à margem os sujeitos que não atingiam, ou não pertenciam aos grupos dominantes. Assim, a luta localizada e a condição subalterna de pobreza impossibilitavam a visibilidade da luta camponesa, que não entrava na história, senão como movimento messiânico ou pelo banditismo.⁴⁷ Com a compreensão de

⁴⁵ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, (14), fev. 1997. pág. 31.

⁴⁶ Sobre esse aspecto. Ver: LIMA, Lauro de Oliveira. *Na ribeira do rio das onças*. Fortaleza – Ce: Assis Almeida, 1997. O mesmo faz uma trajetória da cidade de Limoeiro desde a colonização a até meados do século XX, ressaltando que Lauro de Oliveira Lima, pertence a um dos núcleos mais abastados da cidade. *Limoeiro em Fatos e Fotos* / organizado por Maria das Dores Vidal Freitas e Maria Lenira de Oliveira – Fortaleza: Edições do Autor, 1997. A obra é composta por inúmeras fotografias, mas em todas as fotos da década de 1950, só apareceu a elite abastada, a Igreja, o comércio e principalmente as festas promovidas pelos mesmos. Observamos a preservação da memória dominante, dos legados da elite.

⁴⁷ Ver: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O Camponato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis-RJ. Vozes, 1995. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Camponato Brasileiro: ensaios*

luta política, social e econômica ganhou outros contornos, inclusive para a história que passou a considerá-la.

(...) os camponeses foram excluídos sendo esta exclusão não um simples rejeitar, mas um importante elemento dos acordos políticos entre as oligarquias agrárias e os setores populistas. (...) as conquistas por mais outorgadas que tenham sido pelo Estado demoraram a chegar ao campo brasileiro e tiveram que ser, em parte, arrancadas.⁴⁸

Dessa forma, não aparece, na historiografia local, a luta dos camponeses, a construção do sindicato, a formação das associações e os líderes camponeses ou populares. Foram notados pela "história" mediante ação direta, que abria brechas para uma diversidade de significados que podiam ser atribuídos às ações camponesas. A participação na política não aconteceu sem conflito e disputa, mas com direitos conquistados.

Assim, a trajetória política do camponês Chico Mãozinha tem bases na busca da sobrevivência mais digna para o homem do campo, pensamento que deve ter adquirido visibilidade entre os demais.

(...) um novo sistema que possa manter o camponês em condições de viver de seu próprio trabalho, como pessoa humana e como cidadão na categoria profissional de agricultor, produzindo e administrando seu trabalho, pois nesse sistema em que estamos vivendo não dá mais pra continuar.⁴⁹

Nos projetos, a preocupação era com um sistema novo que trouxesse possibilidade de vida com mais decência, do ponto de vista econômico, com mais liberdade, para que os camponeses pudessem se organizar na busca de solução para os problemas cotidianos, que aumentavam, consideravelmente na seca, com

sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes e Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

⁴⁸ JOCA, Tereza Helena de Paula. Op. Cit., Pág. 13

⁴⁹ Francisco de Andrade Maia – Chico Mãozinha. Sem data. Esse manuscrito está intitulado, por ele mesmo, "Planejamento para um novo sistema que possa manter o camponês em melhores condições". Além dessas informações, no final do texto, coloca o autor e a colaboração de Terezinha Holanda Maia, esposa de um de seus filhos, que "passava a limpo" o que ele escrevia. Dessa forma tem a data em que ela passou a limpo, 18 de janeiro de 1991.

escassez de tudo. Assim, o líder surge de idéias que defende e consegue convencer outros de defendê-las também.

Temos que procurar novos caminhos e novas formas de conduzir as técnicas administrativas para orientações dos trabalhos, como vimos os poderes tem demonstrado falhas em suas propostas e decisões não dando liberdade para os camponeses que estão organizados, poderem administrar sua sociedade e seu capital.⁵⁰

Defende fortemente a organização dos camponeses, como forma de gerenciar melhor a vida do campo, de aproveitar a produção em benefício do camponês e da própria comunidade como gestora dos próprios recursos. Sua concepção assemelha-se com os conceitos da Igreja, que visavam ao aperfeiçoamento dos homens do campo, *a harmonia da comunidade e ainda a luta contra a miséria, a fome, o analfabetismo, a injustiça social, os abusos de poder pelo aperfeiçoamento democrático e a prioridade no controle ao comunismo*.⁵¹ A formação dos líderes pautava-se por esses princípios políticos e éticos.

O discurso de organização dos trabalhadores tem origem, anos antes, implica preocupações nos grupos dominantes que temem perder o “controle” da situação. A luta na qual a Igreja investiu grandes esforços aconteceu, sobretudo, para combater a ameaça que o comunismo representava, não mediu forças para impedir que outros poderes entrassem no espaço rural, adquirindo apoio de outras instituições – IPES e IBAD são exemplos – que tinham a mesma finalidade e empreenderam forte trabalho junto às comunidades rurais.

De 1930 para cá, no entanto, a situação agrária modificou-se. O reflexo da legislação trabalhista nas cidades dos movimentos sindicais, a penetração das ideologias subversivas, a valorização do voto do rurícola, atraindo para zona rural a atuação de líderes políticos que até esse momento haviam limitado sua atividade aos centros urbanos; os efeitos desintegradores da inflação; o êxodo rural; a propagação das idéias de reforma agrária; a criação das ligas camponesas; e outros

⁵⁰ Manuscritos de Chico Mãozinha. Sem data.

⁵¹ RICCI, Rudá. Op. Cit. Pág. 60

muitos fatores da varia natureza espalharam a inquietação nas massas agrárias, provocando tensões de diversos tipos.⁵²

A movimentação dos camponeses foi devido a uma diversidade de fatores, que contribuíram e influenciaram, de maneira diferente, de lugar para lugar, e geraram tensões. Os homens do campo adentraram os espaços de decisões políticas, participaram do conflito, constituíram lideranças, mas até que ponto pesava, nas instâncias superiores, sua participação em projetos e nas decisões? Se a proposta de formar lideranças, nas mais remotas comunidades rurais, entrava como questão central, nos objetivos da Igreja e de outras instituições, o peso das posições e posturas tinha as medidas criadas pelas mesmas, demarcando a atuação dessas lideranças.

Quanto as tensões de caráter político, elas decorrem hoje, principalmente, de uma politização do homem rural, através de ideologias que se estendem ao campo. A maneira mais rápida de obviar as tensões desta natureza é estimular a participação do homem do campo em programas e projetos onde seja chamado a tomar decisões. É nos projetos da comunidade, nas cooperativas, associações de classe, na pratica cotidiana da escolha de seus lideres, do voto e do processo eleitoral que o homem rural amadurecerá sua mentalidade política. A introdução em certos projetos de reforma agrária em que o trabalhador discute com o patrão problemas de interesse comum, será um passo nesse sentido; preparando para uma sindicalização que atenda realmente aos interesses dos mesmos trabalhadores e não vise apenas propósitos demagógicos.⁵³

Era evidente a preocupação com a organização dos trabalhadores rurais, e trazê-los para o cenário denuncia dois lados do mesmo processo. De um, a pressão dos grupos que ganharam bastante força no período, reivindicando espaço nas discussões políticas – como as Ligas Camponesas. De outro, a necessidade de permitir a participação dos grupos camponeses, pois o movimento tomava proporções maiores, a cada dia, na década de 1950. Necessariamente, foram sendo construídas lideranças, dentro de processo que não se centrava somente nas lutas sociais, mas também religiosas.

⁵² Documento do IPES. 1964. Pág. 39. In: JOCA, Tereza Helena de Paula. Op. cit. Pág. 68

⁵³ IPES. 1964. Pág. 39. In: JOCA, Tereza Helena de Paula. Op. Cit. Pág. 68,69.

Instituições assim criaram mecanismos que diziam inserir os homens do campo na atividade política, formando líderes para atuar junto aos camponeses, mas a intenção era outra – deter o controle da situação que fugia das mãos dos setores dominantes. Segundo Dreifuss, o IPES e o IBAD:

Organizavam seminários, conferências, congressos de sindicatos de direita, dissolução de greves e organização ou contra atividade às lideranças esquerdistas e ao Executivo [...]. Uma realização importante para o IPES foi apoiar e inspirar a ação política da Federação de Círculos de Trabalhadores Cristãos, federação de direita, fundada pelo padre Leopoldo Bretano.⁵⁴

A Igreja influenciou o fortalecimento das lideranças camponesas e rurais, à maneira de vinculação e elo de sustentação que intermediava enquanto não se tinha aproximado dos camponeses.

Chico Mãozinha participou do movimento integralista comandado por Franklin Chaves – chefe local – mas logo rompeu e passou a ser simpatizante da oposição, liderada pela UDN, foi presidente do Círculo Operário, embora não tivesse as mesmas preocupações e objetivos semelhantes.

Em Limoeiro, a família Chaves já exercia forte poder, ocupando funções estratégicas à sua expansão e manutenção, o que vinha a acontecer por longos anos, haja vista que somente no ano de 1954, com eleição do prefeito Sabino Roberto de Freitas, é que se encerra, pelo menos temporariamente, o ciclo de controle político direto mantido pela referida família desde os primeiros tempos do município, na passagem do século XIX para o século XX.⁵⁵

Para o grupo de comando das relações políticas, sempre a seu modo, sentir-se ameaçado por camponeses era grande afronta.⁵⁶ A ruptura dos camponeses não tinha significados importantes, se não tivesse as bases na luta política, que almejava transformações para as condições do campo. Esses fatores

⁵⁴ DREIFUSS, R. A. 1964: a conquista do Estado. In: RICCI, Rudá. Op. Cit. Pág. 58, 59.

⁵⁵ RÉGIS, João Rameres. Op. Cit. Págs. 86,87

⁵⁶ Apesar de escrevermos sobre o passado, nossos referenciais são os do presente. Somente dessa forma conseguimos apontar algumas questões. Portanto, um camponês romper com o grupo dominante poderoso na década de 1950, numa pequena cidade do interior, com uma população de aproximadamente 4.609 habitantes, onde 80%, pertencia ao mundo rural, se olhado a partir do presente, parece não ter significado.

colocavam, em xeque, o poder dos grupos dominantes, no caso particular de Limoeiro, a família Chaves, e contribuíram para transformar o fato em acontecimento.

As transformações foram acontecendo, com a trajetória política do camponês Chico Mãozinha, que inicia na Ação Integralista Brasileira, movimento político que deixou marcas: a fé em Deus, a participação da família, as doutrinas católicas. Passou, em seguida, para a oposição representada pela UDN, com quem rompeu também, de acordo com Antonio Chaves, defendendo a idéia de que o *“sujeito devia ter liberdade a qual não tinha”*. Não fica claro na fala do narrador, que liberdade se almejava, articulando-a com seus manuscritos, era liberdade de organização sem ligar-se ao partido. Continua Antonio Chaves: *ele era contra isso e sendo contra esse povo era chamado de comunista por que não sendo do PSD nem da UDN era comunista*. Volta-se à idéia de subversão vinculada à mobilização dos camponeses. Não podemos afirmar, portanto, que Chico Mãozinha se tornou simpatizante das idéias comunistas.

Os depoentes⁵⁷ não ficaram à vontade para falar que ele tinha sido perseguido por ser comunista,⁵⁸ (a expressão – comunista – ainda possuía um teor pejorativo, 50 anos depois), dizend]do sempre que “o povo” chamava Chico de comunista. O líder só era reconhecido entre os pares, aos olhos do segmento dominante suas ações tinham outras definições. *Era por que nessa época o sujeito que lutava por qualquer coisa, querendo arranjar alguma coisa para servir a comunidade, mas que não era dos dois partidos, era comunista.*⁵⁹

Chama-se a atenção para a concepção de política, que é fruto do processo histórico, passando sempre por transformações. A década de 1950 vivenciou mudanças que marcaram a trajetória da luta camponesa, muitas delas sob a vanguarda do Partido Comunista. Temos que considerar a atividade política, o conflito e a relação entre classes sociais diferentes, em contexto social próprio

⁵⁷ Antônio Chaves de Sousa. Op. Cit. / Clodoveu Maia Vidal. Op. Cit.

⁵⁸ Não fiz nenhuma pergunta sobre esse aspecto, apesar de já ter ouvido falar. As perguntas foram sobre o saque, ao narrarem sobre a trajetória política de Chico Mãozinha, e estas falas me surpreenderam, devido o peso da expressão comunista.

⁵⁹ Antônio Chaves de Sousa. Em 04/1999.

que ajuda a compreender as práticas políticas e a diferenciá-las de outros momentos.

A luta camponesa ultrapassava o limite da necessidade de alimentar-se, no período de seca, precisa ser observada como política que, tinha raízes nas questões vividas no cotidiano do camponês, categoria que designava posseiro, parceiro, meeiro e outros de trabalhadores do campo. O estado, no qual a “seca” deixava camponeses “andrajosos, famintos, flagelados”, impedia de perceber que a movimentação e ação, apesar de não cumprir os propósitos convencionais da política tradicional, ou seja, camponeses reunidos, como mecanismo de pressão, representavam novas formas de ação, que deixava perplexa as elites políticas dominante: eram as outras e as novas formas de agir politicamente. Camponeses, agindo politicamente, constituíam ameaça, pois grande parte das ações comunistas, nesse período, era compreendida como perigo.

3.3. Chico Mãozinha entre o oral e o escrito.

A oralidade constitui como uma das principais formas de expressão entre camponeses, a comunicação, os negócios, as formas de aprendizagem e troca de experiência aconteciam por meio da fala, da expressão oral. A oralidade não se estabelece apenas como fonte para o trabalho, porém maneira de compreender a vida, o convívio, as realizações e os desejos dos camponeses nas comunidades. Assim, por que Chico Mãozinha se apropriou da escrita para manifestar e construir seus projetos? Por que organizou as idéias em forma de relatórios para expor os problemas e conflitos do campo?

Dessa forma, qual o significado de registrar e escrever projetos, com o objetivo de melhorar a vida no campo, condições de produzir e reproduzir não somente os produtos de que necessitavam, como também a própria vida? A preocupação com a escrita: relatórios, projetos, versos e anotações diversas – leva a refletir e observar que também estava preocupado com outros estratos sociais e tentava aproximação pela escrita. O outro grupo – das autoridades

políticas –, alheio e distante, não utilizava a mesma linguagem, o modo de interação social distinguia-se, tornando-se necessária a utilização da escrita.

Os registros indicavam claramente, na sociedade, que grupo tinha responsabilidade na solução dos principais problemas do cotidiano do campo, como também sob as formas de resolver. Ao fazer isso, indicava o alvo para o qual direcionava suas propostas, apresentando o peso político delas. Possivelmente, pela escrita, alcançaria o “alvo” pretendido, em instância distinta da sua. Dessa forma, a escrita era a possibilidade de cruzar universos e grupos diferentes.

Elaborar problemáticas e sistematizá-las, na forma escrita, era uma maneira de ser “ouvido” e tornar-se compreendido onde a oralidade não tinha a mesma validade. Não podemos afirmar até onde Chico Mãozinha tinha conhecimento suficiente sobre esse aspecto – quanto a escrita ou registro eram fundamentais para o grupo que lhe era externo. Ainda assim, compreendemos que não escreveu somente para registrar, possivelmente, devia conhecer como funcionava o outro lado da estrutura social na qual estava inserido.

A partir do século XIX a escrita ganhou legitimidade, deixando marcas até hoje. Nessa perspectiva, grupos sociais – a Igreja, intelectuais, políticos, adotaram a escrita como mecanismo de comunicação, de transmissão de saber.⁶⁰ A escrita adquiriu significados para além da simples grafia, e um aspecto teve importância fundamental no processo de sua legitimação: o político.

Nas relações políticas, segmentos sociais foram impondo métodos e formas. Impor a escrita ou exigir outras formas de comunicação, de negociação, de concessão tinha significados políticos, estava em jogo o poder de grupos distintos. Pensar assim só faz sentido se se observar o desejo de controlar, de disciplinar de um segmento, em relação ao outro. Ao escrever, Chico Mãozinha provavelmente denuncia e evidencia ponto de tensão entre o oral e o escrito. A expressão oral dos camponeses complicava as formas de comunicação (exposição dos problemas, reivindicações, pedidos) para com outros segmentos

⁶⁰ Ver: BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. In: Obras escolhidas, vol. I, São Paulo: Brasiliense, 1987.

sociais que já utilizavam a escrita. Assim, para que a comunicação acontecesse, tinham que se apropriar do mecanismo utilizado pelo outro – a escrita.

No espaço interno, ou seja, na comunidade e entre os pares, a fala era valorizada, era a forma de comunicação, mas para os alheios ao grupo, não tinha a mesma autenticidade, daí a necessidade de escrever, de registrar, de cumprir com os parâmetros exigidos pelo “outro”.

Nos questionamos, seus projetos não tinham a mesma validade, senão no papel. Não estamos afirmando que, seus projetos foram acatados ou mesmo efetivados. Pela narrativa possivelmente era mais difícil mostrar como a comunidade estava se “organizando” e “estudando” meios para melhorar as condições de produção. O espaço para exposições das inquietações e reivindicações era reduzido, provavelmente não havia canal de comunicação entre os dois segmentos. Daí a necessidade da escrita para que pudessem ser “aceitos” ou “reconhecidos” pelo grupo das autoridades políticas, principalmente.

O projeto escrito que traz transformações para as comunidades camponesas, expõe outro aspecto: a peculiaridade do grupo de camponeses. Portanto, montar um projeto nas principais necessidades da comunidade; da importância da agricultura e pecuária para a manutenção do homem do campo no campo; a produção como eixo para a sobrevivência requer certa distinção, pois, muito comum era grupos externos – partidos, sindicatos e outros – se apropriarem dos problemas, elaborarem projetos e se denominarem mediadores entre grupos.

Já falaram neste plano que precisa ser encarado de mangas aregadas para que o agricultor fique no seu lugar com condições de vida para poder produzir pois esta comunidade que falamos tem condições para apresentar um projeto que dava condições para os trabalhos que seriam próprios para levantar a base da zona rural.⁶¹

Mostra-se a necessidade de complementação de esforços interno e externo. Os camponeses tinham competência para criar projeto com as soluções, e a comunidade tinha algumas fontes de produção – castanha de caju, caju –, que postas em funcionamento com recursos vindos de fora, mudaria a situação

⁶¹ Chico Mãozinha. Projeto para a sociedade dos agricultores de Canafístula. Ver anexo.

camponesa. Assim a elaboração de projetos, relatórios e envio a várias instâncias do poder – municipal, estadual e federal –, para os camponeses e a ajuda desses segmentos eram indispensáveis a sua realização.

Temos um começo aberto só está faltando ser executado u plano de industrialização destes produtos que a muito tempo vem sendo prejudicado u seu aproveitamento pois já temos um começo só está faltando a complementação do que presisa para a execução dos trabalhos pois falta a maquina de separar a castanha, maquinas para cortar a castanha, u caminhão para transportar u caju...⁶²

O projeto apontava para duas perspectivas: primeiro, registrar, colocar no papel as propostas, ou seja, maneira de compatibilizar com os padrões do momento que valorizavam mais a escrita que a oralidade. Segundo, com o desenvolvimento da indústria, ou seja, as formas de trabalho passavam por transformações, tomando necessário alterar o antigo modelo de produção, com a industrialização para possibilitar melhor funcionamento e aumento produção.

No projeto, há citados rapidamente, outros fatores importantes que objetivavam o crescimento da comunidade – saúde e educação – mas a produção agrícola e pecuária são aspectos centrais, ao redor de giram todas as propostas. Chico Mãozinha, em nome da comunidade camponesa, convocava o segmento político a trabalhar no sentido de alavancar a produção.

Vamos lá senhores deputados vejam u que vamos expor u que temos para apresentar ai estam as condições para serem estudadas e encaradas de frente como voceis disem de mangas aregaçadas pois não tem outro caminho só existe este ou vai por aqui ou não vai.⁶³

Ao convocar os deputados para a luta tornava clara a necessidade das relações entre os camponeses e os estratos políticos da sociedade limoeirense, dizendo que o segmento político – os deputados – eram peças-chaves para a efetivação do projeto comunitário que tinha a produção como eixo. Transformar as

⁶² Idem. A maneira como propõe que o projeto seja executado, que a industrialização aconteça pode ser analisada sob os aspectos presentes no contexto da década de 1950, no qual todo um plano de industrialização estava sendo estudado para desenvolver o país. Portanto, as idéias estavam de certo modo afinadas com sua época. A utilização de equipamentos para instrumentalizar a produção não é um elemento peculiar a essa situação, mas a tônica do período.

⁶³ Idem.

formas de produção – ainda insuficientes – era mudar a estrutura camponesa nas bases, a idéia era arquitetar nova forma de vida, baseada no aumento da produção camponesa, de modo que as necessidades básicas fossem asseguradas, sem a retirada do camponês do lugar de origem.

A produção de alimento
Que é a base de tudo
Tem sido feito o estudo
Com pouco procedimento
Aonde está o sustento
Não há quem dê atenção
Desviam a solução
De criar um sistema novo
Que dê direito a este povo
Com salário e produção.⁶⁴

Não conseguimos identificar aproximação entre os dois segmentos sociais, nesse momento. Na região, havia dois deputados, mediadores dos poderes local e estadual. Em versos Chico Mãozinha frisa: “Não há quem dê atenção”, ou seja, os problemas do campo, da agricultura estavam em segundo plano, no projeto político do segmento que dominava. Não era o objetivo desses deputados levar a cabo, projeto de cunho social que elegia outros interesses que não deles ou de seu grupo.

A aproximação dos grupos acontecia mais facilmente, no período de seca, pois o momento era propício para o desenvolvimento das relações de dependência, de enriquecimento pessoal e político. Em tempo de “normalidade”, não estava, nas primeiras preocupações, praticar ações que modificassem as formas de produção camponesa. Pois, no inverno, por exemplo, o camponês conseguia produzir, sustentando a família – precariamente ou não – sem ter que “incomodar” as autoridades locais, sem se deslocar dos lugares de origem para as cidades.

Apesar de ser a produção o fio condutor, nos registros, escrever significa o controle do tempo e do espaço, o enquadramento dos problemas vividos.

⁶⁴ Chico Mãozinha. Exposição de Motivos (em versos) encaminhada pela Sociedade dos Agricultores de Canafistula – Município de Limoeiro do Norte as autoridades municipais, estaduais e federais relatando e pedindo solução sobre a situação dos agricultores da região. Ver anexo.

Escrever e registrar são ações inteiramente voltadas para a possibilidade de marcar o tempo, externar as idéias, além de permitir que se prolonguem por mais tempo. Ainda indica a separação entre a cultura oral e a cultura escrita, como valores distintos, com possibilidade de cruzamento.

Precisar escrever para ser “ouvido” pelo “outro” mostra quanto a sociedade era hierarquizada e segregada em diversos aspectos. No plano político (...) *a escrita é um processo que suspende o poder do povo*⁶⁵ que não dominava a escrita. Percebemos o esforço de um grupo para se comunicar com o outro, para tornar público os problemas não “vistos” pelo outro. (...) *organizando e estudando um projeto para dizer as necessidades que tem estas famílias que trabalham e produzem para a progeração da comunidade e da nação.*⁶⁶

Nesse sentido, o oral passou a ter relação imediata com a escrita, ou seja, uma maneira possível de contato. Nem sempre o contato diminuía a hierarquia, ou transformava a relação de poder, claramente, presente. Verificamos que, entre os camponeses, existia a necessidade de relação com o grupo político dominante para efetivar ações se estendesse ao domínio e poder do outro. Os recursos de que precisavam deviam ser financiados pelo Estado.

Ao escrever não estava apenas registrando, mas denunciando um conjunto de problemas, possíveis soluções, os responsáveis pelo agravamento dos problemas. A manifestação constitui o chamado aos representantes da política institucional – não só para as soluções, mas para conhecer a realidade. Chico Mãozinha escreveu nitidamente:

(...) aregasem as mangas totem a parada pois a parada é dura precisa coragem e muita fé em Deus e amor a esta causa que voseis penção mais não foram a fundo na rialidade com vivência e prática na dureza da estória que tem a acompanhado a agricultura em todo este século.⁶⁷

Apropria-se da escrita para chamar a atenção do segmento político – deputados – não apenas identifica o estrato que, no conjunto social, tinha a

⁶⁵ BARTHES, Roland e MARTY, Eric. Op. Cit. Pág. 52

⁶⁶ Chico Mãozinha, Projeto ver anexo.

⁶⁷ Chico Mãozinha. Op. Cit.

responsabilidade de apontar as soluções como também convida a cumprir com a função assumido. Dessa forma, a escrita tem diversos significados: tornar a realidade conhecida; adquirir espaço para fazer justiça e ainda se apresenta como a extensão da oralidade.

A forma escrita foge ao diálogo entre segmentos distintos; mas não, às possíveis leituras desse diálogo. Assim, os manuscritos trazem *“verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis”*.⁶⁸ A palavra, escrita ou falada, vem carregada de sentidos e é uma tentativa de externar o pensamento; para os camponeses era a maneira de escrever o seu mundo compreendido como diferente do outro.

Entretanto não podemos deixar de ressaltar o caráter político dos manuscritos – que distantes da política institucional, denotam o quão era político seu posicionamento e sua causa.

(...) estamos apresentando as necicidades para que seja estudadas e conhecidas pelos nosços representantes esperamos que não seja jogado nu lixo pois confiamos que seram estudadas e que sejam encontradas soluções que conresponda as nesecidades da base como falam os senhores representantes do povo cearense e que estão tendo algum enteresi pelo bem estar das famílias que vivem na sona rural.⁶⁹

O desejo era de que as propostas fossem, pelo menos, “estudadas”, é visível ao nosso olhar, como também descaso com o campo e com os homens pobres. Quando insiste na idéia que fosse, pelo menos “estudada”, está pedindo cuidado e atenção, mostrando, de maneira peculiar, que o segmento não estava cumprindo com a função que lhe foi atribuída.

Com base e conhecimento
Clamo as autoridades
Tenham responsabilidades
Amenizem o sofrimento
Venham escutar o lamento
Da criança sem ter pão
Tragam rápido a solução
Elaborem um sistema novo
Que dê direito a este povo

⁶⁸ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992. Pág. 95

⁶⁹ Chico Mãozinha. Op. Cit.

Com salário e produção.⁷⁰

Podemos observar que precisavam de solução, dado ou não por eles. O importante era que chegasse até eles, de alguma maneira, algo “novo” que transformasse a situação.

3.4. Desdobramentos políticos (eleitorais).

Pelo visto o poder político era restrito ao institucional, comandado pelo um grupo que desejava conter o poder e domínio impossibilitando a disputa política, o conflito entre os segmentos distintos e outras formas de manifestação política.

Essas circunstâncias não necessariamente aconteciam assim, os grupos “destituídos de poder”, por algumas vezes, romperam, embora, em conjuntura de hierarquia imposta pelos dominantes, quebrassem parte das regras, buscando mudanças.

As oligarquias poderosas comandaram, anos e anos, a política local, no Ceará, muitas vezes, alternando entre uma família e outra. A situação era marca do sistema político do Nordeste, até meados do século XX, com os coronéis no comando, cercados de poder, pois, exerciam-no devido à amplitude dos seus aspectos econômico, religioso, social e político. Ao perder poder e domínio num espaço, havia outro em garantia à atividade de comandante, pela tentativa de controle e dominação dos grupos pobres, ao redor. *Na Região Nordeste a estrutura social, marcada historicamente por grande concentração de riqueza e poder político, têm se alterado bem mais lentamente do que em outras regiões do país, garantindo a preeminência de suas elites.*⁷¹

A despeito de ser a marca do nosso sistema político, a situação não era tão enrijecida, a ponto de não ser alterada, vez por outra. Eram significativas as cidades do Ceará em que a disputa pelo poder acontecia entre famílias que compunham a elite política e agrária – as que comercializavam tinham, como base econômica, as grandes propriedades rurais e o trabalho da agricultura e pecuária.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ CASTRO, Iná Elias. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1992. Pág. 70.

Lutavam pela preservação da estrutura agrária e do poder político. Vale dizer que esses aspectos, muitas vezes, não se separavam, eram a face da mesma moeda, e funcionavam como mecanismo de sustentação do poder dos coronéis.

O clientelismo regia grande parte das relações entre o coronel e os camponeses pobres que rodeavam as grandes propriedades,⁷² “constituindo a rede de relações que se transformava em estruturas de acesso e contato com o sistema político, servindo de ligação do poder instituído com a sociedade civil e com seus clientes”.⁷³ A prática se concretizava premiando, com favores públicos, em tempo de seca, o grupo de pessoas, ou pessoas individualmente, que demonstravam fidelidade aos coronéis.

No início da década de 1950, o Estado do Ceará passou por mais uma seca de três anos, 1951, 1952, 1953, em Limoeiro do Norte. No terceiro ano, os camponeses, de certa forma, deixaram as práticas clientelistas – que se fragilizavam – para segundo plano, depois de pressionarem, por várias vezes, as autoridades políticas e não conseguindo, de nenhuma forma, que os pedidos fossem atendidos, invadiram a cidade e saquearam. Os canais antigos não operacionaram nesse momento, outros foram inventados.

Me lembro do saque como história, eu vi ele contar a história que parece que era se não estou equivocado o prefeito era Mixico Nonato, o povo tava cercando o armazém de mercadoria quando deu fé Chico chegou, chegou primeiro quebrou a porta sei que foi prenderam ele, a história eu não vi, a história que ele contava, a polícia levou ele num jipe de Limoeiro a Fortaleza, dizia ele que quem salvou foi nossa senhora, ele tava rezando e tentaram matar ele umas quatro vezes e não conseguiram. Tudo isso para dar de comer ao povo que estava com fome.⁷⁴

O saque propriamente dito rompeu com o cotidiano não somente dos camponeses, como também da cidade e, principalmente, da elite política

⁷² No vale do Jaguaribe era comum o sistema latifúndio – minifúndio.

⁷³ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. – 6ª ed. Brasília, DF; Editora da Universidade de Brasília, 1994. Pág. 177, 178, 179. “Clientelismo tradicional, tem por resultado, não uma forma de consenso institucionalizado, mas uma rede de fidelidades pessoais que passa, quer pelo uso pessoal por parte da classe política, dos recursos estatais, quer, partindo destes, em termos mais mediatos, pela apropriação de recursos ‘civis’ autônomos”. Pág. 178.

⁷³ Antonio Chaves de Souza. 79 anos. Entrevista realizada em

⁷⁴ José Germano Maia. 80 anos. 08. 2004.

dominante. Na nossa compreensão, constituiu momento de tensão, de enfrentamento dos segmentos distintos, que colocou poder e domínio por terra, nem que tenha sido por pouco tempo. Pois, em seguida, Chico Mãozinha foi preso, para mostrar que o exercício do poder não havia se perdido, como também demarcar o lugar social dos sujeitos envolvidos.

Um ano passou, pelas narrativas, o saque como acontecimento permanecia presente na memória dos camponeses. Em 1954, aconteceram eleições municipais. Sabia-se que os processos eleitorais colocavam, na ordem do dia, as práticas políticas – clientelismo e paternalismo. Nesse sentido, o que tinha acontecido aos camponeses, por ocasião do saque, também veio à tona.

Em Limoeiro do Norte, ocorreu, em 1954, eleição municipal em que disputavam o cargo de prefeito: Leonel Chaves pelo PSD, apoiado pelos Chaves – no poder desde a emancipação política do município, e Sabino Roberto de Freitas pela UDN, apoiado pelos Oliveira – que na oposição, desejava, há anos, o poder, situação que vai de encontro à alternância de poder das famílias abastadas, em vários municípios do Estado.

O sistema eleitoral passava por modificações com a nomeação de novo juiz, Argenor Monte Studart, considerado rigoroso e correto⁷⁵. Chegando a Limoeiro do Norte, instalou-se no cartório da família Chaves.

Menciona-se o saque e nomeação do juiz eleitoral por serem os dois acontecimentos mais comentados e considerados: um pela historiografia e o outro pelos depoentes. Não podemos sequer medir o peso da nomeação para os camponeses, nem se chegou ao conhecimento deles, pois, pouquíssimas vezes mencionaram nas suas narrativas.

(...) para azar dos Chaves, foi nomeado juiz eleitoral Argenor Monte Studart, muito rigoroso e correto, instalou-se, no cartório de Leonel Chaves, o candidato que disputava a eleição. Esta medida anulou o triunfo tradicional dos

⁷⁵ Antonio Chaves de Souza. 79 anos. 04.1999.

Chaves.⁷⁶ Se antes o processo eleitoral podia ser fraudado pelos Chaves, a presença do juiz inibia essas ações no momento.

As referências dos camponeses e moradores da cidade, sobre as transformações da estrutura política, colocam as ações camponesas como elemento de grande importância. Não podemos afirmar qual dos dois aspectos provocou essas transformações, nem é nosso interesse, mas os camponeses consideram, com ênfase, a influência das ações camponesas para a alteração do processo político.

José Nunes contou, em tom forte, que a “invasão trouxe transformações” (...) *foi em 53 (o saque) quando foi em 54 (a eleição) candidatam Jaime Leonel Chaves e Sabino Roberto Freire, e ai Sabino ganhou.*⁷⁷ Depois da história do saque, finaliza com esta fala, em recordação, como o momento bom do saque. Ainda, em ar de comemoração – apesar de passados quase 50 (cinquenta) anos – cita estrofe feita no período, de cujo autor não lembra:

O velho Chico Vicente
Esse foi caluniado
Saiu daqui escoltado
la morrer inocente
Diz alguém abertamente
Que o autor foi Pergentino
Bicho de bico rapino
Devora qualquer nação
O Jaime fica na mão
Quem vai eleito é Sabino.

A narrativa desenvolve os acontecimentos posteriores ao saque. Afimar que Chico Mãozinha – Chico Vicente, devido à origem familiar (todos eram Vicente) – foi caluniado, para o entrevistado, constitui – talvez – forma de não deixar clara ou de negar sua liderança no momento do saque. A idéia podia soar como compromisso, e, ainda, denuncia o “medo” que a repressão provocou com a prisão do líder.

⁷⁶ LIMA, Lauro de Oliveira. Op. Cit. Pág. 324. Lembrando que Lauro de Oliveira é membro da família Oliveira, adversários dos Chaves até os dias atuais, apesar dos Oliveira não seguirem na política.

⁷⁷ José Nunes, 67 anos. Entrevista em 09/1997. Grifos meus.

Os camponeses fizeram paralelo do acontecimento com o processo eleitoral, dando nome “aos santos”, no caso, Pergentino,⁷⁸ um dos fortes coronéis que apoiavam a família Chaves. Na estrofe, “devora qualquer nação” é um verso emblemático para percepção da postura política dos coronéis, junto aos outros segmentos da sociedade.

O senhor Clodoveu Vidal narrou da seguinte forma:

Aí veio a eleição de 1954, aí foi divertido Manoel de Castro explorou a CAN a vontade, havia um slogan a CAN acabou com o PSD, o PSD tava com 30 anos no poder, no governo e caiu em 54 com Sabino Roberto, foi grande a sabinada e aí ficou a chacoalhação, por que derrubar a oligarquia que tava com tantos anos no poder e lá se vai a consequência para o PSD que era do prefeito Mixico e dos Chaves.⁷⁹

A oposição se apropriou do acontecimento, ou seja, a não distribuição da mercadoria doada pela CAN – Companhia de Abastecimento do Nordeste, que distribuía alimento para as cidades em períodos de seca, para diminuir a fome dos flagelados. O mecanismo foi utilizado politicamente pelos adversários – os Oliveira – para fortalecer a campanha política da UDN, que tinha Sabino Roberto de Freitas como candidato ao cargo de prefeito.

(...) quem mandava aqui era Franco Chaves, Dona Judite e mais ninguém, com certeza essa policia, esse movimento de levarem ele foi tudo nascido disso.⁸⁰ A prisão do Chico Mãozinha efetivada pelos Chaves caiu como uma luva para a campanha eleitoral, promovida pelos Oliveira. Os grupos políticos se apropriavam dos acontecimentos para crescer politicamente e ganhar aliados para seu fortalecimento.

Dizer que a “CAN acabou com o PSD”, ou seja, os Chaves, representantes do PSD, estavam perdendo poder, confirma configuração política das ações devido à seca. De certo modo, evidencia a influência da ação camponesa para eleição, na fala do Senhor Clodoveu, que, com muita convicção,

⁷⁸ Francisco Pergentino velho, devido ao alcunha denominada ao seu filho de Chico Pergentino moço, era um homem muito inteligente, sabia tudo sobre a história de Limoeiro do Norte, ou seja, “sabia de cór toda a história de Limoeiro”. Ver LIMA, Lauro de Oliveira. Op. Cit. Pág. 335.

⁷⁹ Clodoveu Vidal Maia, 75 anos. Entrevista realizada em 04/1999.

⁸⁰ Antônio Chaves Maia. 79 anos. Entrevista realizada em 09/1999.

narra os acontecimentos; muito seguro do pensamento, avaliou que se a mercadoria tivesse sido distribuída, os Chaves e o PSD não tinham sofrido as conseqüências. O mesmo questiona a “derrubada da oligarquia”, denotando o poder que exercia diante dos outros grupos, daí a ruptura do domínio dos Chaves soar inusitada.

Conversando com Sr. Zé Germano, perguntei-lhes se o saque provocou alguma influência na política de Limoeiro. empolgado respondeu:

Foi quem botou o poder de Limoeiro para traz a eleição de Sabino que era comandada pelo deputado estadual Manuel de Castro, (...) foi a coisa mais estrondosa do mundo, foi Manuel de Castro naquele tempo com a política de Sabino Roberto, foi quem desbaratou esse poder de Limoeiro, esse eu acompanhei. Esse movimento abriu uma perspectiva.⁸¹

Reforça a importância das ações camponesas, “foi quem botou o poder para traz”. Vale ressaltar os exageros compreendidos pelo significado de quebra do poder estabelecido. Assinala também que o “movimento abriu uma perspectiva”, embora, não desenvolva, na fala, esse aspecto, hipoteticamente, compreendemos que foi a inserção e participação dos camponeses nos processos políticos, aos quais, até essa eleição, não havia acontecido. A formação do sindicato e as sociedades rurais, como espaço de integração entre os segmentos sociais, começaram a ser criadas e ter importância.

Dessa forma, as ações só adquiriram caráter político por estarem pondo, em evidência, as práticas políticas dominantes. O pacto estabelecido, filho legítimo do paternalismo, estava sendo ameaçado pelas novas forças que iam surgindo, no cenário. As mobilizações camponesas possibilitaram alteração no contexto político, em que os modelos tradicionais autoritários – em que não existia possibilidade de participação – foram interpenetrados pelos modelos modernos de política – que traziam, para integração, participação e discussão às massas populares que causavam “certo pavor” para as elites dominantes quando expostos os direitos e as obrigações de cada um.

O Sr. Zé Lopes, sem euforia, e disse:

⁸¹ José Germano Maia, 80 anos. Entrevista realizada em 08/2004.

Não eu acho que não, só aconteceu uma vez e foi muito rápido e tomaram umas providencias muito severas, não houve mais ameaça de saque, não houve mais invasão. (...) em 54, os Oliveira elegeram Sabino Roberto quebrando o monopólio político quase secular dos Chaves, tudo feito tranqüilamente, sem grandes conflitos.⁸²

O saque para ele tem um tom de "normalidade", o processo político aconteceu de maneira tranqüila, porém "quebrou com o monopólio político do Chaves". Mesmo não expressando, pelo tom de voz, o que significava, ou seja, o nervosismo que era para os camponeses o ato de saquear, expõe atitudes tomadas em relação ao saque, "providencias severas". Isso leva a observar o lugar social de cada narrador.

Francisco Pergentino Filho⁸³ afirmou, que "não existia essa necessidade toda, a seca tinha, mas não era tanta fome assim não, não tinha precisão de vir para a rua carregar mercadoria". E mais que seu pai, Pergentino ajudava o prefeito Mixico Nonato a guardar a mercadoria. Observe-se "guardar", estranho porque, no momento, a mercadoria devia ser distribuída e não guardada. Na seqüência da conversa, disse que o povo falava do saque, que derrubou os Chaves, que não pensava desse jeito e "dizem também que meu pai denunciou Chico Mãozinha".

Nesse sentido, a dominação, de forma alguma era sentida pelo dominante, "para a classe dominante a realidade que ela percebe e trabalha na sua consciência é a realidade de expansão do sistema em que ela é dominante, sem colocar a dominação como fato, muito menos a dominação como problema; para a classe dominada, a sua realidade vivida é a realidade da dominação que ela sofre, mas que só passa a realidade da sua consciência em fases avançadas da sua formação como classe".⁸⁴

⁸² José Amirto Nunes Maia – Zé Lopes. 70 anos. Entrevista realizada em 03/2003.

⁸³ Não permitiu que eu gravasse ou mesmo escrevesse o que estávamos conversando, no entanto respondeu todas as minhas perguntas e disse que, o que eu lembrasse podia contar no meu trabalho. Essa entrevista foi muito interessante, o mesmo me recebeu muito bem, não se incomodou com a minha presença, deitado se balançando numa rede na sala da sua casa estava e permaneceu, conversou comigo uma tarde inteira. Mesmo não permitindo que eu gravasse a conversa, disse que sempre que quisesse conversar podia ir à casa dele. Conversamos em 07/2000.

⁸⁴ PARENTE, Eneida Ramos. *Seca, Estado e Mobilização Camponesa: a expressão da resistência coletiva dos trabalhadores rurais cearense na seca de 1979-1983*. Dissertação de Mestrado em

O grupo dominante via de outra forma, os mesmos acontecimentos, com menos emoção que o grupo "dominado", não viveu o sofrimento provocado pela seca, nem a formação da organização, nem a disposição camponesa frente às autoridades políticas quando agiram. Mesmo que, provavelmente, não mudassem socialmente de posição, por conta das eleições municipais, os camponeses sentiram-se contemplados com as alterações do contexto político, como também tinham em conta – cada um – uma ponta de responsabilidade. Apesar de não voltarem a saquear, em secas posteriores, de não integrar efetivamente o grupo político que chegou ao poder, de não ter modificado a realidade camponesa, deixaram, pelas falas, claramente, que foi um momento de participação, de conquista, de medo, de ganhos, de perdas, de aprendizagem.

Como enfoque até agora voltado para as fontes orais, assim vamos examinar um pouco do que encontramos na historiografia local:

Mixico, em sua gestão, por ocasião da seca de (1951- 1953), através do delegado Herbas Cavalcante, tratou brutalmente, os flagelados, fato que deu oportunidade a Manuel de Castro Filho (então despontando como político pelas mãos dos Oliveira vindo de Morada Nova) de apelar para a 'compaixão da população' transformando em voto os protestos populares, provocados pelo tratamento agressivo aos flagelados.⁸⁵

Lima faz uma seqüência cronológica dos homens que foram prefeitos da cidade, dos conflitos entre Chaves e Oliveira, da maneira como as famílias cresceram, na região trazendo, desde sua origem, as fontes econômicas de enriquecimento e poder de cada uma, cercando-se de algumas informações, principalmente, das formas como os grupos alcançaram o poder instituído e como foram destituídos.

Entretanto a mobilização camponesa apareceu no instante em que os grupos políticos se apropriaram das ações como meio de chegar ao poder. Não foi citado nenhum camponês, que participou das manifestações ou que foi agredido

Sociologia, UFC, 1985. Pág. 37. Ver também: CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento no Brasil: JK – JQ*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Pág. 79.

⁸⁵ LIMA, Lauro de Oliveira. Op. Cit. Pág. 324.

pelo poder local. Dessa forma, a referência feita por Lima, ao falar do pleito eleitoral de 1954, mostra o nível de preocupação da historiografia⁸⁶ com os segmentos subalternos⁸⁷ da sociedade.

O candidato da oposição era um ex-integralista muito popular, Sabino Roberto. A campanha ficou quente. O povo sentia, que pela primeira vez, era possível vencer os Chaves. Não deu outra: Sabino Roberto venceu por 1300 votos, maioria estrondosa para o número de eleitores do município.⁸⁸

Continua a descrever o processo sem tocar nos sujeitos que não compunham a elite, ou melhor, como se estivessem à margem do processo, apenas sentiram que “era possível” participar. Apesar de os movimentos sociais se apresentarem como novas práticas políticas de reconstrução da idéia de política, trazendo os membros como sujeitos, ainda assim, permaneciam por fora. Vale frisar que isso ocorre dentro de um processo que permitia ou não a visibilidade desses sujeitos. Não podemos afirmar que os camponeses estavam totalmente firmados no novo modelo de exercício político, ou seja, atrelados à política moderna, pois os vínculos com as práticas tradicionais deixaram marcas profundas nas formas de agir politicamente.

O candidato apoiado e votado pelos camponeses era ex-integralista, da família Freitas, abastada e proprietária de grandes extensões de terra, de onde retiravam cera da camaúba, fonte econômica geradora de riqueza, no período. Foi o representante dos homens do campo, dos camponeses pobres e dos grandes proprietários, não obstante as origens, pois o apoio dos coronéis estava dividido entre Chaves e Oliveira.

⁸⁶ O padre que escreveu “A história de Limoeiro do Norte a partir de seus párocos”, ao descrever cada pároco, faz algumas referências aos “fatos políticos marcantes”, mas este não foi também sequer referenciado pelo mesmo. As duas professoras que organizaram “Limoeiro em fatos e fotos”, de forma alguma mencionaram esses acontecimentos. Esse dado provocou curiosidade pelo fato de ser facilmente lembrado pelos camponeses, no mesmo momento, pensamos quais os interesses e preocupações desses grupos?

⁸⁷ “Ser subalterno não é ser impotente”. HOBBSAWM, Eric J. Op. Cit. Pág. 228.

⁸⁸ LIMA, Lauro de Oliveira. Op. Cit. Pág. 324.

Mesmo com todo apoio, os Chaves (ligados ao Estado pelo deputado Franklin Chaves, elo entre o poder local e poder central⁸⁹) perderam as eleições. As relações políticas dos Chaves eram mais fortalecidas do que da família Oliveira, que só adquiriu espaço, no poder local, com o apoio de Manuel de Castro Filho, o “testa de ferro” dos Oliveira.

O período foi marcado, mesmo com diferentes conjugações internas, pela permanência e alternância de setores da oligarquia algodoeira, representante, com diferentes roupagens, dos interesses dos grandes proprietários de terra. (...) alternaram-se algumas coligações nucleadas em torno da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD), as duas maiores forças político-partidário de então.⁹⁰

Nesse momento, Limoeiro do Norte insere-se no contexto de alternância e de conflito entre dois partidos, que tinham os mesmos objetivos – chegar ao poder através de cargos eletivos – e defendiam os mesmos interesses –, ou seja, a preservação da grande propriedade, exploração pelo arrendamento das terras para os camponeses pobres. Ainda usavam os mesmos mecanismos para alcançar o poder institucionalizado, ou seja, fraudes eleitorais, desvio de verbas públicas, corrupção eleitoral e compra de votos. Tudo isso tinha base na política dos chefes e dos coronéis do interior, da UDN e do PSD.

Analisando os processos eleitorais fraudulentos, Lima tenta mostrar que os grupos políticos eram diferentes, não utilizavam as mesmas práticas, dizendo que Oliveira e Chaves não agiam da mesma maneira. Assim, diz que os Oliveira não pagavam aos cabos eleitorais que trabalhavam para eles, enquanto a *corrente*

⁸⁹ CASTRO, Iná Eias. Op. Cit. Pág. 133. “a escala municipal é significativa de uma perspectiva política localista, na qual os vínculos clientelistas são mais fortes e mais pessoais. A escala estadual corresponde às relações políticas federativas, ou seja, do Estado com o governo central, sendo o representante, muitas vezes, o seu mediador. O nível regional, por sua vez, indica a dimensão das coalizões horizontais e a perspectiva da região enquanto bloco político que apesar das diferenciações internas, deve ser externamente identificado pela convergência de seus interesses. Finalmente, a escala nacional traduz a posição dos representantes com relação as questões relativas á sociedade e não apenas a um segmento espacial dela. Esta dimensão representa, portanto, alinhamento com segmentos sociais, ou com questões, sem que estes sejam necessariamente regionalizados”.

⁹⁰ JOCA, Tereza Helena de Paula. Op. Cit. Pág. 116.

*chefiada por Franklin Chaves, aparentemente não agia da mesma forma.*⁹¹ Conta ainda que *uma comissão procurou o deputado eleito para Limoeiro por Franklin Chaves. Baseados na votação, pediram ajuda para a calamidade. Ele retrucou que não tinha compromissos com os limoeirenses, pois pagara, em dinheiro, a Franklin Chaves, tendo em seu poder o recibo da transação.*⁹²

Lima não indica fraudes eleitorais, por que os Oliveira fossem responsáveis. Assim, nem as informações nem a análise comprometem o “caráter” político da família Oliveira. Os camponeses também não fizeram menção a essa prática que boa parte deles apoiavam. Afirmar que somente os Chaves se constituíam em fraudulentos e corruptos, nesse período eleitoral, seria mais simples.

Apesar de mencionado, diversas vezes, que os camponeses adentraram o cenário político, a sua participação era limitada, que os setores dominantes estavam atentos para que as manifestações não se alargassem. Entretanto, era um momento em que não estava definida a participação dos camponeses, que adotavam outras formas de ingresso ou integração no cenário político. Nesse sentido, Hobsbawm adverte: *Em suma, devemos ter em mente tanto a força quanto as limitações dos movimentos camponeses tradicionais.*⁹³ Há um movimento extremamente complexo, que não se definia pela forma de organização, que oscilava entre um modelo e outro, sem um projeto político demarcado. Não possuir projeto põe limite às ações. Na verdade, não existia projeto maior, com o objetivo de transformar a estrutura de poder, havia objetivos imediatos, como adquirir trabalho e saciar a fome. A mobilização estava presa às práticas paternalistas, e, ao mesmo tempo, escapulia dos padrões de organização tradicionais.

A um só tempo, os códigos do paternalismo – delimitando rigidamente o lugar destinado aos homens pobres do campo no interior da hierarquia de poder – pareciam ter sido quebrados e as regras da

⁹¹ LIMA, Lauro de Oliveira. Op. Cit. Pág. 404.

⁹² Idem. Pág. 404.

⁹³ HOBBSAWM, Eric. J. Op. Cit. Pág. 268. Nesse texto faz um estudo sobre “Ocupações de terra por camponeses”, observando a militância coletiva camponesa no Peru.

política representativa, ainda incipiente, pareciam não ter sido absorvidas.⁹⁴

Oscilavam entre dois modelos de atividade política, sem romper com as práticas exercidas nos moldes do paternalismo e sem adotar totalmente as novas formas de exercício político, manifestações modernas, que, por sua vez, não eram reconhecidas como mecanismos políticos pelo poder institucionalizado.

Mesmo sem projeto político, as ações deixaram marcas, que se transformaram em possibilidade de luta. A formação e construção da Sociedade dos Agricultores de Canafístula de Bixopá e a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais constituíram espaços de luta, onde os camponeses se encontravam para discussões com outros grupos sociais, levando indignações, reivindicações e seus projetos. Eram espaços de discussões não somente de problemas relacionadas à vida camponesa, como também aos problemas sociais e políticos da sociedade local. Abriam-se debates para discutir as eleições municipais e a postura política de determinados representantes.

⁹⁴ NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. – Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura de Desporto, 2000. Pág. 109.

Durante todo texto tentei argumentar que as ações camponesas e o saque só foram possíveis pela confluência de vários fatores. A miséria, que crescia com a seca e atingia índices insuportáveis; a abertura política do pós – 1945; a intervenção das instituições no meio rural – como a Igreja e os partidos políticos –, o aspecto moral com a noção de direito e a possibilidade de fazer justiça, na concepção de “justiça popular”, são elementos que integraram e moveram as ações camponesas.

A historiografia brasileira atribuiu às ações camponesas, significados diferentes no curso da história, algumas vezes, analisados como movimentos ligados ao banditismo, ao messianismo; como desequilíbrio dos homens provocado pelo agravamento da fome; também como movimento de sentido político. Mesmo considerando que todas as formas de análise são importantes e ajudaram a construir este texto, o aspecto político das ações camponesas se tornou o trilho perseguido para elaboração deste trabalho.

O movimento dos camponeses, aos poucos, foi se inserindo no espaço político. Primeiro, com permissão “consentida” dos setores políticos institucionalizados. Segundo, sem permissão, ou seja, pela invasão das cidades, saque ao comércio, mercados e feiras em períodos de seca. A primeira forma de inserção do movimento camponês não ultrapassava “a forma e o conteúdo”, dados por suas direções, que ainda tinham as bases no corporativismo e no Estado como articulador das mediações. A segunda, no entanto, quebra todas essas algemas, foge a qualquer modelo de ação e orientação com bases em sindicatos, associações, partidos, ligas. Uma das suas principais características era a “organização surpreendente”, o “quente da hora”.¹

¹Consultar: NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000. Pág. 161. JOCA, Tereza Helena de Paula. *Resgatando o singular: a memória quase esquecida: sindicato, organização e política – Sindicalismo Rural no Estado do Ceará 1950 – 1964*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na UFC, Fortaleza, 1987. Pág. 115, 116.

Porém, mesmo não ligadas às formas de organização do período. As ações colocavam, frente a frente, estratos sociais diferentes. Também em diferente, pois lutar pela sobrevivência distingue-se de lutar pelo poder ou pela permanência no poder. Portanto, a movimentação, o conflito e o enfrentamento entre os segmentos têm significados distintos para cada grupo. Um lutava pela sobrevivência diária, pela família ou comunidade. Outro pela perpetuação no poder, assegurando o domínio e a riqueza. Assim, os objetivos e a linguagem da luta eram diferentes, o que deve ter gerado conflito ainda maior, pois um grupo não compreendia o sentido da luta do outro.

A formação do líder acontece também pela contingência de elementos. Chico Mãozinha, que se constituiu enquanto liderança entre os camponeses, aos poucos, foi se formando politicamente, integrou fileiras integralistas, participou das ações camponesas e do saque como personagem central. Foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte, fundou com outros companheiros, a Sociedade dos Agricultores de Canafístula de Bixopá e foi presidente do Círculo dos Operários Cristãos e Delegado Sindical da Canafístula. Esta foi a trajetória, desde o momento em que passou a participar dos movimentos, no final da década de 1930, até o fechamento do Sindicato e da Sociedade no fim da década de 1960, pela Ditadura Militar.

Nesse período, tinha ativa vida política. Sua prisão se transformou em acontecimento importante na fala dos camponeses, ou seja, passou a ser referência, nas narrativas, sobre o saque; estava sempre presente à analogia que faziam entre o saque e Chico Mãozinha, acontecimento consoante com o personagem. A prisão foi um fato que marcou a história do saque, não apenas pelo ato em si, mas pela coragem e fé com que enfrentou cela.

Na culminância da Ditadura Militar, ficou na comunidade rural onde morava, trabalhando na agricultura. Nesse período, ocupava o cargo de delegado sindical, logo foi abandonado.² Dessa forma, podemos dizer que, por curto espaço

² Ata da Sessão de Restauração da Delegacia Sindical de Canafístula, 06/06/1977. "Assim sendo a Delegacia foi restaurada, pois estava em completo abandono causado por irresponsabilidade do Sr. Francisco de Andrade Maia conhecido por Chico Mãozinha".

de tempo, sua atividade política ficou inativa, retomada com a reabertura política na década de 1980.

Em 1984, reiniciou a luta para ativar a Sociedade dos Agricultores de Canafístula. *Depois de muitos anos adormecida, a Sociedade despertou aos 24 de março de 1985. Despertou ainda sob a égide de antigos líderes como Francisco de Andrade Maia e outros.*³ A luta recomeçou, com objetivos antigos: aumentar a produção, melhorar a vida da comunidade e conseguir sustentar o homem do campo no campo. Efetivou-se parceria com a Igreja, assim conseguiu desenvolver inúmeras ações na comunidade.

Chico Mãozinha retomou as atividades no Sindicato dos Trabalhadores, enquanto enxergava, ia para o Sindicato, ficou cego por três anos, período em que ficava somente em casa ouvindo rádio o dia inteiro e conversando com as pessoas. Em 1989, fez uma cirurgia, volta a enxergar, e a participar ativamente das tarefas do sindicato, mais acessível, pois estava morando na cidade onde se localiza a sede do Sindicato.

No dia 14 de novembro de 1992, chegou cedo ao Sindicato para uma reunião com representantes da EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Em discussão acirrada com um dos membros, que chamou “os camponeses de preguiçosos”, ficou muito nervoso. Pediu a palavra e falou em defesa dos “pequenos agricultores” por, mais ou menos, 20 (vinte) minutos, fechou sua fala dizendo assim “ninguém bota papa na minha língua não”, em seguida caiu e morreu de enfarto aos 84 anos.

A luta se prolongou, os acontecimentos políticos, de certa forma, se confundiam com a vida do camponês Chico Mãozinha. As ações camponesas são fruto dessa luta, assim como o líder. Desse modo, compreendemos que as ações e a construção do líder aconteceram devido à luta cotidiana dos homens que desejavam dias melhores para suas famílias e comunidades rurais.

O percurso dos acontecimentos leva a questionar a relação entre os processos político-eleitorais e as ações camponesas, nesse período. A

³ Documento da Sociedade dos Agricultores de Canafístula. Maio de 1987. Não tem caracterização, mas é um histórico rápido da Sociedade.

organização camponesa não surgiu do nada, apesar de estar inserida no contexto de seca, do agravamento das relações sociais, com o aumento da fome e da miséria. Ela se construiu aos poucos; por um lado, pela "participação consentida", e, por outro, com as novas formas de participação contrárias às práticas tradicionais.

O saque, apesar de ser parte da luta, ou seja, a concretização das ameaças, das pressões, dos protestos, não indica que os camponeses eram contestadores "formados", mas que a organização pode ser a gênese de um movimento maior. O saque foi fruto do momento, mas a construção do camponês saqueador aconteceu num processo. Provavelmente, resolveu a problemática da fome só instantaneamente, porém deixou a herança para a luta, para a busca, para a tomada de posição e reflexão em relação à sociedade a qual pertence.

As lutas sociais produzem as transformações históricas, e o fazem à medida que conseguem conformar os sujeitos sociais capazes de operá-las e, ainda mais, de consolidar os novos parâmetros de vida em sociedade que vão criando neste movimento.⁴

Dessa forma, a participação na luta politiza os sujeitos – camponeses –, (...) no sentido de que passam a compreender o seu problema específico num contexto mais amplo, e como parte de uma correlação de forças sociais e políticas que não se alteram apenas porque decidiram agir para transformar sua situação particular.⁵ Não necessariamente a mobilização camponesa modificava a estrutura política, mas ela podia ser repensada, tanto do ponto de vista do camponês – dominado – como das autoridades políticas – dominantes, levando a ação a adquirir outros significados que ultrapassavam a idéia de satisfação da fome.

A necessidade, é inegável, constituiu força motriz, juntamente com a noção de direito, com o reconhecimento das atuais circunstâncias, com experiências, não de outras ações, mas de outras secas, de outras políticas de combate à estiagem. Esses aspectos somados podem definir a intensidade das

⁴ CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. In: Estudos Avançados / Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. – vol. 1, nº 1 (1987) – São Paulo: IEA, 1987. Pág. 214.

⁵ Idem. Pág. 214.

ações camponesas. Assim, no ato de experimentar pessoalmente – apesar de ser uma ação coletiva – foi gerada a aprendizagem, em que os camponeses tomavam conhecimento de que relações sociais faziam parte, a que sociedade pertencia e o que contestavam.

Não podemos afirmar que os sujeitos alcançaram nível de politização, ou que as ações aconteceram porque os sujeitos estavam politizados; a ação era política, com base em experiências anteriores e possivelmente gerava outras para a posteridade. Desse modo, a luta tinha objetivos imediatos, mas também produzia o movimento da história, embora mais lento, complexo e profundo. Presente nas lembranças de tantos camponeses, apesar de anos, distante, pode ser incluída no movimento da história, mas vinculá-la ao (...) *movimento da história nos remete a processos de transformação social mais lentos e profundos, que se reproduzem no plano da cultura, entendida aqui no sentido do modo de vida que caracteriza determinado grupo, lugar e / ou momento da história.*⁶

Não podemos medir até que ponto as ações camponesas transformaram a história, mas sabemos que ajudaram a transformar. Acreditamos que, na situação de Limoeiro do Norte, essas ações tiveram peso, não como os camponeses partidários da idéia concebem, nem mesmo nós envolvidos pela emoção das lembranças, ainda assim não podemos negar que elas aconteceram, foram importantes e podem muito bem ter sido significativas no processo de mudanças da estrutura de poder.

Afirmar que uma luta social produz e reproduz um movimento sócio-cultural, maior do que ela mesma, significa dizer que sua dinâmica encarna, exige e projeta dimensões relacionadas ao modo de vida das pessoas em uma sociedade: mexe com valores, posturas, visão de mundo, tradições, costumes..., enfim provoca reflexão da sociedade sobre si mesma.⁷

Nesse sentido, as ações camponesas acabam tendo sentido histórico e influência política que, muitas vezes, extrapolavam o conteúdo específico e os

⁶ Idem. Pág. 215.

⁷ Id. Ibidem., pág. 215.

próprios interesses, muitas vezes imediatos, e ainda geravam uma "consciência" política para além das ações, ou seja, novos sujeitos e forma nova de contestar.

O que foi exposto aponta para um outro aspecto ao qual Roseli Salete Caldart chama atenção (...) *nem todas as lutas pela terra que aconteceram na história foram capazes de produzir sujeitos sociais, identidades políticas e culturas que fossem elos de um processo histórico mais amplo.*⁸ As lutas eram importantes e podiam ou não provocar transformações na sociedade, pensamos que não necessariamente tinham que transformar, mas de alguma forma alteravam as estruturas políticas existentes.

⁸ Id. Ibidem. Pág. 216. A autora faz uma análise do Movimento Sem Terra, no entanto, coloca a luta pela terra, porém os camponeses que estudo travavam uma luta em defesa da sobrevivência, queriam trabalho e comida, elementos semelhantes as reivindicações dos Sem Terra, apesar de ser um outro tempo e um outro contexto.

ANEXOS

o Projeto para a sociedade dos
agricultores de canafistula que funciona
na comunidade do mesmo nome com
sem familias que trabalham na agri-
cultura e pecuaria e que estao se or-
ganizando ganhando e estendendo um
projeto para dizer as necessidades que tem
estas familias que trabalham e podero
para a progresso da comunidade e da re-
giao e que este trabalho ja conta com
anos sempre na esperanca de melha-
dias que tem demorado mais ja estamos
vendo um começo que nos anima a que-
rermos iniciar que porca aparea a nos-
sa do que desejamos por sem mais
as necessidades que temos da as propostas
do que preservamos para começar de
base como querem alguns deputados 7

que por diíferças n'esse ~~reparar~~ neste
 plano que precisa ser encarado de
 frente de mangas arregaçadas para
 que a agricultura fique no seu lugar
 com condições de vida para poder
 produzir pois esta comunidade que
 falamos ~~ela~~ tem condições para apre-
 sentar um projeto que clara condições
 para os trabalhos que sejam próprios
 para levantar abate na zona rural
 pois temos produtos como castanha de caju
 que para começar podemos contar com
 sem toneladas, itambem temos ~~coque~~
 que podemos contar com quarentas ton-
~~eladas~~ toneladas que pode produzir mel, doces,
 suco, cajuína ~~infante~~ e farelo que
 serve para alimento dos animais
 estes produtos ~~tem~~ tem comercio aberto
~~em~~ todo lugar da região so esta faltando.

por executado o plano de industrialização
 destes produtos que a nenhum tempo
 vem sendo prejudicado se seu apor-
 tamento por via terra tem um começo só
 está faltando a complementação do que
 precisa para a ~~função~~ execução ~~dos~~ dos
 trabalhos por falta de máquina para reparar
 o caminhão, máquinas para cortar a madeira
 em dois tipos e caminhão para transportar
 a carga, dezinhas, coxas para botar para
 ser transportado, premeças para espregos, coxas
 os tachos para apurar os tipos de produtos
 mel seco dose, carquinha deposito ~~para~~
 ou entalagem para estes produtos
 trinta operarios entre homens e mulheres
 um mercantil com todo tipo de mercancia
 dorio que o pagamento seja feito todo
 fim de semana sem pagar nada que
 lado agua boa para todo consumo

em cinquenta cabras leiteiras para as fami-
 lias mais pobres pois é muito grande
 a necessidade de leite para as crianças pois
 este tipo de animal que existe muito por
 aqui são os reprodutores com barneiros
 para criar para pois temos local apropriado
 para isto precisamos de um telefone como
 posto policial que seja virilidade todos
 os fins de semana sábado e domingo
 uma posto medico com 2 camas e um
 enfermeiro e medico 2 vezes por mês
 creamos caso de largar 5 equitares de alga-
 ruba pois temos terra para isto
 2 equitares de capim braquiaria 7 equitares
 de milho 1 de pimenta que é uma boa
 ração para gado 2 equitares de mandioca
 que resiste toda seca e da conta de todos
 os meses caso algo precise um caso

de necessidade pode tirar metade das
 batatas e não mata a fe da mandioca.
 pois cria outras batatas melhores daquelas
 que foram tiradas pois estão aqui alguns
 projetos de alternativas para compra da
 base que pode ser chamado atenção de
 construção deste edifício que ainda não
 foi construído e que não é por enquanto
 não existe mais para isto porque
 o sistema não está preparado para
 executar prontamente este projeto mais
 vamos lá senhores deputados vamos
 e que vamos esperar a que temos para
 apresentar assim as condições para
 serem estudadas lemeçadas de frente como
 vocês dizem de mangas arregaçadas pois
 não tem outro caminho só existe.

este eu não sei porque eu não sei
 para mesma parte não adianta fazer
 muito comêça nem conhece das
 condições porque esta agricultura em
 esta pequena realidade
 pois para executar este programa que
 foi exposto precisamos de um crédito
 de uma melhor para que possamos
 desenvolver este trabalho com todo que
 necessitamos a ter dinheiro para todo
 material e atrelados que comres-
 pondem as necessidades dos trabalhos no
 tempo na hora da necessidade pois esta
 comunidade onde esta organizada esta
 sociedade e ~~um distrito~~ de bichapa fica
 distante da sede do município 25 Km
 e para ruas 30 e para mercado de lá
 também 30 Km e

estamos saltando que os Estados americanos
 para a desmobilização imediata de tropas
 para a cessar com prazo de 20 anos com
 5 de carentia mais terras que não tem
 este crédito para agricultura uso para
 estrada e honra deputados de guerra
 como poder ser que agricultura
 também com este privilégio para
 seria muito bom para a economia
 abase uma agricultura como vocês
 falam arregimentar as mangas ~~de~~
 e terem a parada para a paradas
 dura precisa coragem e muita
 fe e Deus e amor a esta
 causa que muitas pessoas mais

não foram de fôrdo de utilidade
 com destino prática na duração
 da estadia que tem a importância
 agrícola em todo este século
 que é não de a labor que mereça
 a agricultura pois estamos apressa-
 dando as novidades para que seja
 estudada e conhecida pelos
 nossos apreciadores e peramos que
 não seja jogado muito pois
 confiamos que sejam estudadas
 e que seja em contradição
 que se compare as novidades
 da Base como falam os senhores
 representantes do povo se quiser
 g

que estão tendo alguma interferência
 pelo bem esta das famílias que
 vivem nas zona rural para que
 possam viver e desenvolverem locais
 onde trabalham reproduzem para
 todos sempre ficando expostos a
 miséria como pode ser visto não
 da para entender precisa mudar
 este sistema através da senhores
 deputados ategam as mudanças.
 Esta pessoa se que estão
 mesmo disposto para a luta
 vencer os problemas não.
 a Dra. Maria da Conceição.

quanto ao credito de rem
 melhor parece uma lucra mais
 sabidos que para construção de
 estradas aumento dinheiro para foi
 dito que neste tempo diminuida
 moda para ~~se fazer~~ estrada br
 tem 25 km. Kilo metros i que faz
 garto quentos e cinquenta ~~metros~~
 e cinquenta e 3 metros e muito
 Não estradas boas mais ~~agrad~~
 agricultura e pecuaria. Também
 precisa ser habida com todo
 cuidado pois sem alimentação
 não pode ser um progresso!

pois este credito que tem sido
 tem falado pode ser parcelado
 com o municipio estado e uniao
 50 milhoes da uniao 30 do estado
 e 20 pelo municipio esse dividida
 em 3 parcelas em 3 meses e este
 credito se usa para fazer
 uma experiencia com as
 comunidades que estao trabalhando
 organizadas por ate que possa
 ser viavel e comecar da base
 com alguns deputados
 e se comeca este edificio que
 que ainda ~~da~~ não existe
 pois sera.

relatório dos trabalhos do sindicato dos
trabalhadores rurais do município de B. M. S.
do norte desde sua fundação

1
data da entrada em 15 de 11 de 1967
primeira promoção reseta do ministério
da educação novanta e a bônus para os
estudantes filios de socios que tiverem
concluido o supramario mais neste
sindicato no tinha trinta e quatro estudantes
que foram contemplados os outros recebem
das balças por meio de rebates nos mu-
nicipios e outros como tabeleiros que era
e outros conforme numero de estudantes
que correspondesse a esse ponto assim ditado

2
tambem foi conseqüência do ministério do
trabalho ceteras e profissionais para os
associados do sindicato que queriam a de-
clarar o caso traze os documentos recibos
sem pagamento de nada queriam que despa-
chava eia respondente Afonso Leôncio Nêlia
que ja estava se abilitando que do sindicato
foi para recatêl do erro e para o mesmo
trabalho ipoi riltindo que hoje e chefe de
reção do banco do Brasil em Parlagosa
tambem temo respondente que foi Remo-
cido Antonio Tralde de Andrade que e irmão
do Veridao e Jose Mario de Andrade que
jae da politica federal alem do munitio
outros que com ajuda das balças que foram
conseguidas pelo sindicato que não podiam
sita a que pois são muito são de desmas

[Handwritten signature]

pode se dizer que muitos destes não teriam
continuado sem esta ajuda do sindicato
3

também foi conseguido através do sindicato
com um tópico de ajuda ao dengue ~~por~~
~~com~~ 50 carros de mão 50 picaretas 50
para para a construção do açude de Rai-
mundo Escobar também para a barragem
do lago dos Antônios e depois os carros
foram distribuídos com os agricultores
para os seus trabalhos

4
também foi conseguido através deste
sindicato. Foi deado ~~de~~ 6 para ~~o~~ que
há anos foram de inóculo e os não
pagaram muito dinheiro mesmo perunizado
há falta de água os caridoses pagaram
esta tendo prejuízo para a vida de água
em casa e a família está há pouco há
feito um tópico encaminhado por este
sindicato com a cooperação dos outros de que
deve de pagar para o dengue. Há
conseguido a abertura das águas e que serve
muito para as plantações nos solos em todo
do rio Jaguaribe

5
há muita participação nas reuniões
estaduais e até nacionais na federação
e na confederação discutindo discutindo
os problemas como os problemas dos velhos
que há grandes avanços e nas questões
da redução da idade deste sindicato presta
um grande serviço nestas aproximações
doras desde o começo imensas outras
trabalhos beneficentes esclarecimentos
entrevistas e programas através de radear
reunioes

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (EM VERSOS) ENCAMINHADA, PELA SOCIEDADE DOS AGRICULTORES DE CANAFÍSTULA – MINICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE AS AUTORIDADES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS RELATANDO E PEDINDO SOLUÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DOS AGRICULTORES DA REGIAO.

1

Para melhorar a vida
De nossas comunidades
Pois temos necessidades
Que haja água e comida
Nossa reivindicação
Temos grande precisão
De criar um sistema no
Que dê direito a este povo
Com salário e produção.

2

A produção de alimento
Que é a base de tudo
Tem sido feito o estudo
Com pouco procedimento
Aonde está o sustento
Não há quem dê atenção
Desviam a solução
De criar um sistema novo
Que dê direito a este povo
Com salário e produção

3

Para se desenvolver
Esta nação envolvida
Que precisa de comida
E não tem o que comer
Como vamos entender
Onde está a solução
E que há grande precisão
É de criar um sistema novo
Que dê direito a este povo
Com salário e produção

4

Não há bom entendimento
Entre os grandes e os pequenos
Sempre ficando por menos
O que deve ter aumento

Com esse procedimento
Vai caindo a produção
Faltando alimentação
Para dar vida a este povo
Só mesmo um sistema novo
Com salário e produção

5

Produção na agricultura
E também na pecuária
Criar uma política agrária
Que tenha forte estrutura
Com base na agricultura
Que dá sustento a nação
Com a firme decisão
De criar um sistema novo
Que dê direito a este povo
Ter salário e produção.

6

A produção da agricultura
E da pecuária também
Para quem vai e quem vem
Precisamos de fartura
E com decisão segura
Lutar com convicção
Trabalhar é a solução
De criar um sistema novo
Que dê direito a este povo
Ter salário e produção

7

Dizem que não tem dinheiro
Só não tem pra agricultura
E esta triste figura
Vê-se em grandes pesadelos
São feitos grandes apelos
Com pouca repercussão
Ninguém nos dá atenção
Pra criar um sistema novo
Que dê direito a este povo
Ter salário e produção

8

Posso não ser entendido
Mas penetro no assunto
Creio que não fiz muito

Mais falei o permitido
Pois eu que tenho vivido
Em meio esta confusão
Será boa a solução
De criar um sistema novo
Que dê direito a este povo
Com salário e produção

9

Muita escola muito estudo
Sem nenhuma profissão
Qual será a solução
Pra resolver isso tudo
Trocando pelo miúdo
Dou a minha opinião
Não tem outra solução
Só mesmo um sistema novo
Que dê emprego a este povo
Com salário produção

10

Este futuro que eu falo
Pode está comprometido
A ter um duplo sentido
Sofrendo um grande abalo
Mesmo assim eu não me calo
Luto com disposição
Em busca de solução
Pra criar um sistema novo
Que dê emprego a este povo
Com salário e produção

11

Já falei dos sofrimentos
Que passa o agricultor
Sem ninguém lhe dar valor
Sofre tremendos tormentos
Angustias constrangimentos
Por gente de disposição
Lamenta a situação
E pensa num sistema novo
Que dê direito a este povo
Com salário e produção

12

Com base e conhecimento
Clamo as autoridades

Tenham responsabilidades
Amenizem o sofrimento
Venham escutar o lamento
Da criança sem ter pão
Tragam rápido a solução
Elaborem um sistema novo
Que dê direito a este povo
Com salário e produção.

SEM PRODUTOS DA LAVOURA NADA VALE UMA NAÇÃO.

1
Senhores a agricultura
É o ponto de partida
Para que todos na vida
Tenham assistência segura
Porque toda criatura
Precisa alimentação
Farinha, arroz e feijão
A carne, alface a cenoura
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação.

2
Não adianta fazer
Prédio, estrada, calçamento
Com piçarra, pedra e cimento
E faltar o que comer
Pois é preciso saber
Que o município é o povão
Com boa participação
Em toda área produtora
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação

3
É preciso se ajudar
Ao pequeno agricultor
Dar-lhe prestígio e valor
Para a produção aumentar
E ele se alimentar
Com leite batata e pão
Óleo, doce e macarrão
Que vem na transportadora
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação

4

Desde o velho testamento
Que se fala no arado
A história tem lembrado
Este possante implemento
Foi processo muito lento
O da mecanização
E a valorização
Da classe agricultora
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação

5

Foi em Belém de Judá
Que nasceu o Deus clemente
E os reis do Oriente
Vieram lhe adorar
Belkior, Gaspar, Baltazar
E naquela ocasião
São José buscava o pão
Pra família redentora
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação

6

São José trabalhava
Em sua carpintaria
Com Jesus se divertia
E nossa senhora fiava
É certo que precisava
De alguma alimentação
Com fé procurava o pão
Pra família redentora
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação

7

E São José viajou
Numa estrada pedregosa
Em uma noite chuvosa
Com Dimas se encontrou
Logo ali lhe ofertou
Reposo e a alimentação
E rumando a habitação
Levou a criança loira
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação

8

Uma família com fome
É uma coisa penosa
Não é negocio de prosa
Chora a mulher chora o homem
As crianças se consomem
Numa grande humilhação
Na casa que não tem pão
A fome é devoradora
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação

9

Não tendo leite de vaca
Nestogênio ou condensado
O caso é aperriado
As crianças ficam fracas
Tudo ali se desacata
E surge a revolução
Não fazendo a refeição
Ali a miséria estoura
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação

10

E vive o pobre enxadeiro
Neste esquecido abandono
Semelhante a um cão sem dono
Levado ao desespero
Sem credito sem dinheiro
Com pouquíssima proteção
E os homens de posição
Não pregam a mão bem feitora
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação

11

Bote um estabelecimento
De uma grande livraria
E lá fique todo dia
Sem te levar alimento
É horrível o sofrimento
Que triste situação
Do major ao capitão
Padre, doutor, professora
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação

12

Nas grandes secas passadas
Que a fome foi um açoito
E a miséria fez coito
Esmagando a cassacada
Muita gente na estrada
Em trabalho e construção
Só pra encher o surrão
Das casas fornecedoras
Sem produtos da lavoura
Nada vale uma nação.

FONTES

* DEPOIMENTOS ORAIS.

ANTONIO CHAVES – 79 anos. Este trabalhou como agricultor, na comunidade rural Danças, atualmente é curador aposentado e mora na cidade.

Entrevista realizada em abril de 1999.

CLODOVEU MAIA VIDAL – 75 anos. Apesar de residir na cidade tem uma propriedade para onde vai trabalhar todos os dias, percorrendo de bicicleta uma distancia de 8Km.

Entrevista realizada em abril de 1999.

FRANCISCO DE ASSIS MAIA (CHICO DE ALCIDE) 50 anos. Conversa informal em 10.09.2004.

JOÃO OLÍMPIO CASTELO BRANCO – Padre da cidade, este tinha uma convivência aproximada com Chico Mãozinha, acompanhou e participou da luta comunitária.

Entrevista realizada em maio de 2003.

JOSÉ AMIRTO NUNES MAIA (Zé Lopes) – 70 anos. Morador da comunidade rural Córrego de Areia, deste jovem trabalha na agricultura e na pecuária, é um dos líderes da cooperativa da comunidade.

Entrevista realizada em março de 2001.

JOSÉ CÉLIO DE ASSIS – 76 anos. Foi vereador durante o período estudado (1951-1953) Reside na cidade a 5 anos, tem sua propriedade no Distrito de Bixopá, vai trabalhar na “fazenda” três dias por semana e os outros dias fica na cidade, onde tem um programa na radio local sobre a agricultura do município.

Entrevista realizada em Agosto de 2004.

JOSÉ GERMANO MAIA – 80 anos. Morou até os 60 anos de idade na zona rural, mas pelo seu envolvimento nas associações comunitárias conseguiu fazer parte o MEB – Movimento Eclesial de Base por 18 anos, assim veio morar na cidade. É conhecido na cidade como o poeta que canta as coisas da natureza. Depois que se aposentou voltou para morar na comunidade de Gangorra, zona rural de Limoeiro do Norte.

Entrevista realizada em agosto de 2004.

JOSÉ NUNES – 65 anos. Morou boa parte da vida na Canafísitula de Bixopá, não possui propriedade, sempre trabalhou como rendeiro. Aos 50 anos veio para a cidade, trabalhou como funcionário público, no mercado da cidade.

Entrevista realizada em setembro de 1997.

JUDITE MAIA DE ANDRADE – 62 anos. Filha de Chico Mãozinha.

MARIA DO CARMO NUNES MAIA – 70 anos. Filha de Chico Mãozinha, esta observou de perto boa parte das secas que aconteceram no século XX, como também a luta do pai com os problemas agrícolas. Foi presidente de uma associação de bairro que tinha uma horta comunitária, fornecendo frutas e verduras para os moradores do bairro. Veio morar na cidade aos 46 anos, atualmente é aposentada.

Entrevistas realizadas em outubro de 1997/ maio de 2001/ julho de 2003.

RAIMUNDO MELQUÍADES DE FREITAS – Raimundo Tenente, 80 anos. Morador da zona rural de Limoeiro, Distrito de Bixopá, região mais atingida pela seca.

ROSA AMÉLIA MAIA DE ANDRADE – 72 anos.

VITAL GOMES RIBEIRO – 80 anos. Este era comerciante e morava na cidade.

Entrevista realizada em maio de 2003.

* FONTES IMPRESSAS.

ATAS DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE.
Anos: 1951, 1952, 1953, 1954.

ATAS DE REUNIÕES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LIMOEIRO DO NORTE. Anos: 1965, 1966, 1967, 1968, 1969.

ALMANAQUE DO CEARÁ. 1951

ALMANAQUE DO CEARÁ. 1952

ALMANAQUE DO CEARÁ. 1953

ALMANAQUE DO CEARÁ. 1954

ANUÁRIO DO CEARÁ. História do Ceará e dos municípios. 1953 – 1954. 1º vol. Fortaleza. Ceará.

DIAGNOSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DO CEARÁ. 1º vol. Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade do Ceará (IPE) Superintendência de

Desenvolvimento Econômico e Cultural (SUDEC) – Fortaleza. Imprensa Universitária do Ceará – 1964.

CADERNOS DO NOSSO TEMPO. Instituto brasileiro de economia, sociologia e política (IBESP).

ESTATUTO DA SOCIEDADE DOS AGRICULTORES DE CANAFÍSTULA. Diário Oficial, outubro de 1963 (4255).

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. Junho de 1951.

JORNAL NORDESTE. 1951/ 1952/ 1953/ 1954 de janeiro a junho.

JORNAL UNITÁRIO. 1952/ 1953.

LIMOEIRO EM FATOS E FOTOS / organizado por Maria das Dores Vidal Freitas e Maria Lenira de Oliveira – Fortaleza: Edições do Autor, 1997.

MANUSCRITOS DE CHICO MÃOZINHA. Sem data.

PERFIL BÁSICO DE LIMOEIRO DO NORTE - Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE). Fortaleza, Edições IPLANCE, 2000.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Ano 17, 1955.

SOCIEDADE DOS AGRICULTORES DE CANAFÍSTULA. Histórico da comunidade. Limoeiro do Norte, maio de 1987. Mimeo.

BIBLIOGRAFIA

1. LIVROS

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. – 6.ed. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ARAÚJO, Cônego Pedro Alcântara. *“Capital e Santuário” – Miragens Russano Nordestino*. Imprensa Oficial do Ceará – Fortaleza, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. – Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política – Ensaio sobre literatura e história da cultura*. 7ª edição. São Paulo: Brailiense, BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. – 7ª ed. / Brasília, DF: Editora Universitária de Brasília, 1995.

BURKE, Peter. (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

CASTELLO BRANCO, João Olímpio. *Limoeiro da Igreja: a história de Limoeiro a partir de seus párocos*. 1995.

CASTRO, Iná Elias. *O Mito da necessidade: Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1992.

CHALOUB, Sidney. *Visões de Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

CHAYANOV, Aleksandr V. *La organizacion de la unidad econômica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspecto da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

DESLANDES, Suely Ferreira. NETO, Otávio Cruz. GOMES, Romeu e MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis- RJ: Vozes, 1994.

Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos / org., introd. e notas por Rubem César Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ELIAS, Nobert e SCTSON, Jonh L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA NETO, Cicinato. *Estudos de Historia Jaguaribana: documentos, notas e ensaios diversos para história do baixo e médio Jaguaribe*. Fortaleza: Premium, 2003.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. – São Paulo: Annablume, 1997.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília – DF: Editora Universitária de Brasília: MCT - CNPq, 1989.

GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. 2.ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas – Os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)*. – Ijuí: Ed. UNIJUI, 1998.

HAGUETTE, André – coord. *O Pequeno produtor rural e a estrutura de poder; um estudo bibliográfico do produtor rural de “baixa renda”*. Fortaleza, CETREDE, 1983.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. *História e natureza das ligas camponesas* / João Pedro Stedile (org.). – São Paulo: Expressão Popular, 2002.

HOBSBAWM, E. J. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião de jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Companhia das Letras, 1987.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa; Presença, 1973.

JOSE LEANDRO. Depoimento (Minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. CONTAG – uma vitória dos trabalhadores rurais e da Democracia em 1963). Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará – IOCE, 1988.

LANNA, Marcos P. D. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Na Ribeira do Rio das Onças*. Fortaleza – Ce: Assis Almeida, 1997.

LIMOEIRO EM FATOS E FOTOS / organizado por Maria das Dores Vidal Freitas e Maria Lenira de Oliveira – Fortaleza: Edições do Autor, 1997.

LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. – São Paulo. Col. Primeiros Passos, 6ª ed., 1985.

MALVEIRA, Antônio Nunes. *Coronéis, ascensão e queda*. Rio de Janeiro: Peneluc, 1998.

MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e política no Brasil*. Petrópolis-RJ. Vozes, 1995.

_____. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e as Cartas a Kugelmann*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *Os Degredados Filhos da Seca*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MOTA, Aroldo. *História política do Ceará 1950 – 1954*. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1987.

NEVES, Frederico de C. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.

O BRASIL REPUBLICANO: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1954 ao golpe civil militar de 1964. vol. 3 / Organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PINHEIRO, Francisco Irajá. *Fugitivos da desesperança*. Limoeiro do Norte, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis – RJ: Vozes e Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: - Museu do Ceará / Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

RUDÉ, George F. E. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SILVA, José Graziano e STOLCKE, Verena. *A questão agrária – Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin*. São Paulo: Brasilense, 1981.

SANTOS, Daniel Francisco dos. *Experiências de trabalhadores na seca*. – João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1999.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *História das Secas (Século XX) Coleção Mossoroense*. Volume CCXXVI, 1992.

SOMBRA, Waldy. *Mestre José Sombra: Vida e Época*. Limoeiro do Norte, 1994.

SOUZA, João Gonçalves de. *O nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional*. Fortaleza. BNB, 1979.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Orgs.). Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UCHÔA, Valdery. *Anuário do Ceará. História do Ceará e dos municípios 1953 – 1954*. 1º vol. Fortaleza – Ceará. 1976.

WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WILLIAMS, Raymond. 1921-1988. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

2. ARTIGOS.

ALBUQUERQUE Jr., Durval M. Palavras que Calcinam, Palavras que Dominam: a Invenção da Seca no Nordeste. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero/MCT-CNPq-FINEP, 14(28): 1994.

BARTHES, Roland e MARTY, Eric. Oral / escrito. In: *Enciclopédia Euinaudi*. Vol. 11 (oral /escrito – argumentação) Lisboa: Suprema Nacional / Casa da Moeda, 1987.

BERNARDES, Nilo. As Caatingas. In: Estudos Avançados / Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados. - - vol. 1, nº 1 (1987) – São Paulo: IEA: 1987.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. In: Estudos Avançados / Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. – vol. 1, nº 1987.

CARVALHO, Abdias Vilar de. Igreja Católica e a Questão Agrária, In: PAIVA, Vanilda. (org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

DUARTE, Adriano Luiz. Os sentidos da comunidade: notas para um estudo sobre bairros e identidade cultura. In: *Trajeto*. Fortaleza. Vol. 1, nº 2. pág. 103-113. 2002.

FEIO, Mariano. Perspectiva de Açudagem no Nordeste Seco. *Revista Brasileira de Geografia*. Abril-Julho de 1954.

FENELON, Déa. "O historiador e cultura popular: história de classe ou história do povo?" *História e Perspectivas*. Uberlândia: UFU, nº 6, p.5-23,1992.

_____. Trabalho, Cultura e História Social: perspectivas de investigação. *Projeto História*, São Paulo: Puc, nº. 4, junho, 1985.

FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, Trabalho e Cidadania no Brasil. In: *Trajeto*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do

Ceará. – v. 1, n. 2 (jun. 2002). – Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2002.

MARTINS, José de Sousa. A mudança nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência a anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. *Estudos Avançados*, USP 14(38), 2000.

NEVES, Frederico de C. A Lei de Terras e a Lei da Vida: transformações do mundo rural no Ceará do século XIX. *Estudos de História*, Franca – São Paulo, v.8, n.2, p.37-58, 2001.

NEVES, Frederico de C. A seca na história do Ceará. In: *Uma nova história do Ceará / organização*, Simone de Souza; Adelaide Gonçalves ... [et al] – 3. ed. rev. e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PAIVA, Vanilda. A Igreja moderna no Brasil. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: Luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. Edições Loyola, - São Paulo, 1985.

PAMPLONA, Marco A. A Historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 17, 1996.

PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos "coronéis". In: *Uma nova história do Ceará / organização*, Simone de Souza; Adelaide Gonçalves ... [et al] – 3. ed. rev. e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PORTELLI, Alessandro. As fronteiras da memória. O massacre das fossas ardeatinas. História, Mito, Rituais e Símbolos. *História e Perspectivas*, nº 25 e 26 – jul./dez. 2001/ jan./jun. 2002.

_____. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, (14), fev. 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, (15), abr. 1997.

RIOS, Kênia Sousa. O tempo por escrito: sobre lunários e almanaques. In: *Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense / Gilmar de Carvalho, organizador*. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

- RODRIGUES, Rui Martinho. A propósito da história oral. In: *Linguagens da História* / organizada por José Gerardo Vasconcelos e Antônio Germano Magalhães Júnior. – Fortaleza: imprece, 2003.
- SCHWARZ, Alf. Lógica de desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. *Tempo Social: Ver. Sociol. USP*, São Paulo. 2(1): 75 -, 1. sem. 1990.
- SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Vol. 21, nº 1, jan./jun.2002.
- SOARES, Hidelbrando Santos. Agricultura e Modernização Socioespacial em Limoeiro do Norte. In: ELIAS, Denise. *Modernização excludente* [et al] Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- SHALINS, Marshal. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. *MANA*. 3/1, abril de 1977.
- SOUZA, Simone de. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo. In: *Uma nova história do Ceará*. (org.). Simone de Souza e Adelaide Gonçalves. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.
- STERNBERG, Hilgard O'Reilly. Aspectos da Seca de 1951, no Ceará. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XIII, nº 3, Julho-Setembro. 1951.
- VIEIRA, Sulamita. Feira: Espaço de liberdade ou de ilusões? *Cadernos do NEPS*; nº 7 – novembro de 1986.

3. DISSERTAÇÕES E TESES.

- CHAVES, José Olivenor Sousa. *Fortaleza e os Retirantes da Seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*: Dissertação de Mestrado:UFPE. 1995.
- FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1954-1966)*. Tese de doutorado. IFCH. Campinas, SP. 2002. Pág. 18,19,20.
- JOCA, Tereza Helena de Paula. *Resgatando o singular: a memória quase esquecida: sindicato, organização e política – Sindicalismo Rural no Estado do Ceará 1950 – 1964*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na UFC, Fortaleza, 1987.

MUNHOZ, Sidney José. *A Ordem do "Caos" versus o Ocaso da Ordem: (Saques e quebra-quebras em São Paulo – 1983)*. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP: UNICAMP, 1989.

PARENTE, Eneida R. *Seca, Estado e Mobilização Camponesa: a expressão da resistência coletiva dos trabalhadores rurais cearenses na seca de 1979-1983*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFC. Fortaleza, 1985.

RÉGIS, João Rameres. *"Galinhas Verdes": Memória e história da Ação Integralista Brasileira: Limoeiro – Ceará (1934 – 1937)*: Fortaleza, UFC, 2002.

SOUSA, J. Josberto Montenegro. *Cultura e saberes populares em comunidades rurais do Vale do Jaguaribe, Ceará*. Dissertação de mestrado. São Paulo:PUC, 2004.